Universidade Federal do Pará
Núcleo de Meio Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e
Desenvolvimento Local na Amazônia

Enil do Socorro de Sousa Pureza

GESTÃO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS AGROEXTRATIVISTAS: POTENCIALIDADES E LIMITES -

O caso do PAE Ilha do Mutum, Marajó - Pará, Amazônia

Belém, Pará

2017

Enil do Socorro de Sousa Pureza

GESTÃO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS AGROEXTRATIVISTAS: POTENCIALIDADES E LIMITES -

O caso do PAE Ilha do Mutum, Marajó - Pará, Amazônia

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Gestão Ambiental

Orientador: Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho

Belém, Pará

2017

Dados Internacionais de Catalogação- na-Publicação (CIP)
Biblioteca do Núcleo de Meio Ambiente/UFPA

Pureza, Enil do Socorro de Sousa

Gestão ambiental em assentamentos agroextrativistas: potencialidades e limites - o caso do PAE Ilha do Mutum, Marajó - Pará, Amazônia / Enil do Socorro de Sousa Pureza. - 2017.

Orientador: Mário Vasconcellos Sobrinho.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2017.

1. Gestão ambiental - Pará. 2. Colônias agrícolas - Pará. 3. Assentamentos humanos - Pará. 4. Recursos naturais - Conservação - Pará. I. Vasconcellos Sobrinho, Mário, orientador. II. Título.

CDD 23 ed. 363.70098115

Enil do Socorro de Sousa Pureza

GESTÃO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS AGROEXTRATIVISTAS: POTENCIALIDADES E LIMITES -

O caso do PAE Ilha do Mutum, Marajó - Pará, Amazônia.

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento local na Amazônia, do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Gestão Ambiental

Orientador: Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho

Aprovado: ____/____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho
Universidade Federal do Pará

Profª. Drª. Marilena Loureiro da Silva
Universidade Federal do Pará

Profª. Drª. Voyner Ravena Cañete
Universidade Federal do Pará

Às famílias do PAE Ilha do Mutum que me proporcionaram o conhecimento deste território.

A força mais profunda que movimenta o homem e faz com que invente novas formas de sociedade é sua capacidade de mudar suas relações com a natureza, ao transformá-la.

Godelier

AGRADECIMENTOS

Agradecer a Deus e a Nossa Senhora por indicarem os caminhos que tenho percorrido e permitido que minhas metas profissionais, familiares e acadêmicas pudessem ser realizadas.

A minha Mãe Djanira e meu Pai José que embora com pouco estudo formal, puderam perceber a importância de educar seus filhos, com amor, carinho e indicando os melhores caminhos para que eu pudesse chegar até aqui.

A Sônia Amaral, minha esposa e companheira, com quem tenho divido nos últimos 26 anos meus sonhos e juntos estamos conseguindo realizá-los. A ela, toda minha admiração, carinho, amor e agradecimentos por tudo que ela tem me ajudado na minha caminhada, sendo para mim meu porto seguro.

Aos meus filhos Bruno, Nayara, Valéria por entenderem as ausências e apoiarem irrestritamente esse momento de formação continuada. A eles todo meu carinho e amor.

As minhas irmãs e irmãos obrigado pelos incentivos nas vezes que tivemos oportunidade de conversar sobre a importância de estudar e avançar nas questões profissionais.

Ao Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho, pelas orientações, ensinamentos e compartilhamento de seus conhecimentos, para que eu pudesse chegar a construção deste trabalho.

A todos os professores do PPGDAM que contribuíram para minha formação acadêmica.

Aos assentados do PAE Ilha do Mutum por terem me recebido em suas residências e divido suas vivências e experiências para a realização deste estudo.

Ao Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) e ao Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) por terem acreditado na minha proposta de pesquisa.

Aos meus colegas de turma: Ailana, Corina, Janise, Márcia, Paula, Priscila, Rafael, Patrick, Robson e Silvana, pelo apoio, incentivo, amizade e companheirismo durante esse tempo que estamos juntos.

Aos meus amigos Carlos Élvio e Etiene Leite pelo apoio e boas conversas sempre regados ao bom humor e alegrias.

Aos assentados do PAE Ilha do Mutum por terem me recebido em suas residências e terem contribuído com suas vivências e experiências para a realização deste estudo. Em especial ao Bonifácio Carvalho e seus irmãos, que além de ceder sua casa para minha

permanência no período de pesquisa, o Bonifácio também foi meu guia e orientador territorial e espacial no PAE Ilha do Mutum.

Agradeço a todos da família Pureza e Amaral que, direta e indiretamente, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

A pesquisa objetivou investigar as potencialidades e os limites para a gestão ambiental em assentamentos agroextrativistas na Amazônia brasileira. De forma particular, objetivou entender como a gestão ambiental tem sido implementada em Projetos de Assentamentos Agroextrativistas em áreas remotas e historicamente marcadas pelo baixo acesso às políticas públicas direcionadas às populações tradicionais. A questão central que norteou a pesquisa foi: até que ponto a gestão ambiental em assentamentos agroextrativistas tem se efetivado e contribuído para a conservação dos recursos naturais e preservação da cultura local? De forma específica, escolheu-se o Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha do Mutum. A escolha se deu por dois critérios específicos: primeiro por estar localizado em uma área bastante remota e que até a sua constituição teve pouco acesso às políticas públicas, em especial de regularização fundiária e gestão ambiental. Segundo, por ser um PAE organizado em questões jurídicas para obtenção de recursos, o que se dá por meio da Associação dos Produtores e Pescadores do Assentamento Boa Esperança da Ilha do Mutum e por fim, mas não menos importante, por assumir os preceitos e preocupações da gestão ambiental. O arcabouço teórico da pesquisa foi delineado sob as literaturas de gestão ambiental, conservação dos recursos naturais e preservação da cultura local. Metodologicamente, fez-se uma abordagem qualitativa, desenvolvida sob o método do estudo de caso único (Yin, 1990). Para o desenho do contexto da criação do assentamento e da incorporação da gestão ambiental, a pesquisa se apoiou em aspectos do método histórico-descritivo. Tendo como unidades de análises o processo produtivo, a manutenção e/ou recuperação dos recursos florestais para reprodução socioeconômica e a organização social para o desenvolvimento sustentável do assentamento. Para captação de dados foram usados os métodos da análise documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Os resultados indicam que a Gestão Ambiental foi implantada no PAE Ilha do Mutum por meio do governo e da comunidade, e os instrumentos de gestão utilizados por eles são: estatuto, plano de utilização e assembleias gerais. Mostram ainda que com a implantação do PAE iniciou-se o manejo dos Recursos Naturais com foco na produção e comercialização dos produtos gerando renda e qualidade de vida. Por fim, observou-se que há a preservação da cultura, mas ao mesmo tempo o assentamento está conectado ao mundo, conservando seu espaço e preservando suas identidades culturais.

Palavras-chave: Gestão Ambiental. Projeto de Assentamento Agroextrativista. Ilha do Mutum. Conservação. Preservação.

ABSTRACT

The objective of the research was to investigate how potentialities and limits for environmental management in agroextractivist settlements in the Brazilian Amazon. In particular, it aimed to understand how environmental management has been implemented in Agroextractive Settlement Projects in remote areas and historically marked by the low access to the public policies directed to the traditional populations. The central question for the conservation of natural resources and the preservation of the local culture? Specifically, the Agro-Extractive Settlement Project Ilha do Mutum was chosen. The choice is given by two specific aspects: first, because it was located in a very remote area and that it reached its constitution, it had little access to public policies, especially land regularization and environmental management. Second, because it is a PAE organized in legal offices to obtain resources, which is done through the Association of Producers and Fishermen of the Settlement Boa Esperança Ilha Mutum and last but not least, for assuming the precepts and concerns Environmental management. The theoretical framework of the research was delineated under as literatures of environmental management, conservation of the natural resources and preservation of the local culture. Methodologically, a qualitative approach was developed, developed under the single case study method (Yin, 1990). For the design of the context of the creation of the settlement and the incorporation of the environmental management, the research was based on aspects of the historical-descriptive method. Having as units of analysis the productive process, the maintenance and / or recovery of the forest resources for socioeconomic reproduction and the social organization for the sustainable development of the settlement. For data capture, the methods of documentary analysis, participant observation and semi-structured interviews were used. The results indicate that Environmental Management was implemented in the PAE Ilha do Mutum through the government and the community, and the management tools used by them are: status, plan of use and general assemblies. They also show that with the implementation of the PAE began the management of Natural Resources focused on the production and marketing of products, generating income and quality of life. Finally, it was observed that there is the preservation of culture, but at the same time the settlement is connected to the world, conserving its space and preserving its cultural identities.

Keywords: Environmental management. Agroextractivist Settlement Project. Island of Mutum. Conservation. Preservation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1	-	Termo de Autorização de Uso – TAU	36
Fotografia 2	-	Produtor de Arroz	63
Imagem 1	-	Cachos de açaizeiro dos tipos: a) branco, b) espada e c) roxo.	66
Fotografia 3	-	Artesão e a confecção do matapí	77
Fotografia 4	-	Pesca do camarão com o uso do matapí	77
Fotografia 5	-	Produção artesanal do paneiro no PAE Ilha do Mutum	80
Fotografia 6	-	Casal de artesãos com peneiras, peneiros, matapí e parí.	81

LISTA DE QUADROS E MAPAS

Quadro 1	-	Tipologia de Assentamentos de Reforma Agrária, 1961-2010	28
Mapa 1	-	Localização Geográfica da Mesorregião do Marajó	30
Mapa 2	-	Unidades de Conservação de Uso Sustentáveis e Projetos de Assentamentos Agroextrativistas no Município de Curralinho/Marajó/Pará.	32
Quadro 2	-	Projeto de Assentamentos Agroextrativistas - PAE's no Arquipélago do Marajó	33
Mapa 3	-	Projeto de Assentamento Agroextrativistas Ilha do Mutum/Curralinho-PA	35
Cronograma 1	-	Implantação das Ações nos Projetos de Assentamentos (03 anos). Portarias MDA/INCRA nº 6 e 7/2013 e 83/2014	38
Organograma 1	-	Fluxo dos Novos Créditos da Reforma Agrária	41
Quadro 3	-	Cursos e Oficinas realizados no PAE Ilha do Mutum no ano de 2010	48
Quadro 4	-	Matrículas no ano de 2015 nas Escolas: Bela Vista, São Luiz e Portugal.	83

LISTA DE SIGLAS

AMACOL	Amazônia Madeiras, Compensados e Laminados
APA	Área de Proteção Ambiental
AQ	Assentamento Quilombola
ASPABIM	Associação dos Produtores e Pescadores do Assentamento Agroextrativista Boa Esperança da Ilha do Mutum
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BISA	Breves Industrial Sociedade Anônima
CADúnico	Cadastro Único
CCU	Contrato de Concessão de Uso
CELPA	Centrais Elétrica do Pará
CNEFE	Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FLOE	Floresta Estadual
FLONA	Florestas Nacionais
FNDE	Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicada
IDEB	Índice do Desenvolvimento da Educação Básica
IDEFLOR-BIO	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade
IFPA	Instituto Federal de Educação
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INEP	Instituto Nacional Educação e Pesquisa
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MADASA	Madeiras da Amazônia S.A.
MAGESA	Madeiras Gerais Sociedade Anônima
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Sem Terras
PA	Projeto de Assentamento Federal
PAC	Projeto de Assentamento Conjunto
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF	Projeto de Assentamento Floresta
PAM	Projeto de Assentamento Municipal
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PC	Projeto de Colonização Oficial
PCA	Projeto de Assentamento Casulo
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDS	Projetos de Desenvolvimento Sustentável
PE	Projeto de Assentamento Estadual
PEAEX	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PFP	Projeto Fundo de Pasto
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PIN	Programa de Integração Regional
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais na Amazônia
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PRB	Projeto de Reassentamento de atingidos por barragens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PROVALE	Programa Especial para o Vale do São Francisco
PU	Plano de Utilização
RDS	Reservas de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
SEDUC	Secretaria Educação

SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SICAR	Cadastro Ambiental Rural
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUPRA	Superintendência Regional de Política Agrária
TAU	Termo de Autorização de Uso
UC	Unidades de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
URE	Unidade Regional de Ensino

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS AGROEXTRATIVISTAS 22

2 PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA ILHA DO MUTUM: ASPECTOS HISTÓRICOS DE SUA IMPLEMENTAÇÃO ... 30

2.1 CONTEXTO TERRITORIAL 30

2.2 CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DO PAE ILHA DO MUTUM 33

3 GESTÃO AMBIENTAL NO PAE ILHA DO MUTUM 44

3.1 CONCEITUANDO GESTÃO AMBIENTAL 44

3.2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO NO PAE ILHA DO MUTUM 46

4 CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS 55

4.1 MODOS DE PRODUÇÃO E RELAÇÕES COMERCIAIS NA ILHA DO MUTUM 55

4.1.1 A Borracha 55

4.1.1.1 A Borracha na Ilha 57

4.1.2 A Madeira 60

4.1.3 O Arroz 62

4.1.4 O Palmito 64

4.2 PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NO PAE ILHA DO MUTUM 65

4.2.1 Açaí 65

4.2.2 Camarão 68

4.3 AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS 70

5 PRESERVAÇÃO DA CULTURA LOCAL 75
5.1 OS INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO NO PAE ILHA DO MUTUM 75
5.2 O ARTESANATO COMO PRODUÇÃO CULTURAL 79
5.3 EDUCAÇÃO NO PAE ILHA DO MUTUM 82

CONSIDERAÇÕES FINAIS 89

REFERÊNCIAS 92

ANEXO A - ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E PESCADORES DO ASSENTAMENTO BOA ESPERANÇA ILHA DO MUTUM (ASPABIM) 105

ANEXO B - PLANO DE UTILIZAÇÃO DO PAE ILHA DO MUTUM .. 112

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA 122

INTRODUÇÃO

A Amazônia concentra uma grande quantidade da biodiversidade existente no planeta, no entanto, ela ainda precisa ser melhor conhecida, no sentido de se compreender que além das riquezas naturais entrelaçadas por rios, igarapés, campos, furos e ilhas, encontram-se, também, uma diversidade demográfica formada por ribeirinhos extrativistas, povos indígenas, quilombolas, que precisam ser entendidos nas suas dimensões sociais, religiosas, ambientais e culturais.

Nesse território amazônico encontra-se o Arquipélago do Marajó, composto por dezesseis municípios paraenses, com uma população de 525.247 habitantes (IBGE, 2015), o que equivale a 0,26% a população do país, em uma área de 40.100 km² (IBGE, 2015). No ano de 1989 o arquipélago recebeu o título de Área de Proteção Ambiental (APA), instituído pela Constituição do Estado do Pará, o que facilitou a implementação de diversas políticas de cunho ambiental que chegaram via Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ambiental do governo brasileiro, criado pela lei 11.516, de 28 de agosto de 2007 e pelo projeto de Reforma Agrária de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), uma Autarquia Federal da Administração Pública brasileira.

Por meio desses dois órgãos chegaram também no arquipélago marajoara as Unidades de Conservação (UC) e os Assentamentos Ambientalmente Diferenciados. Sob a responsabilidade do ICMbio estão: Reservas Extrativistas (Resexs), Florestas Nacionais (Flonas) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Há também, os Projetos de Assentamentos Ambientalmente Diferenciados, sob gestão do INCRA: Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE's), Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projetos de Assentamentos Florestais (PAF's).

Diante deste contexto de implantação de programas, projetos e ações apresenta-se o presente estudo que se propôs trabalhar os Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE's) que é um tipo de modalidade de assentamento destinado a populações tradicionais para exploração de riquezas extrativistas por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, introduzindo a dimensão ambiental às atividades agroextrativistas e/ou extrativistas (Portaria INCRA nº 627/87).

No arquipélago do Marajó, somam-se 141 (cento e quarenta e um) PAE's, distribuídos nos 16 municípios que o compõem; desses, 33 (trinta e três) encontram-se em Curralinho, município com o maior em número de assentamentos na região. Dentre eles está o

Projeto de Assentamento Agroextrativista da Ilha do Mutum, criado em 27 de dezembro de 2006, com 129 famílias assentadas, mas com capacidade para 150 (SIPRA/INCRA, 2014), o que é objeto deste estudo.

Dois foram os motivos que levaram a escolha do PAE Ilha do Mutum: primeiro por estar localizado em uma área bastante remota e que até a sua constituição teve pouco acesso às políticas públicas, em especial de regularização fundiária e gestão ambiental. Segundo, por ser organizado para obtenção de recursos por meio de uma associação de produtores e pescadores do assentamento e assumir os preceitos e preocupações da gestão ambiental.

O presente estudo objetivou analisar as potencialidades e os limites para a gestão ambiental em assentamentos agroextrativistas em áreas remotas e historicamente marcadas pelo baixo acesso às políticas públicas direcionadas às populações tradicionais na Amazônia brasileira, tomando como referência o PAE Ilha do Mutum. A questão central que norteia a presente pesquisa é: até que ponto a gestão ambiental em assentamentos agroextrativistas tem se efetivado e contribuído para a conservação dos recursos naturais e preservação da cultura local? Entende-se por gestão ambiental, processo político administrativo de responsabilidade do poder constituído, destinado a formular, implementar e avaliar políticas ambientais a partir da cultura, realidade e potencialidades de cada região, com a participação social em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável.

A pesquisa foi desenvolvida por meio da abordagem qualitativa e o método utilizado foi o de estudo de caso único. Esta abordagem faz-se necessária aos conhecimentos que aproxime os fenômenos humanos e sociais, e que compreenda e interprete seus conteúdos e não somente os descreva (TOZONI-REIS, 2009). Quanto à estratégia, é o de estudo de caso único. O caso único como método de pesquisa visa revelar características de um fenômeno que ainda está inacessível e distante, um acontecimento que ainda precisa ser desvelado cientificamente (YIN, 2001). Como a pesquisa teve a finalidade investigar a gestão ambiental em assentamentos agroextrativistas na Amazônia brasileira e por ainda não haver estudos dessa natureza sobre a gestão ambiental nos PAE's localizados no Arquipélago do Marajó, entendeu-se que a utilização desse método se tornaria mais adequada para o referido trabalho.

Para analisar os dados o método utilizado foi o histórico-descritivo. Isso porque o foco foi investigar as potencialidades e os limites para a gestão ambiental em assentamentos agroextrativistas na Amazônia brasileira, tomando como referência o PAE Ilha do Mutum; assim como, de forma particular, analisar como a gestão ambiental tem sido implementada em Projetos de Assentamento Agroextrativistas em áreas remotas e historicamente marcadas por baixo acesso às políticas públicas direcionadas às populações tradicionais, como também,

entender de que maneira as atividades produtivas têm contribuído com a conservação dos recursos naturais e a preservação da cultura local relacionadas ao meio ambiente.

Segundo (SELLTIZ, 1974) o método histórico-descritivo tem como finalidade mapear as experiências passadas, localizando-as no tempo e espaço, podendo ser uma pessoa, uma tendência, um evento ou uma organização, a fim de providenciar respostas para questões particulares. Neste estudo, teve-se a possibilidade de ouvir as narrativas sobre os mecanismos que as pessoas utilizavam para fazer a gestão ambiental, mesmo de que maneira informal conduziam seus processos a partir do que tinham como princípios de sua vida e trabalho; o que não deixa de ser o que ainda acontece na atualidade, muito embora, ressignificados, com outros olhares a partir das experiências que vem se efetivando com as normativas da ASPABIM.

O estudo foi regido por meio de coleta de múltiplas fontes de dados. Para Yin (2001) é um processo de triangulação das fontes de dados primários e secundários utilizando-se de três técnicas de coleta de dados: a análise documental, a observação participante e a entrevista semiestruturada. Estas possibilitaram analisar a Gestão Ambiental e suas unidades de análises – conservação dos recursos naturais e preservação da cultura local – e as variáveis: econômicas - renda, sociais - habitação, cultural, recursos naturais – forma de produção e político-institucionais -.

Na análise documental o foco se deu em: relatórios, atas das reuniões da associação, livros de ocorrências, estatuto da associação, plano de uso, cadernos de anotações da ASPABIM correspondente aos anos de 2006 a 2015. Examinou-se também documentos assinados pela ASPABIM com o INCRA e órgãos nas esferas governamentais, empresariais e não governamentais, além dos documentos infraconstitucionais como: o II Plano Nacional de Reforma Agrária (2004) que prima por uma ação compartilhada do Estado e da sociedade civil; o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, apresentado por meio do Decreto 6.040/2007 que afirma a diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais para além das etnias indígenas ou remanescentes de quilombo e dentre outros que se tornaram necessários a partir dos dados coletados para a presente pesquisa.

Utilizou-se a observação participante como uma das técnicas de coletas de dados. A participação do pesquisador teve como intenção entender como são planejadas/executadas as ações de conservação dos recursos naturais e preservação da cultura local. Moreira e Caleffe (2011), consideram a observação participante uma técnica que permite a observação dos comportamentos dos participantes durante o estudo, de modo que, o

observador/pesquisador passa a se envolver com as pessoas, não fica às margens das relações, mas não interfere nos processos e, consequentemente, na pesquisa. Dessa forma, as informações colhidas passaram a somar e até mesmo se confrontar com outros dados colhidos através de outras técnicas de coletas usadas neste trabalho.

Outra técnica utilizada foi a entrevista semiestruturada, baseada em um roteiro que incluiu os temas que foram discutidos com os entrevistados. Os entrevistados selecionados foram nove, distribuídos por faixa etária e tempo no assentamento, sendo: três mais antigos (70 a 78 anos), três de média idade (54 a 61 anos) e três mais jovens (26 a 48 anos). Três produtores e seis pescadores. Dos produtores dois homens e uma mulher e dos pescadores cinco homens e uma mulher. A escolha em relação a faixa etária, se pautou no fato da pesquisa entender que seria preciso diversos relatos em relação ao tempo e lugar/território, partindo do pressuposto que as pessoas com maior idade e tempo, morando no espaço onde se realizou a pesquisa, pudessem disponibilizar informações sobre o antes e durante o assentamento, tanto no que diz respeito a sua construção histórica, como as relações de conservação dos recursos naturais e a preservação da cultura. Os de média idade, escolheu-se por fazerem parte de uma faixa etária que acompanhou os trabalhos desenvolvidos pelas famílias, suas relações com o espaço e ainda se encontram em atividades laborais. Os mais jovens, por contribuir com informações de como eles veem o assentamento, se conhecem sua história e se de alguma maneira contribuem com a gestão ambiental. Quanto ao número pequeno de informantes do gênero feminino, isso se deu, pelo fato dos registros da ASPABIM apresentarem um número menor de mulheres como pescadoras e produtoras no assentamento.

Os informantes neste trabalho estão identificados como assentados, utilizando-se as letras do alfabeto de A à I, acrescentando suas idades para melhor compreensão de quem se fala, resguardando dessa forma o seu anonimato e garantindo a ética da pesquisa.

A coleta de dados aconteceu no período de agosto a outubro/2016 no PAE Ilha do Mutum. Em agosto, buscou-se a aquisição de documentos junto a secretaria da ASPABIM e INCRA. Nos meses seguintes, mapeou-se o assentamento de barco/rabeta, chegando em todas as casas dos informantes da pesquisa, com o propósito de fazer os registros por meio da observação participante e realização da entrevista semiestruturada, e assim obter os primeiros contatos com os assentados. Três dessas residências estão localizadas no Rio Guajará, três no Furo do Mutum e três no Rio Caruáca, este último rio, sua margem direita pertence ao município de Breves e a esquerda ao município de Curralinho.

Em agosto e setembro foi planejado participar/ajudar das/nas reuniões da associação, acompanhar as atividades de manejo do açaí e da pesca do camarão; entretanto, com a

diminuição ou o quase desaparecimento dos fomentos às famílias assentadas, não se verificou reunião na associação nesse período. A partir das análises documentais e posse dos dados dos informantes realizou-se e aplicou-se as entrevistas semiestruturadas, dos quais destacam-se os pontos abaixo que fizeram parte do roteiro:

1. Os modos de produção antes e durante o assentamento.
2. Os instrumentos de produção antes e durante o assentamento;
3. As relações culturais antes e durante o assentamento, dentre elas a educação formal;
4. A ASPABIM, os assentados e conservação dos recursos naturais e a preservação da cultura local.

Todos os sujeitos foram devidamente esclarecidos dos objetivos da pesquisa e da garantia do anonimato das suas narrativas, pelo fato do estudo envolver vários segmentos da sociedade com interesses distintos. Dessa forma, sentiram-se à vontade para expor seus posicionamentos diante da realidade empiricamente observada. Com o consentimento antecipado, fizemos a utilização do aparelho celular para gravar as entrevistas.

Para melhor compreensão dos resultados deste estudo, organizou-se este trabalho em sete seções, divididas em: introdução, cinco capítulos e as considerações finais. O primeiro contextualiza o debate sobre a reforma agrária até chegar nos projetos de assentamentos agroextrativistas. O segundo apresenta PAE Ilha do Mutum e os aspectos históricos que fizeram parte de sua Implementação. O terceiro aborda a Gestão Ambiental no PAE Ilha do Mutum, buscando conceitua-la; como também apresenta os Instrumentos de Gestão no PAE - o Estatuto da ASPABIM e o Plano de Utilização. O quarto capítulo discute a conservação dos recursos naturais, a partir dos modos de produção da borracha, da madeira, do palmito, do açaí e do camarão, sempre analisando os fatos acontecidos antes da ilha se transformar em assentamento e depois dela se tornar um PAE. O quinto capítulo aborda a preservação da cultura local por meio dos instrumentos de produção, o artesanato e a educação, com o objetivo de compreender como essas relações se apresentam nessa territorialidade. A última seção traça as considerações finais.

1 CONTEXTUALIZANDO O DEBATE SOBRE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS AGROEXTRATIVISTAS

Desde o Brasil Colônia as terras brasileiras foram alvo dos interesses nacionais e internacionais, sendo seu uso baseado em uma economia de exploração vegetal, mineral e na agricultura, sobretudo para a produção de açúcar - 1700 a 1900 (CARRARA, 2014) e café - 1800 e 1930, (CALIARI; BUENO, 2010). As concessões de terras no período colonial se davam por meio das capitanias hereditárias e sesmarias[1], podendo também ser devolvidas à Coroa portuguesa, caso houvesse desconformidade a partir das normas com a legislação vigente. As terras restituídas ao governo português foram denominadas terras devolutas, logo, consideradas não ocupadas, integrando o patrimônio público do Estado Central ou Provincial (MIRANDA, 2011).

Em 1850, o governo imperial instituiu a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, também conhecida como Lei de Terras, pelo fato do Brasil até aquele momento não dispor de um ordenamento jurídico que normatizasse as questões fundiárias (MIRALHA, 2006). A referida lei determinou os parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras no período do Segundo Reinado de D. Pedro II (23/07/1840 a 15/11/1889), passando a ser executada por um grupo de pessoas diretamente vinculadas ao problema da terra e sua ocupação, constituído por fazendeiros, sesmeiros e grandes posseiros, tradicionalmente identificados como senhores e possuidores de extensas áreas (SILVA, 2015).

Passado mais de um século, a questão da ocupação da terra continua sendo um problema que o governo brasileiro tenta administrar, e diante da necessidade de dar resposta ao que por vezes tornou-se causa de violência no campo e regulamentar os direitos e obrigações (MEDEIROS, 1996), no final dos anos 50 e início dos anos 60 do Século XX, institui a reforma agrária brasileira, tendo como referência as reivindicações pelas reformas de bases (agrária, urbana, bancária e estudantil) e que tomou corpo e passou a fazer parte das discussões populares. A pauta de lutas se baseava em reivindicação pela reforma agrária, exigindo a extinção do latifúndio existente desde a época de colonização do Brasil e a melhoria das condições de vida no campo (SILVA, 2015).

Para o governo a reforma começa com a criação da Superintendência Regional de Política Agrária - SUPRA em 1962. Seu principal objetivo era promover a reforma agrária no

[1] Grandes glebas distribuídas pela Coroa portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las dando em troca um sexto da produção. Aí nascia o latifúndio. Disponível em: Grandes glebas distribuídas pela Coroa portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las dando em troca um sexto da produção. Aí nascia o latifúndio. Disponível em: http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria

país. Em 1964 a SUPRA é extinta e em seu lugar, neste mesmo ano é aprovado o Estatuto da Terra por meio da Lei Nº 4.504. Entre suas preocupações encontra-se a regulamentação dos direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola, tornando-se o primeiro documento oficial sobre a reforma agrária no Brasil (JONES, 2003). Além dessas ações, normatizou as concessões de terras, criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA em substituição a SUPRA. Esse arcabouço de iniciativas propagadas pelo governo incentivou as culturas de exportação, como exemplo a soja, e a mecanização do processo produtivo, fortalecendo os latifúndios (JONES, 2003).

Outras medidas também foram pensadas entre o período de1960 a 1985 com os programas de ação regional, conhecidos de projetos de colonização. Nesse pacote encontravam-se o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA, o Programa Especial para o Vale do São Francisco - PROVALE, o Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais na Amazônia – POLAMAZÔNIA, o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE e o Programa de Integração Regional – PIN, este último com foco para a Amazônia. Outras ações presentes desse período, como a abertura da rodovia Cuiabá Porto Velho ligando Mato Grosso com Rondônia em 1965; a melhoria, em 1964, da rodovia Belém-Brasília; a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM em 1966, e a Zona Franca de Manaus - SUFRAMA em 1967 (TAVARES, 1972).

O PIN foi editado de 16 de julho de 1970, pelo Decreto Lei Nº1106, tendo a intenção de integrar a região amazônica ao restante do país e a proteção da floresta contra a internacionalização. Isso porque, entre os programas de colonização existia uma distância física muito grande, problema que poderia ser contornado gradualmente, principalmente através da construção de rodovias (JONES, 2003).

Sob essa perspectiva, o programa previu a abertura de cem quilômetros de rodovia em cada lado da estrada, indo de Recife e João Pessoa até a fronteira peruana perto de Cruzeiro do Sul, com um total de 5.400km, dos quais cerca de 3.000 km dentro na Amazônia, que seriam utilizadas para a colonização por cerca de 500 mil pessoas na transamazônica, tornando-se a principal via escolhida pelo governo para a colonização (TAVARES, 1972).

Segundo Le Tourneau & Bursztyn (2010), o planejamento pautou-se em promover uma mudança na estrutura fundiária nos locais de conflito - reforma agrária, incidindo sobre terras particulares -, a opção foi abrir novas áreas de ocupação, distribuindo terras públicas em territórios ainda inabitados-colonização. Esse deslocamento do eixo da política fundiária, com

o INCRA agindo, sobretudo, no aspecto colonização (C), em detrimento do aspecto reforma agrária (RA) é crucial como explicação da dinâmica territorial brasileira desde então.

Para coordenar esses trabalhos criou-se o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA tendo como um dos seus objetivos, valer-se da ocupação das margens das rodovias amazônicas, por meio de dois Projetos: Projetos Integrados de Colonização - PICs[2] e Projetos de Assentamento Dirigido - PADs[3] (MIRANDA, 2011).

Os PICs foram divididos em três áreas administradas separadamente em Marabá, Altamira e Itaituba no Pará, em 1970, previam a instalação de 100 mil famílias em lotes de 100 hectares cada um, no período de quatro anos (BRASIL, 1972). A ocupação humana para esse espaço se daria pela utilização de mão de obra nordestina liberada pelas grandes secas de 1969 e 1970 do Nordeste. Os trabalhadores assentados também teriam serviços médicos, ajuda de custo no valor de seis salários mínimos, quatro hectares de roça pronta, créditos bancários, garantia de compra da produção agrícola e uma casa na agrovila. Na região de Marabá, o projeto de colonização avançou sobre áreas há muito tempo ocupadas por posseiros, como no município de São João do Araguaia/PA (JONES, 2003).

O PAD foi implementado até a metade dos anos 1980 e seu gerenciamento dava-se pela própria comunidade, geralmente constituída por famílias detentoras de algum conhecimento tecnológico, ou de práticas de atividades agrícolas, pecuárias, agroflorestais ou florestais bem-sucedidas e possuidoras de recursos financeiros suficientes para autogestão da sua produção agrícola familiar (MIRANDA, 2011).

Segundo Nascimento (2006), entre 1977 e 1982, a economia brasileira estava mergulhada em grave crise financeira, fruto do endividamento externo assumido pelo governo do Brasil. Assim, os recursos destinados à implementação dos PADs foram diminuídos

---

[2] Os Projetos Integrados de Colonização (PIC) se destinavam à faixa de população de baixa renda, especificamente a agricultores sem terra (§ 2º, art. 25, do Estatuto da Terra), e de preferência àqueles que possuem maior força de trabalho familiar. Nas áreas desses projetos, o INCRA identifica e seleciona os beneficiários, localiza-os nas parcelas por ele determinadas, fornece a infra-estrutura básica, e, através dos órgãos responsáveis, a nível nacional, regional, estadual e/ou municipal, implementa as atividades relativas à assistência técnica creditícia, à comercialização, saúde, educação, ao mesmo tempo em que deve montar o sistema cooperativo, para facilitar a organização sócio-econômica dos parceleiros. Cabe também ao INCRA outorgar aos beneficiários o título definitivo de propriedade da parcela. Disponível em: http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/CC/Projetos%20Integrados%20de%20Coloniza%E7%E3o.pdf

[3] Os chamados Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) se destinam a agricultores com maior nível de capacitação profissional, experiência quanto à obtenção de crédito bancário e um mínimo de recursos financeiros. Nas áreas desses projetos o INCRA é responsável pela seleção e assentamento dos beneficiários, pela implantação da infra-estrutura física, loteamento e titulação. As atividades referentes à assistência técnica, comercialização, saúde e educação não estão afetas ao INCRA, mas a outros órgãos diretamente responsáveis, seja ao plano federal, regional, estadual ou municipal. Disponível em: http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/CC/Projetos%20Integrados%20de%20Coloniza%E7%E3o.pdf

paulatinamente, prejudicando a implantação de grande parte da infraestrutura necessária ao desenvolvimento econômico das famílias.

Para Fernandes (1996), durante as duas décadas em que os governos militares estiveram no poder, garantiram a apropriação, por grandes grupos empresariais, de imensas áreas de terras e também o aumento do número de latifúndios. Financiaram as mudanças na base técnica de produção, com base nos incentivos criados e do crédito subsidiado pela sua política agrícola. Proporcionaram assim a modernização da agricultura e a territorialização do capital no campo.

Do outro lado, a luta pela resistência a uma política autoritária criava corpo e nos últimos anos da ditadura e o processo de redemocratização do país marcaram um momento de novo fortalecimento dos movimentos sociais de modo que, em 1985, o Movimento dos Sem Terras - MST, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, a Igreja Católica, a Central Única dos Trabalhadores - CUT, vários partidos políticos e outras entidades, a favor da reforma agrária, organizaram-se para exigir do governo a elaboração de um Plano de Reforma Agrária (RAMOS FILHO, 2008).

Em 1985, com um novo regime político, foi lançado I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA para um período de quatro anos - 1985/1989, Embora tenha sido pensado antes da constituição, sua execução permeou anseios que vinham sendo solicitados pelos movimentos sociais de cunho agrário, como o fortalecimento dos assentamentos, da agricultura familiar, das comunidades rurais tradicionais e as desigualdades de gênero, temas necessários e que de fato tornaram-se ponto de pauta da reestruturação para os movimentos no Brasil. Por outro lado, deixou de fora as questões ambientais (RAMOS FILHO, 2008).

Medeiros (2003) destaca o lado positivo da redação do PNRA à reforma agrária: a desapropriação por interesse social como mecanismo principal e a concepção penalizatória aos proprietários que não davam função social a terra. Ao mesmo tempo, o plano trazia também retrocessos, pelo fato de colocar a desapropriação como secundária entre as medidas a serem adotadas pelo governo (OLIVEIRA, 2007).

Com a Constituição da República Federativa do Brasil (CF 1988), a nova república responde a sociedade rural brasileira, por meio de lei reformulação das questões agrárias no país (BRASIL, 1988).

A década de 90 inicia com o enfraquecimento das discussões pró reforma, agravadas pela submissão do INCRA ao Ministério da Reforma Agrária e chega a um percentual 30 mil famílias nos dois primeiros anos de um total de 500 mil entre 1990 e 1994 (OLIVEIRA, 2007). De acordo com Santos (2009), o governo Itamar foi responsável pelo maior número de

desapropriações do período Collor/Itamar: 85% das desapropriações realizadas no período 1990-1994 – aproximadamente 215 desapropriações, número irrisório para uma nação que estava sedenta por medidas mais efetivas que viessem ao encontro das necessidades da população menos favorecidas.

De 1995 a 2002 entra em cena uma política brasileira com grandes expectativas das multinacionais e latifundiários, por ser um governo defensor da continuação/aprofundamento da política agrária já existente que prioriza o mercado e a produção agropecuária de grande escala voltada para o mercado externo, que já vinha sendo implantada desde os governos militares, ganhando confiabilidade após o Plano Real. Nesse período, os movimentos sociais exerciam grande pressão contra o governo, tendo como seu principal expoente o MST na luta pela terra, isso porque, os programas de Estado partiam do pressuposto de que o problema agrário não era tão extenso como o denunciado, motivo pelo qual priorizava o assentamento das famílias já acampadas (OLIVEIRA, 2007).

Para o Estado, a reforma agrária seria um problema que a política agrária empreendida poderia resolver pela perspectiva de emprego que o desenvolvimento do campo traria, ignorando a real expulsão e migração para a cidade que tal movimento gerava e continua a gerar na atualidade. Nessa lógica, ganhava cada vez mais força a política de inserção crescente da terra e do camponês no mercado e na reprodução do capital (RAMOS FILHO, 2008).

Em 2004 o II PNRA nasce sob uma nova abordagem para o desenvolvimento rural que incluía os pressupostos do desenvolvimento sustentável que ganhou força no Brasil a partir de 1992, além de ter outros propósitos, como o de dar continuidade à política de reconhecimento de um país rural, fortalecendo e revendo as ações governamentais, não mais com preocupações de tão somente assentar famílias, desapropriando terras, mas trabalhar no fortalecimento e permanência dos povos e comunidades tradicionais[4], na diversidade de gênero, na juventude, o desenvolvimento sustentável e preservação e conservação do meio ambiente, juntando as diversas regiões do país (BRASIL, 2004).

Dentre as regiões deste país, na Amazônia, a Região Norte, mais uma vez é um dos espaços desse território onde se encontra diferentes políticas públicas ambientais; especificamente no Estado do Pará, segundo (SIPRA/INCRA, 2014), há aproximadamente

[4] Art. 3º. Decreto 6.040/2007, I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Disponível em: http://www.planalto. gov.br/ ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

nove mil projetos de reforma agrária, 956.543 famílias assentadas, num total de 1.157.396 moradores nesse território.

Para o INCRA o assentamento é o retrato físico da Reforma Agrária. Ele nasceu quando esse instituto observou a necessidade de transferir para trabalhadores rurais a possibilidade de cultivarem e promoverem seu desenvolvimento econômico e assim, incluir uma significativa parcela da pirâmide social na economia agrária, regida por um novo marco de regulação dos mercados agrícolas, de sorte a garantir crescimento da renda, do emprego e da produção desse setor. Essa mudança se dará (BRASIL, 2004), com geração de excedentes de renda familiar relativamente às necessidades básicas de consumo, e dos custos primários de produção, a todo o espectro da população rural atingida pela Reforma. O instrumento prioritário de obtenção de terras para o assentamento de famílias é a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária (BRASIL, 2004).

Para o Estado (BRASIL, 2004), a meta é fortalecer os territórios em uma lógica mais recente da sustentabilidade, proporcionando as famílias, espaços regularizados, com apoio financeiro e de assistência técnica com foco no desenvolvimento econômico e humano. Para melhor compreensão dos assentamentos, Coca (2013) define os tipos de projetos trabalhados pela Reforma Agrária correspondente aos anos de 1961 a 2010.

Quadro 1: Tipologia de assentamentos de Reforma Agrária, 1961-2010.

Nº	SIGLA	TIPOS DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
1.	PA	Projeto de Assentamento Federal	INCRA/INSTITUTOS DE TERRAS ESTADUAIS
2.	PAE	Projeto de Assentamentos Agroextrativista	INCRA/INSTITUTOS DE TERRAS ESTADUAIS
3.	AQ	Assentamento Quilombola	INCRA/INSTITUTOS DE TERRAS ESTADUAIS
4.	PRB	Projeto de Reassentamento de atingidos por barragens	INCRA/GOVERNOS ESTADUAIS
5.	PAF	Projeto de Assentamento Florestal	INCRA
6.	PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável	INCRA
7.	PAC	Projeto de Assentamento Conjunto	INCRA
8.	PAD	Projeto de Assentamento Dirigido	INCRA
9.	PAR	Projeto de Assentamento Rápido	INCRA
10.	PC	Projeto de Colonização Oficial	INCRA
11.	PIC	Projeto Integrado de Colonização	INCRA
12.	PFP	Projeto Fundo de Pasto	CDA
13.	PE	Projeto de Assentamento Estadual	INSTITUTOS DE TERRAS ESTADUAIS
14.	PAM	Projeto de Assentamento Municipal	GOVERNO MUNICIPAL
15.	PCA	Projeto de Assentamento Casulo	GOVERNO MUNICIPAL
16.	FLONA	Florestas Nacionais	ICMbio*
17.	RESEX	Reserva Extrativista	ICMbio*
18.	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	ICMbio*
19.	FLOE	Floresta Estadual	CEUC/SDS**
20.	PEAEX	Projeto de Assentamento Agroextrativista	ITERPA***

Fonte: Dataluta, 2011. Organização do autor (COCA, 2013).

Fonte: INCRA
*Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
**Centro Estadual de Unidades de Conservação/Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Amazonas)
***Instituto de Terras do Pará

O quadro apresenta a quantidade, as formas e tipos de assentamentos implementados pela Reforma Agrária no Brasil e os órgãos responsáveis pelos mesmos nas esferas de governo municipal, estadual e federal. Para Le Tourneau e Bursztyn (2010) os projetos

clássicos de assentamento continuam sendo os mais numerosos na região amazônica, porém, a modalidade PAE tem apresentado um forte crescimento nos Estados do Pará e do Amazonas.

O Brasil conta com 9.334 assentamentos; desses, 3.667 encontram-se na Amazônia Legal[5], sendo 1.766 assentamentos verdes[6], desse grupo, 294 são Projetos[7] de Assentamento Agroextrativista - PAE. (SIPRA/INCRA).

Os PAE's são projetos de assentamento que visam promover a reforma agrária ecológica, ou seja, regularizando a situação fundiária de populações tradicionais extrativistas, proporcionando-lhes apoio técnico e de infraestrutura que permitam o seu desenvolvimento sustentado (BRASIL, 2004). Surgem com o objetivo de regularização de terras para as populações extrativistas e ribeirinhas, baseando-se nos seus modos de vida, em suas formas de se relacionar com a floresta e na utilização que fazem de seus recursos para sua sobrevivência. Essa modalidade de assentamento foi implementada inicialmente nos estados do Acre, Amazonas, Amapá e Pará (GUERRA, 2002).

[5] Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato grosso e Maranhão. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias /geografia/amazonialegal.shtm

[6] Instituído por meio da Portaria/Incra nº 716, de 27 de novembro de 2012, o Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia, chamado de Assentamentos Verdes, integra ações do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrária (MDA) com instituições parceiras. Está entre as principais contribuições para a mudança do perfil das áreas de reforma agrária naquela região. Disponível em: http://www.editoramagister.com/legis_24003429_PORTARIA_N_716_DE_27_DE_NOVEMBRO_DE_2012.aspx

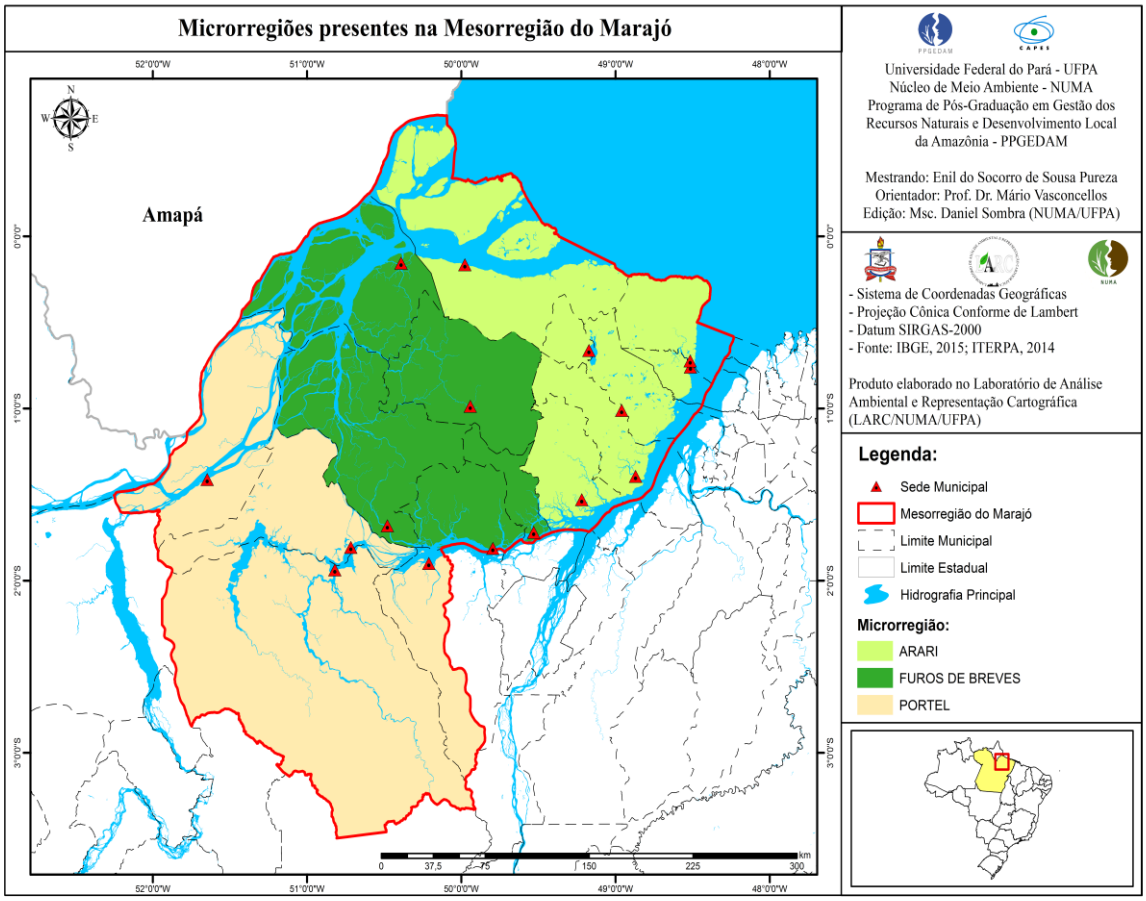
[7] Basicamente, o projeto de assentamento é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural pertencente a um único proprietário. Disponível em: http://www.incra.gov.br/assentamento

2 PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTAS ILHA DO MUTUM: ASPECTOS HISTÓRICOS DE SUA IMPLEMENTAÇÃO

2.1 Contexto territorial

O Arquipélago do Marajó é uma Área de Proteção Ambiental (APA), criada a partir do Art. 13, § 2º, da Constituição do Estado do Pará de 1989. É a maior Unidade de Conservação na costa Norte do Brasil, com 5.904.322 ha. Situado no litoral amazônico, constituído por ilhas que formam o Estuário da Baía do Marajó. É banhado pelas águas salgadas do Oceano Atlântico ao norte e pelas águas fluviais da foz do Rio Pará e Tocantins ao sul, formando um complexo fluviomarinho (IDEFLOR-BIO, 2016). Possui uma área de 5.904.322 há (PARÁ, 2011) e população, segundo censo IBGE de 250.000 habitantes (MORIM, 2009).

Mapa 1 – Localização geográfica da Mesorregião do Marajó.



Fonte: LARC/NUMA/UFPA (2017).

Geograficamente a Mesorregião do Marajó é constituída de três microrregiões: Arari, Furos de Breves e Portel. As duas primeiras compreendem municípios inseridos integralmente no Arquipélago, já a de Portel abrange municípios com sedes em áreas continentais, na porção sul/sudoeste da mesorregião.

A APA Marajó tem como objetivos elaborar e executar o zoneamento ecológico-econômico, visando a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população marajoara (IDEFLOR-BIO, 2016). Visa proteger a diversidade biológica, desenvolver e melhorar a qualidade de vida da população marajoara; organizar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (IDEFLOR, 2016), preservando as espécies ameaçadas de extinção e amostras representativas dos ecossistemas, ao mesmo tempo, implementar projetos de pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo" (IDEFLOR-BIO, 2016).

A APA Marajó possui 06 Unidades de Conservação[8], sendo: quatro Reservas Extrativistas[9] (Reserva Mapuá, localizada em Breves; Terra Grande Pracuúba, situada em Curralinho e em São Sebastião da Boa Vista; Reserva Gurupá-Melgaço, estabelecida nos Municípios de Gurupá e Melgaço e Reserva Marinha[10] de Soure, no Município de Soure). Uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável[11] - RDS, denominada Itatupã-Baquiá, em Gurupá e uma Floresta Nacional[12], a de Caxiuanã, que abrange os municípios de Portel, Melgaço e Gurupá – Mapa 2 - (BRASIL, 2016). E 141 Projetos de Assentamentos

[8] As unidades de conservação (UC) são espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm

[9] A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm

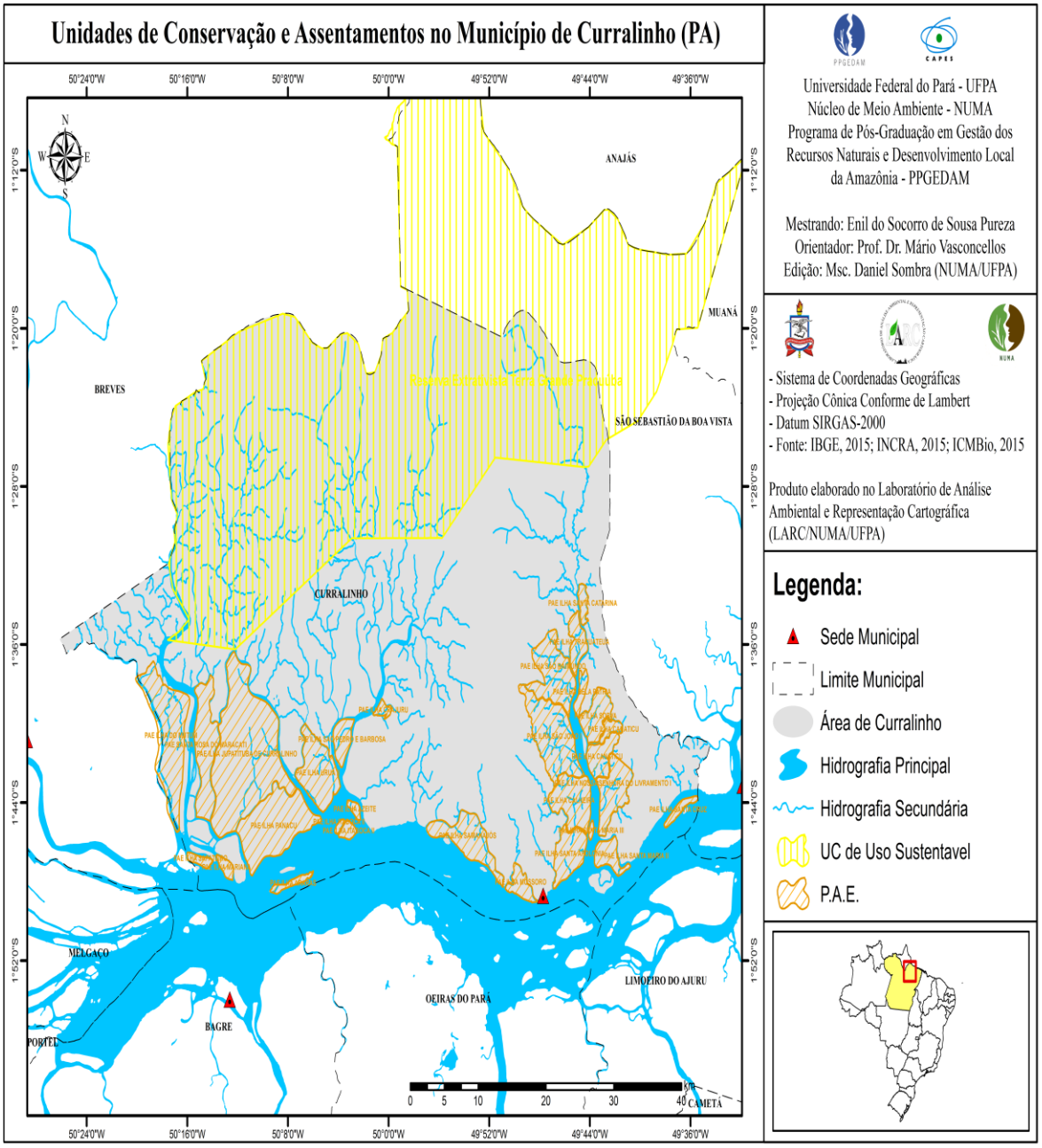
[10] A Reserva Extrativista Marinha é uma Unidade de Conservação Federal que abriga populações tradicionais, as quais desenvolvem intensa relação com a natureza caracterizando seu modo de vida e consequentemente sua cultura. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm

[11] A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados as condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm

[12] A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa cientifica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm

Agroextrativistas (PAE's), distribuídos nos 16 municípios[13] (Quadro 2) que compõem o arquipélago e desses, 28 (vinte e oito) encontram-se em Curralinho, município com o maior número de assentamentos na região marajoara e onde localiza-se o PAE que é nosso objeto de estudo (BRASIL, 2014).

Mapa 2 - Unidades de Conservação de Uso Sustentáveis e Projetos de Assentamentos Agroextrativistas no Município de Curralinho/Marajó/Pará.



Fonte: LARC/NUMA/UFPA (2017).

[13] Anajás, Afuá, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Portel, Ponta de Pedras, São Sebastião da Boa Vista, Soure, Salvaterra, Santa Cruz do Arari (IDEFLOR-BIO, 2016).

Quadro 2 - Projeto de Assentamentos Agroextrativistas - PAE's no Arquipélago do Marajó

Nº	MUNICÍPIO	Nº DE ASSENTAMENTOS
1.	Anajás	02
2.	Afuá	18
3.	Bagre	09
4.	Breves	22
5.	Cachoeira do Arari	02
6.	Chaves	02
7.	**Curralinho**	**28**
8.	Gurupá	06
9.	Melgaço	05
10.	Muaná	25
11.	Portel	01
12.	Ponta de Pedras	03
13.	São Sebastião da Boa Vista	18
14.	Soure	0
15.	Salvaterra	0
16.	Santa Cruz do Arari	0
TOTAL		141

Fonte: SIPRE/INCRA
Organizador: Enil Pureza - 2016

O Município de Curralinho está localizado na microrregião dos furos de Breves com extensão territorial de 3.617 Km², tendo como limites o norte do Município de Breves, ao sul o Rio Pará e Baía das Bocas e ao leste São Sebastião da Boa Vista. Tem uma população de 28.549 habitantes, sendo que desta 17.619 (61,7%) vive no meio rural. Segundo o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) 4.627 dos endereços do município são rurais (IBGE, 2010) distribuídos em seus principais rios: Guajará, Mutuacá, Canaticú e Piriá. Todos esses rios desembocam no Rio Pará que está ao sul do Município de Curralinho. Nas margens desses rios encontram-se as comunidades cadastradas nos projetos de assentamento de reforma agrária desse Município (CARVALHO, 2013).

2.2 CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DO PAE ILHA DO MUTUM

A criação do PAE Ilha do Mutum, de acordo com as narrativas de seus assentados, teve sua efetivação garantida por dois grandes motivos: o primeiro pela necessidade dos moradores da ilha em impedir os avanços de madeireiras nesse território, em particular a Amazônia Madeiras Compensados e Laminados (AMACOL), que se intitulava dona das terras da região e o segundo por meio das políticas públicas rurais, tendo como seu principal instrumento PNRA II, implementado a partir de 2004 e que chega ao Marajó em 2006

(SIPRA/INCRA, 2016). Essa política passa a ser uma saída possível para enfrentar as investidas da AMACOL, isso porque, esse plano apresenta uma visão ampliada de reforma agrária, que reconhece a diversidade de segmentos sociais no meio rural, prevê ações de promoção da igualdade de gênero, garantia dos direitos das comunidades tradicionais e ações voltadas para as populações ribeirinhas e aquelas atingidas por barragens e grandes obras de infraestrutura (BRASIL, 2004).

De acordo com a narrativa do Assentado D (54 anos de idade, 2016), as famílias da Ilha do Mutum observando que os representantes da AMACOL não exibiam documentos que de fato as terras eram de propriedade da empresa, organizaram uma reunião na Ilha do Mutum e chamaram prefeito e vereadores do Município de Curralinho, deputados estaduais do Estado do Pará e a AMACOL, com o objetivo de saber se, de fato, existiam os documentos comprobatórios das terras em questão. O Assentado D, disse que a empresa por meio de seu representante legal mostrou documentos, mas o advogado da prefeitura, presente nesse evento, ao analisar os mesmos detectou que eles não eram legítimos, com isso, as ameaças de despejos foram suprimidas e ao mesmo tempo, começou o processo de transformar o espaço territorial em um assentamento, algo que se tornou possível, pelo fato das terras, neste caso, serem da união (ASSENTADO D, 2016).

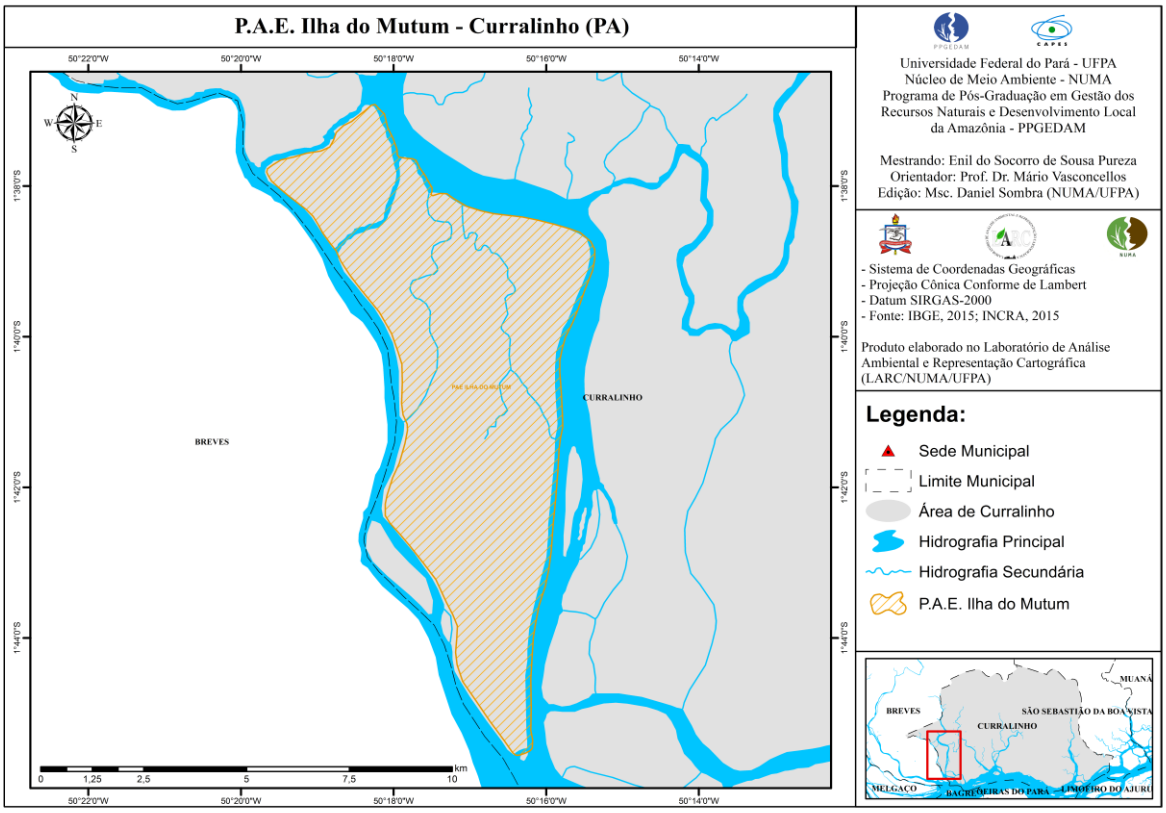
Em 2006, uma nova fase no Arquipélago do Marajó inicia-se com a criação dos primeiros assentamentos agroextrativistas em três ilhas: Jupatituba, Canaticú e Mutum, ou seja, o PAE Ilha do Mutum é um dos primeiros a ser efetivado, de acordo com SIPRA/INCRA (2016), localizado precisamente na microrregião Furos de Breves, ajudando a evitar novas tentativas de ameaças e exploração indevida da terra e pela necessidade de incentivos de políticas públicas por parte do governo federal.

Entretanto, para que esses espaços se transformassem em assentamentos foi necessária uma longa caminhada, isto porque, as famílias envolvidas tiveram que seguir as orientações da Portaria/INCRA/P/N° 269 de 23 de outubro de 1996, que define a metodologia para implantação de Projetos de Assentamento de Base Agroextrativista (INCRA. 2006). Esse documento apresenta que além das atribuições do INCRA, a comunidade tem participação ativa por meio das suas representações. E uma delas é a indicação da área para implantação do PAE. Desta forma, o INCRA prioriza a criação de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas em áreas onde as populações já estão organizadas, com tradição extrativista e interesse no desenvolvimento sustentado (INCRA. 2006).

Assim, o primeiro passo após aprovação pela comunidade e pelo INCRA para a criação[14] do projeto de assentamento, é saber de quem é a área e se terá que fazer a desapropriação, arrecadação, compra e venda. No caso do PAE Ilha do Mutum (Mapa 3), todos os assentados informantes desta pesquisa já moravam no território antes dele se transformar em assentamento. Para o Assentado F (72 anos de idade, 2016), o INCRA não precisou comprar as terras, isto porque as terras não tinham dono, elas eram do governo. Algo que até facilitou a criação do assentamento.

Após essa fase, o próximo passo do INCRA foi a criação do projeto agroextrativista em conjunto com a comunidade, oficializado por meio da Portaria de número 116, de 27 de dezembro de 2006.

Mapa 3 – Projeto de Assentamento Agroextrativistas Ilha do Mutum/Curralinho-PA



Fonte: CPRM – SIPA

[14] A criação é feita através da publicação de uma portaria, onde constam os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão dados para sua implantação. Os assentamentos podem ser divididos em dois grandes grupos: Projetos de assentamento de reforma agrária criados por meio de obtenção de terras pelo Incra, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PAs); os ambientalmente diferenciados, denominados Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF). Projetos de assentamentos de reforma agrária reconhecidos pelo Incra, criados pelas instituições governamentais para acesso às políticas públicas do PNRA (INCRA, 2016). Projetos de assentamentos de reforma agrária reconhecidos pelo Incra, criados pelas instituições governamentais para acesso às políticas públicas do PNRA (INCRA, 2016).

Após a criação do assentamento, o INCRA inicia a fase de instalação das famílias no local. Nesta etapa foi realizado o parcelamento do imóvel em lotes, definidas e delimitadas as áreas comunitárias, as áreas de preservação ambiental, aquelas para instalação de escolas, igrejas etc. Para o Assentado D (54 anos, 2016), o INCRA não teve muita dificuldade de delimitar os lotes, isso porque, já existia uma delimitação por conta das famílias, tendo como exemplo a delimitação de uma família que vai de um igarapé até uma ribanceira, ou de outra, que começa no açaizal até a casa de farinha. Desse modo, as metragens obedeciam basicamente esses limites, em muitos casos os lotes eram de 500 metros de frente por 1000 de fundos e em outros 1000 de frente por 500 de fundos.

Obedecendo ao que diz a Portaria/INCRA/P/N° 269 de 23 de outubro de 1996, é nessa fase também, que os beneficiários recebem os primeiros créditos para a aquisição de ferramentas e insumos para o plantio de alimentos - para a segurança alimentar, até que, através de um sorteio, cada família seja encaminhada para sua respectiva gleba. Para garantir a permanência das famílias na terra, as ações em prol do assentamento passaram a seguir um planejamento, feito juntamente com a comunidade: o Plano de Desenvolvimento do Assentamento[15] (PDA) ou Plano de Utilização (PU). No caso do PAE Ilha do Mutum o elaborado foi PU, que será analisado ainda neste capítulo.

Ainda na fase de instalação, os beneficiários assinam com a autarquia o Contrato de Concessão de Uso (CCU). Esse documento dá direito ao assentado de morar e explorar a parcela pelo tempo que ele desejar e de receber sua posse, se cumpridas todas as exigências constante na legislação. O CCU também é o documento que assegura o cumprimento das exigências legais para a permanência da família no assentamento (INCRA, 1996). Outro documento é o Termo de Autorização de Uso (TAU), expedido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) (INCRA, 2016), que para os assentados é um documento de grande importância, quando dizem que agora têm um endereço e que esse documento da

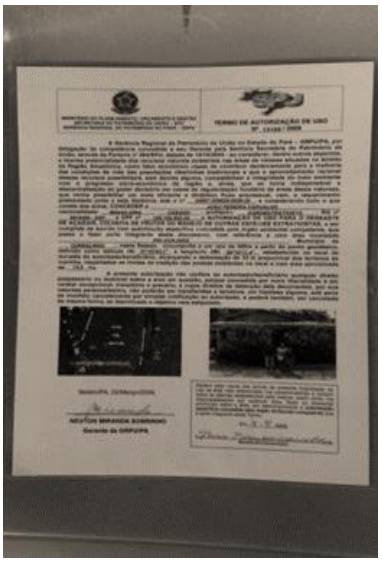


Figura 4: Termo de Autorização de Uso – TAU
Foto: Sônia Amaral/2016

[15] O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) é um estudo realizado pelo Incra - ou sob sua supervisão - e com a participação da comunidade para orientar o desenvolvimento do assentamento. O estudo faz um diagnóstico da realidade local e apresenta propostas viáveis para desenvolver todos os aspectos da vida do assentado e da comunidade. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucionall/legislacao--/atosinternos/normas/ne_02_280301 pdf

SPU mostra onde ficam suas casas, o rio onde moram e assim podem comprar nas lojas da cidade, ter crédito nos bancos, conforme dados apresentados em Amaral (2015).

A terceira fase foi a de estruturação. O INCRA implanta a infraestrutura básica necessária nas áreas de reforma agrária de forma direta e em parceria com outros entes governamentais. As prioridades são a construção e/ou complementação de estradas vicinais e o saneamento básico – por meio da implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário -, além de construção de redes de eletrificação rural, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. A realização dessas ações tem grande impacto no estímulo ao processo produtivo das comunidades que residem nos assentamentos e da população local do entorno.

A Implantação das Ações nos Projetos de Assentamentos, tem suas fases e foram editadas pelas portarias MDA/INCRA Nº 6 e 7/2013 e 83/2014 (Cronograma 1), onde apresenta a área, as ações e os prazos para que as políticas sejam desenvolvidas.

Cronograma 1 - Implantação das Ações nos Projetos de Assentamentos (03 ANOS).
Portarias MDA/INCRA nº 6 e 7/2013 e 83/2014.

Área	Ação	Prazo (Dias)	1º Ano												2º ANO												3º ANO											
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Eixo 1: Políticas Sociais																																						
T	CADúnico	30																																				
T	Homologação de famílias e publicação de relação de beneficiários (RB)	30																																				
D	Curso de qualificação do PRONATEC	120																																				
D	Saúde e Educação	15																																				
Eixo 2: Infraestrutura																																						
T	Soluções Hídricas	30																																				
D	Relação de Beneficiários Minha Casa Minha Vida	365																																				
D	Solução de Infraestrutura (luz, água, moradia)	365																																				
D	Recuperação de Estradas	365																																				
D/T	Elaboração de anteprojeto de Parcelamento	90																																				
D	Topografia e Demarcação das Parcelas.	545																																				
Eixo 3: Apoio a Produção																																						

D	ATER	120	
D	Proposta Conjuntiva INCRA/CONAB/EMBRAPA	90	
Ciclo I: Aplicação do Crédito Instalação			
D	Apoio Inicial	180	
D	Fomento I	365	
D	Fomento II	365	
D	Fomento Mulher	365	
Ciclo II: Inclusão Produtiva			
D/Ag Fin.	Microcrédito	365	
Ciclo III: Estrutura Produtiva			
D/Ag Fin.	Mais alimentos para a Reforma Agrária	545	
Eixo 4: Regularização Fundiária e Ambiental			
D	CCU	30	
T	Cadastro Ambiental Rural – SICAR	30	

Fonte: INCRA – 2016
Organização: INCRA - 2016

Nessa metodologia são trabalhados quatro eixos, sendo o primeiro eixo das políticas públicas que estão contidos o CADúnico, a homologação de famílias, a publicação de Relação de Beneficiários (RB), o curso de qualificação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a saúde e a educação. O segundo eixo é o da infraestrutura, com foco nas soluções hídricas, na relação de beneficiários minha casa minha vida, na recuperação de estradas, elaboração de anteprojeto de parcelamento, topografia e demarcação das parcelas. O terceiro eixo trabalha o apoio a produção com ênfase na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), na Proposta Conjuntiva do INCRA/CONAB/EMBRAPA. Este terceiro eixo se subdivide em três ciclos, sendo o primeiro com vista a aplicação do crédito de instalação – apoio inicial, fomento I, fomento II e fomento mulher; o segundo busca a inclusão produtiva – microcrédito; o terceiro a Estrutura Produtiva - Mais alimentos para a Reforma Agrária. Por fim, o quarto eixo se atêm a Regularização Fundiária Ambiental buscando o Contrato de Concessão de Uso (CCU) e Cadastro Ambiental Rural (SICAR) (INCRA, 2016).

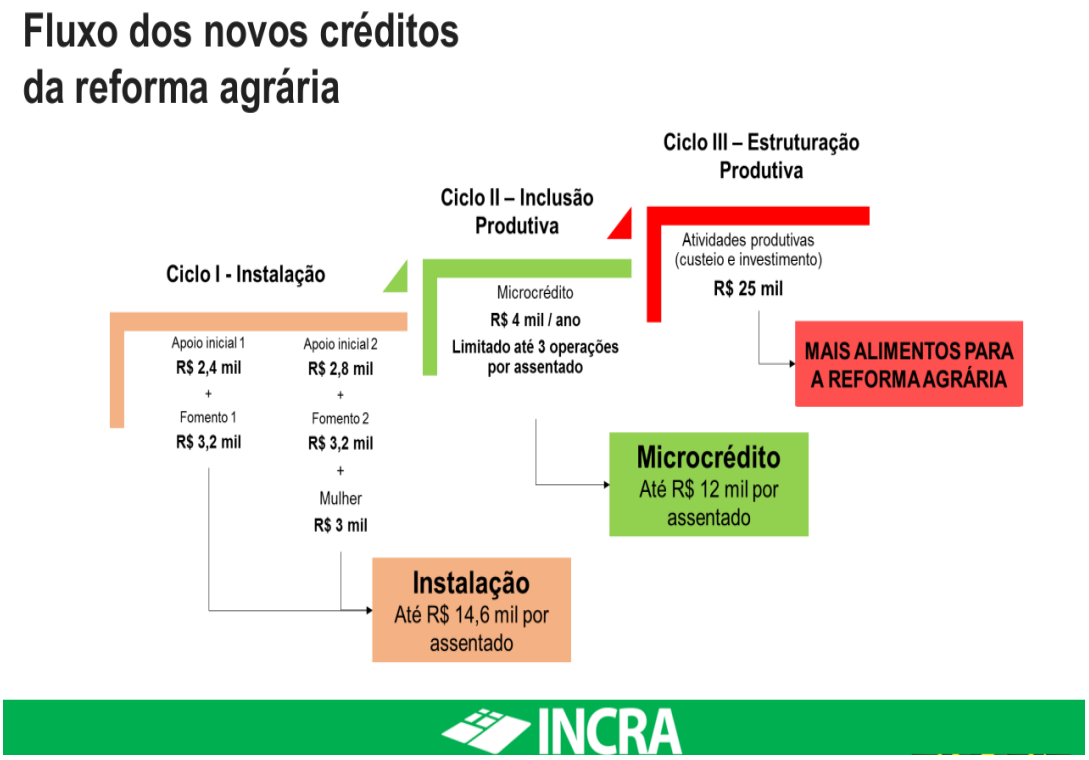
O Cronograma de Implantação das Ações nos Projetos de Assentamentos, editada pelas portarias MDA/INCRA Nº 6 e 7/2013 e 83/2014, apresentou-se por meio deste estudo ao assentado D (2016), durante o período de pesquisa com o objetivo de provocar análise entre o que tem sido planejado e o que de fato vem sendo implementado no PAE Ilha do Mutum. No primeiro eixo, os três últimos pontos: a publicação de Relação de Beneficiários (RB), o curso de qualificação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a saúde e a educação, não chegaram ao assentamento em pauta. Para o mesmo assentado, embora Breves tenha um campus do Instituto Federal de Educação (IFPA) os Cursos do PRONATEC ainda não comtemplaram as suas necessidades.

Do segundo eixo, as políticas já efetivadas foram: soluções hídricas (sistema de captação de água do rio) para 30 famílias contempladas, e 15 casas do programa minha casa e minha vida[16] foram entregues, o que segundo o assentado D (2016), representou menos de 15% das famílias cadastradas, de um universo de 129, e até o momento as outras ações ainda não foram executadas.

Do terceiro eixo, somente o apoio inicial I e II, no valor de até R$ 2,4 mil por família chegaram ao assentamento (ASSENTADO D, 2016).

[16] Antes conhecido como Programa Nacional de Habitação Rural. Disponível em: http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programasuniao/habitacao/programanacionalhabitacaorural/Paginas/default.aspx

Organograma 1 - Fluxo dos Novos Créditos da Reforma Agrária



Fonte: INCRA, 2016

A imagem (Organograma 1) representa o fluxo dos novos créditos da reforma agrária. Ciclo I - Instalação: o apoio inicial I: voltado à instalação no assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, no valor de até R$ 2,4 mil por família assentada; o apoio inicial II: voltado à aquisição de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos, no valor de até R$ 2,8 mil por família assentada; o fomento: voltado à viabilização de projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional, além de estímulo da geração de trabalho e renda, no valor de até R$ 6,4 mil por família assentada, divididos em duas operações de até R$ 3,2 mil; Fomento Mulher: voltado à implantação de projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote, no valor de até R$ 3 mil, em operação única, por família assentada. Ciclo II – Inclusão Produtiva: Microcrédito: voltado à inclusão produtiva das famílias, possibilitando aumento da capacidade de produção e ingresso dos itens nos mercados consumidores a partir de assistência técnica, com acesso até três operações no valor de R$ 4 mil. Ciclo III – Estruturação Produtiva: Mais Alimentos Reforma Agrária: voltado às famílias que desejam expandir as atividades produtivas e não acessaram outro investimento anteriormente, com limite de R$ 25 mil, em uma ou mais operações, na modalidade investimento, e de até três operações de R$ 7,5 mil para custeio (INCRA, 2016).

No PAE Ilha do Mutum muitas dessas ações apresentadas pelas Portarias MDA/INCRA nº 6 e 7/2013 e 83/2014, já foram implementadas, outras ainda não chegaram até o assentamento, entre as que chegaram encontram-se as de apoio inicial I e II conforme descrito a seguir.

O apoio inicial I está voltado à instalação no assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, no valor de até R$ 2,4 mil e o apoio inicial II destina-se à aquisição de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos, no valor de até R$ 2,8 mil ambos por família assentada (INCRA, 2016).

Para o Assentado D, (2016), esses créditos da reforma agrária chegaram ao assentamento, sendo que o apoio inicial I, não chegou na sua totalidade e demorou muito, e quando chegou para as famílias, foi em forma de cestas básicas, corresponde a 1.200,00 reais, que na prática equivale a metade do valor inicial planejado pelo governo federal. Em relação ao apoio inicial II, o Assentado C - 26 anos (2016), confirma que esses recursos também foram disponibilizados para as famílias no valor de 2.800,00 reais, mas eles como as outras famílias não tiveram acesso aos recursos em espécies, e sim, por meio de materiais já adquiridos e entregues para serem usados na pesca: redes de malhas e para a agricultura: motores, terçados, enxadas.

O quarto eixo se atêm a Regularização Fundiária Ambiental buscando o Contrato de Concessão de Uso (CCU) e Cadastro Ambiental Rural – SICAR

De acordo com a Constituição Federal (1988), os beneficiários de imóveis rurais adquiridos pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, instrumentos que asseguram o acesso a terra. Esse contrato visa transferir imóveis rurais aos beneficiários da reforma agrária em caráter definitivo, assegurando aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo Incra e a outros programas do governo federal (INCRA, 2016).

O Novo Código Florestal, Lei Federal nº 12.651/2012, define o Cadastro Ambiental Rural (CAR), como um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico. Cadastro Ambiental Rural – SICAR (CAR/PARÁ, 2016).

Como observa-se, as fases de implantação dos PAE’s, em parte, foram aplicadas no PAE Ilha do Mutum, entre as poucas ações efetivadas, tem-se as das terras que já eram da união. Outras encaminhadas foram as soluções hídricas - sistema de captação de água do rio comtemplando 30 famílias e 15 casas do programa minha casa e minha vida em um universo

de 129 famílias assentadas. Como foi também apoio inicial I e II, sendo o apoio inicial implementado de forma parcial. Com isso, percebe-se, que as ações para proporcionar uma infraestrutura para o atendimento à saúde e a educação ainda não foram efetivadas.

Em relação à energia elétrica para as famílias assentadas e o desenvolvimento que ela poderia gerar para o assentamento, ainda não está disponível, embora torres do Linhão do Marajó, presentes dentro das terras do PAE Ilha do Mutum, que atende Breves, Curralinho, Portel, apenas passam com seus cabos e fios por cima das casas, gerando expectativas e impedindo por meio dessa ausência de energia, o avanço desenvolvimento produtivo e uma melhor qualidade de vida.

Conforme analisou-se, o PAE Ilha do Mutum, embora sendo um dos primeiros a ser efetivado e organizado para receber as políticas agrárias, ainda não foi comtemplado pela maioria das fases definidas nos planejamentos do INCRA. Nas análises, percebeu-se que a ASPABIM sempre esteve compromissada em discutir, analisar e executar as fases para implantação do PAE a partir do II PNRA, ou seja, se não houve avanços, estes não foram de responsabilidade direta dos assentados. Entretanto, mesmo com os poucos, mas ao mesmo tempo, avanços das políticas públicas no assentamento, a gestão ambiental vem se efetivando e ganhando cada vez mais bases na conservação dos recursos naturais.

3 GESTÃO AMBIENTAL NO PAE ILHA DO MUTUM

3.1 Conceituando Gestão Ambiental

O termo gestão ambiental é bastante abrangente. Frequentemente é usado para designar ações ambientais em determinados espaços geográficos, por exemplo, gestão ambiental de parques, reservas florestais, assentamentos, de micro e macro regiões, áreas de protejo ambiental, reservas da biosfera e outros. Comparada a gestão ambiental empresarial, esta última, restringe-se a empresas e instituições e pode ser definida como sendo um conjunto de políticas, programas e práticas administrativas e operacionais que levam em conta a saúde e a segurança das pessoas, e a proteção do meio ambiente através da eliminação ou diminuição de impactos e danos ambientais decorrentes do planejamento, implantação, operação, ampliação, realocação ou desativação de empreendimentos ou atividades, incluindo-se todas as fases do ciclo de vida do produto (QUEZADA,1998).

De acordo com Groppo (2006), o termo gestão deriva do latim *gestio*, que significa o ato de dirigir; portanto, não perde a essência também estabelecida para a administração. Para Cury (2007) a palavra gestão provém do latim e significa levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. O termo gestão tem sua raiz etimológica em geral, no significado de fazer brotar, germinar, fazer nascer; desta mesma raiz provém os termos genitora, genitor, gérmen. Este termo teoricamente teve seus referenciais desenvolvidos a partir de críticas expressas para administração, originária do sistema fabril. De acordo com Lombardi (2010) a palavra administrar, no seu sentido etimológico, vem do latim *administrare,* que expressa o ato de gerir, de governar, de dirigir negócios públicos ou privados. Por conseguinte, a palavra administraçãoo (do latim *administratione*) designa o próprio ato de administrar (CHAVES, 2015).

Dessa forma, o termo gestão tem origem na Administraçãoo e encontra-se diretamente relacionado aos quatro pilares que sustentam a tomada de decisão e auxiliam o desenvolvimento de processos de forma geralmente planejada, organizada, direcionada e controlada, e também é utilizado para incluir além da gestão pública do meio ambiente, os programas desenvolvidos por empresas e instituiçõeses não-governamentais (PHILLIPI JR; MAGLIO, 2004). Para o sitio Que Conceito (2016), Gestão ambiental é um sistema de administração empresarial que dá ênfase na sustentabilidade. Desta forma, a gestão ambiental visa o uso de práticas e métodos administrativos para reduzir ao máximo o impacto ambiental das atividades econômicas nos recursos da natureza.

Nessa mesma linha, mas indo além de uma visão com foco empresarial, Philippi Jr, Romero e Bruna (2004) discutem Gestão Ambiental na dimensão de administrar, dirigir ou reger os ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente, num processo de interação entre as atividades que exerce, buscando a conservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, de acordo com padrões de qualidade.

Na abordagem de Tinoco & Kraemer (2004), a Gestão Ambiental é um sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. Para Tozy (2007), a Gestão Ambiental se apresenta como uma atividade política que objetiva a racionalização/maximização do uso dos recursos naturais e para Shigunov Neto, Campos e Shigunov (2009), a Gestão Ambiental é compreendida como um conjunto de instrumentos e programas que visam, por meio dos vários sujeitos e segmentos, inicialmente, proporcionar um processo de mudança organizacional, para, posteriormente, proporcionar um processo de melhoria continua. Segundo eles, a intenção deve ser a permanente melhoria da qualidade de vida, a preservação dos recursos naturais, dos serviços, dos produtos e um ambiente sustentável, com a necessidade de um processo de aprimoramento do sistema de gestão, de acordo com a política ambiental estabelecida.

Nessa mesma linha, Dias (2006), considera que a Gestão Ambiental é um dos instrumentos para o desenvolvimento sustentável, estando vinculada a normas emanadas do poder público e agências reguladoras. (BARBIERI, 2011), argumenta que a gestão ambiental passa a ser entendida como planejamento, direto, controle e alocação de recursos, com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, tanto reduzindo, eliminando ou compensando os danos ou problemas causados pelas ações humanas.

Philippi Jr. e Maglio (2005), destacam a gestão ambiental como um processo político administrativo de responsabilidade do poder constituído, destinado a formular, implementar e avaliar políticas ambientais a partir da cultura, realidade e potencialidades de cada região, com a participaçãoo social em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a gestão ambiental reveste-se de extensa complexidade e deve ser tratada em seu contexto amplo, não se limitando a aspectos isolados. Sua finalidade é a busca da harmonia entre o homem aquele ser social e seu meio ambiente natural ou construído. Em outras palavras, fundamenta a sua razão de ser na conquista de um nível ideal de qualidade de

vida para sociedade e todos os seus membros (PHILIPPI JR.; ROMRO; BRUNA, 2004). Assim, a gestão ambiental se caracteriza pela busca da condução harmoniosa dos processos dinâmicos e interativos que ocorrem entre os diversos componentes do ambiente natural e antrópico, determinados pelo padrão de desenvolvimento almejado pela sociedade. Para que ocorra um processo efetivo de gestão ambiental faz-se necessário um grande conhecimento das dinâmicas que envolvem esses ecossistemas, porque processos humanos que direcionam os aspectos sociais, econômicos e culturais de dada região, estão em constante interaçãoo com os processos naturais (SEIFFERT, 2011).

Nesse sentido, o objetivo da gestão ambiental é promover o equilíbrio entre os aspectos sociais, econômicos, ambientais e políticos, inerentes a existência e ao conjunto de relações humanas, mantendo-se atentos aos normativos emanados do poder público e entidades com poder para emitir normatizações a respeito (DIAS, 2006).

Diante de diversas definições, objetivos e finalidades apresentados, neste trabalho, utiliza-se o termo gestão ambiental como processo para uma construção de comunidade local, levando-se em consideração as variáveis – econômicas, sociais, culturais, recursos naturais e político-institucionais. Trata-se de uma atividade política, mas, sobretudo, prática de reger o ecossistema natural e social para conservar os recursos naturais e culturais da comunidade.

Para que o processo de gestão ambiental se desenvolva dentro dos padrões de implementação, acompanhamento e avaliação das atividades, há necessidade de que haja instrumentos que garantam sua implementação, nesse sentido a ASPABIM também possui seus instrumentos de gestão, os quais tem servido de balizadores para o desenvolvimento do PAE Ilha do Mutum, a ser tratado na seção seguinte.

3.2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO NO PAE ILHA DO MUTUM.

Os instrumentos de gestão ambiental, tem como finalidade auxiliar o processo de planejamento, execução, bem com a operacionalização da gestão, de modo que a esta possa ser integrada de maneira estratégica por todas as suas atividades. As ferramentas de controle ambiental estão elencadas na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA, 1981), em seu artigo 9º, e visam regulamentar as várias atividades que abrangem o meio ambiente, para que haja preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, tornando o ambiente favorável a vida e a condiçõeses propícias para o desenvolvimento social e econômico (RODRIGUES, 2010).

No PAE Ilha do Mutum três são os instrumentos de gestão: o Estatuto, o Plano de Utilização e as Reuniões Ordinárias e Extraordinárias.

O Estatuto da ASPABIM, foi aprovado em 17 de dezembro de 2006, é um regulamento que disciplina as ações dos seus associados, por meio de um conjunto de regras aprovadas pela coletividade. Nele, encontram-se objetivos referentes a administração das terras relacionadas a sua área de abrangência, a preservação do meio ambiente, a promoção da educação, da saúde, da cultura, do esporte, do lazer, da ocupação e da geração de renda (ESTATUTO, 2006). Em seu Art. 4º, disciplina também onze ações, que se constituem como direitos dos associados, dentre elas, o de participar das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias. Os assentados informantes entrevistados de A a I (2016), afirmaram que todos participaram das reuniões em que foram convocados, no entanto, no ano de 2016 não houve reunião da associação.

No Art. 5º do estatuto em pauta, nove são os deveres dos associados, dentre eles está o da contribuição financeira anual para a associação, dentro de um prazo determinado. O dever de quitação da anuidade do associado, foi abordado nessa pesquisa e respondido por todos os informantes entrevistados e destes, nenhum está em dia com essa obrigação, mas todos reconhecem esse dever e dizem que devem quitar seus pagamentos com base no comprometimento com a ASPABIM. O Assentado G (70 anos, 2016), enfatizou que já até tinha conversado com seus filhos sobre o pagamento da associaçãoo, e que seria feito na próxima reunião. O Assentado D, (2016), informou que: “antes as reuniões eram mensais porque os benefícios estavam chegando e precisava destas reuniões para aprovação das atas que aprovavam as políticas para o PAE, como os projetos cessaram, as reuniões passaram a ser trimestrais ou semestrais”.

Diante desta afirmativa, infere-se que o não pagamento deve-se ao fato de não haver reuniões regulares e ações coletivas em que os assentados estejam presentes, ou seja, à medida que os projetos que beneficiavam o assentamento esgotaram-se, a ASPABIM deixou de reunir seus associados e cobrar os deveres com a associação, por outro lado os assentados deixaram de cumprir com esse dever.

Outros pontos relacionados nesse instrumento de gestão estão destacados no capítulo III, da organizaçãoo administrativa, no Art. 2 que trata da Diretoria Ambiental, com destaque para as competências: a) articular reuniões, palestras, com os produtores e moradores relacionado a áreas de abrangência da associação e outros interessados, na finalidade de transmitir para que todos possam manter-se dos recursos naturais de suas propriedades de forma racional para que não haja agressão a natureza, preservando o meio ambiente. b)

Orientar os sócios da associação e outros para que não usem a prática de produtos como timbó, cunambi, produtos químicos, gapuia e outros. c) Orientar os sócios e outros para que não arremessem restos de sujeiras e animais sobre o rio (ESTATUTO, 2006).

No primeiro ponto destas competências, a preocupação com a educação dos associados pode ser materializada pela realização de reuniões e palestras; no entanto, os resultados da pesquisa indicam que reuniões e palestras não estão contidas como metodologias desenvolvidas no PAE Ilha do Mutum, mas foram realizados cursos e oficinas com temáticas específicas, conforme as informações do Assentado D (2016), quando elenca os cursos realizados no assentamento apenas ano de 2010 – Quadro 3, depois desse período, não receberam nenhuma outra formação.

Quadro 3 - Cursos e Oficinas realizados no PAE Ilha do Mutum no ano de 2010

Nº	CURSOS E OFICINAS	PÚBLICO	C.H.	ÓRGÃO
1.	Curso Cidadania, Trabalho e Meio Ambiente	42	40 H	UFRA
2.	Curso Associativismo e Cooperativismo	42	40 H	UFRA
3.	Curso Básico de Gestão e Mercado	42	40 H	UFRA
4.	Curso Básico de Contabilidade	42	40 H	UFRA
5.	Curso Básico de Computação	42	40 H	UFRA
6.	Oficina Produção de Mudas	06	40H	UFRA
7.	Oficina Confecção de Adubos	06	40H	UFRA
8.	Oficina Confecçãoo de Produto do Vinho do Açaí	06	40H	UFRA
9.	Oficina Manejo do Açaí	06	40H	UFRA

Fonte: ASPABIM (2016)
Organização: Enil Pureza (2016)

De modo geral, embora a metodologia não tenha sido a mesma garantida no estatuto, a finalidade foi, no momento em que as famílias assentadas passam a ter acesso as informações por meio dos cursos e aprendem outras maneiras de manusear os recursos naturais de suas propriedades de maneira planejada, para que não haja o uso desordenado e nem agressão ao meio ambiente; por um lado se apropriam de novos conhecimentos para a gestão dos recursos naturais, por outro podem perder a forma como se relacionavam com os mesmos.

Um outro ponto muito presente nos diálogos com os informantes está relacionado a prática de uso de produtos como o parí[17] e o timbó[18]. Em conversa com os moradores com

maior idade, especificamente com o Assentado F (2016), ele afirma que antes da Ilha do Mutum se transformar em assentamento, as práticas de tapagem de igarapés eram comuns, isto porque, antes de 2006 não se tinha malhadeiras[19] e nem matapí[20] e por conta da ausência dessas ferramentas, se pescava o camarão e os peixes utilizando a tapagem de igarapés. Informação reforçada por outros moradores, como a do Assentado D (2016) ao ratificar este modo de trabalho para a pesca do camarão, enfatizou que, para realizar a tapagem do igarapé, era preciso ter o parí que é construído de tala e cipó. Para fazer o parí, tecia-se a tala, uma perto da outra, unindo-as pelo cipó. Após o instrumento construído, esperava-se a preamar - maré alta – para colocá-lo, fechando a boca do igarapé e quando chegava à baixa mar - maré seca, retirava-se com as mãos os camarões e os peixes que ficavam presos naquele local.

O que se tinha como instrumentos eram o parí[21] e o matapi, ambos construídos com recursos naturais para a pesca do camarão; entretanto, o parí não precisava de outros complementos, já o matapi necessitava de isca para atrair o camarão. A isca era feita de babaçu envolta em saco plástico, porém, o descarte da isca (plástico), sempre foi para os rios, agredindo o meio ambiente. Manter a cultura local pode ser ambientalmente sustentável, entretanto, sabe-se que para a produção econômica, a forma artesanal não dá conta da demanda.

Para a pesca do peixe, o Assentado G (2016) informou que usava como instrumento a linha, o caniço e a malhadeira. Narrou também, que utilizava a tapagem do igarapé, mas diferentemente do assentado D, usava o cipó timbó na maré baixa para pegar os peixes, que ficavam todos presos e com a batida do cipó, uma grande quantidade morria, tanto os grandes como os pequenos. Mas hoje, ele afirma não se usa mais o timbó, nem as malhadeiras

---

[18] Planta herbácea, venenosa, da família das Umbelíferas, espontânea e frequente em Portugal. Aplicada na pesca criminosa para atordoar os peixes na água, também denominada timbó. Dicionário da língua portuguesa. Porto Editora - On line.

[19] Redes de pesca são aparelhos para pescar peixes. Construídos principalmente com panos de rede, geralmente de fibras relativamente delgadas e com malhas de tamanho menor que a menor dimensão dos peixes ou mariscos que se pretendem capturar com elas. Existem quatro tipos básicos de redes de pesca: As redes de arrasto – ou de arrastão são tipos de artes de pesca em forma de saco que são puxadas a uma velocidade que permite que os peixes, crustáceos ou outro tipo de pescado, sejam retidos dentro da rede -, redes de emalhar - tipo de artes de pesca passivas em que os peixes ou crustáceos ficam presos em suas malhas devido ao seu próprio movimento -, redes de cerco - é um tipo de aparelho para pescar cercando o cardume de peixes. É basicamente uma rede de emalhar que possui argolas na linha de fundo, por onde passa um cabo que permite fechar a rede por baixo, formando um saco onde o peixe fica retido -, A tarrafa - é uma rede de pesca circular com pequenos pesos distribuídos em torno de toda a circunferência da malha. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rede_de_pesca

[20] Armadilha cilíndrica, confeccionada com tala de miriti, utilizada para capturar camarão nos rios da Amazônia. Disponível em: http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/matapi/9954/

[21] Armadilha de pesca que consiste em um tapume feito de estacas, que atravessa o rio de um barranco a outro, tendo ao meio uma abertura por onde os peixes, não tendo outra passagem, atravessam e caem num compartimento, cujo fundo é uma tela, onde são retidos. Disponível em: https://www.dicio.com.br/pari/

menores de 20, porque eles têm consciência que se pescar todos os peixes, grandes e pequenos eles vão acabar; dessa forma, muda-se a cultura de produção, apresenta-se o foco na conservação dos recursos naturais.

De acordo com essa narrativa, infere-se que os assentados estão seguindo o que está definido no estatuto da associação, no item 33, que destaca que é proibido a pesca com explosivos, malhadeiras acima de vinte metros de comprimento, e o uso de malha inferior a 0,30 centímetros, tapagem de igarapés, limpeza de poços, batidão, arrastão, com ou sem o uso do timbó, cunambí, assacú ou, qualquer outra substância tóxica natural ou química (ESTATUTO, 2006).

Outro instrumento de gestão é o Plano de Utilização (PU), aprovado pela Superintendente Regional do Incra do Estado do Pará, Portaria Nº 63, de 02 de agosto de 2007. O INCRA (2016), definiu o PU como responsável pelo uso dos recursos naturais e as regras de convivência nas áreas destinadas à reforma agrária. Segundo Sacramento (2013), o PU "[...] consiste nas regras internas construídas, definidas e compactuadas pela população do PAE quanto às suas atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a conservação ambiental, considerando-se a legislação vigente". Para Sousa e Costa (2016), o PU como regulamento para o uso de áreas historicamente ocupadas, e que já possuem formas próprias de apropriação e utilização dos recursos naturais. Neste sentido, o PU do PAE Ilha do Mutum, visa assegurar a sustentabilidade mediante a regularização da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores (PLANO DE UTILIZAÇÃO, 2007). Seu objetivo é de servir de guia para que os moradores realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social. Por sustentabilidade, o plano de utilização (2007) conceitua como a implantação e a consolidação de atividades produtivas que permitam a reprodução das espécies animais, regeneração completa das espécies vegetais e o reflorestamento das áreas desmatadas e que possibilitem que a população local viva em condições de crescente qualidade e dignidade.

Assim, O PU torna-se um instrumento de gestão do PAE, uma gestão feita pela associação local e pelo conselho deliberativo, com a intermediação do INCRA como último ente, que deve atuar apenas nos casos em que a própria comunidade não consiga dar conta das suas atribuições (SOUSA & COSTA, 2016). Logo, a ideia de plano de uso é um elemento orientador para a realização das atividades e a maneira de se relacionar com a terra, a floresta e os produtos nela explorados (SACRAMENTO 2013).

O PU, segundo normativos do INCRA, é construído de forma participativa e tem dois momentos distintos (INCRA, 1996). No primeiro momento, são realizadas reuniões nas localidades de maior concentração dos moradores, com a participação de lideranças representativas, comunidades e técnicos, quando se faz a conscientização da comunidade sobre a importância da criação do PAE e do engajamento dos moradores no processo de desenvolvimento individual e local (SOUSA & COSTA, 2016). No segundo momento, o documento deve ser submetido à apreciação da Comunidade para receber as alterações sugeridas pelos mesmos. Em seguida, após os ajustes propostos, o documento seria submetido à aprovação em Assembleia Geral e encaminhado ao INCRA para legitimação através de publicação no Diário Oficial. Após concluídas essas etapas definidas pelo Estado e aprovadas pela comunidade, o documento é considerado como instrumento legítimo para a boa gestão dos recursos naturais (SOUSA & COSTA, 2016). Segundo o Assentado D (2016), o PU chegou pronto no assentamento e foi apreciado em assembleia geral da ASPABIM e aprovado, mas não foi construído pelas famílias presentes.

Diante dessa constatação, Sacramento (2013) destaca que a opção pela elaboração de um PU deve ser percebida como um produto de uma ação coletiva e de um trabalho participativo; o que exige um trabalho de sensibilização, conscientização/chamamento, de acompanhamento, de construção de indicadores técnicos, sociais, econômicos e ambientais, de avaliação e de troca de conhecimentos entre os usuários. São considerações relevantes que vão ao encontro do que discutimos neste estudo enquanto conceito de gestão ambiental que considera fundamental a ação coletiva, a participação. Assim, o PU torna-se um documento padrão para todos os PAE's, mas de forma restrita resguarda as informações identitária de cada local.

O PU do PAE Ilha do Mutum está dividido em dez tópicos: 1. Finalidades; 2. Filosofia e Estratégia. Produtiva. Global; 3. Direitos e Responsabilidades na Execução do Plano; 4. Intervenções Agroextrativistas; 5. Intervenções na Fauna; 6. Intervenções na Pecuária; 7. Intervenção no Subsolo; 8. Fiscalização do PAE; 9. Penalidades; 10. Disposições Gerais (ANEXO – B). Dessa forma, o plano pretende contemplar as reivindicações por uma reforma agrária que não apenas garanta a propriedade rural, mas combine a conservação dos recursos naturais com a realização de atividades agroextrativistas (SACRAMENTO, 2013). Para Treccani (2006), o plano de utilização é peça fundamental para determinar as possibilidades e os limites do uso da terra e dos demais recursos, dessa forma, os desafios a serem levados em consideração nesse tipo de plano com foco em ecossistemas de várzea são: o detalhamento das atividades a serem desenvolvidas em nível de posse familiar, as normas a serem

respeitadas pela comunidade e o ecossistema da ilha ou da unidade de conservação como um todo.

Dos dez tópicos que compõem o PU PAE Ilha do Mutum, três foram analisados: Filosofia e Estratégia Produtiva, Intervenções Agroextrativistas e Intervenções na Fauna. Isto porque, no tópico Filosofia e Estratégia Produtiva, no item 4, o PU foca suas preocupações na sobrevivência dos moradores PAE Ilha do Mutum. Essa sobrevivência está baseada na tradicional combinação de fontes produtivas que não destruam os alicerces ecológicos da produção e assim permitam sua manutenção ao longo dos anos. Entre as atividades produtivas que promovem esse equilíbrio, estão as práticas: agrícolas, florestais, extrativistas, artesanais e de pesca. Em diálogo com o Assentado E (56 anos, 2016), essas práticas se confirmam no labor diário quando declara que plantam o arroz, produzem o açaí, tecem paneiros e fazem a pesca do camarão no PAE Ilha do Mutum. Portanto, para que essa sobrevivência aconteça, continua o PU, é necessária a articulação combinada dessas atividades ecológicas oferecidas pelo meio natural, quanto da criatividade e interesse individual do produtor e pescador local (PLANO, 2007).

Dessa forma, o sistema de produção caracteriza-se no trabalho desenvolvido na terra, nos rios, em que é realizado pela família, desse modo pode-se ressaltar que esta produção esteja voltada para as necessidades internas da propriedade e do grupo familiar. Nessa forma de organização do trabalho e desenvolvimento da produção as atividades produtivas podem ou não coincidir com as atividades não agrícolas, apresentados através do artesanato, do comercio entre outras (SCHNEIDER, 2008).

No que tange as Intervenções Agroextrativistas, quando aborda no item 19 do PU sobre as atividades que as famílias devem desenvolver em suas propriedades, o mesmo destaca o respeito pelos costumes e tradições e sua preservação, como também, a conservação ambiental e a exploração dos recursos naturais pela população assentada, de forma sustentável. De fato, Carvalho & Silva (2015), colocam que as famílias agroextrativistas amazônicas estão envolvidas em ações institucionais que buscam realçar valores tradicionais, preservação e conservação do meio natural. Essas famílias apontam para um cenário de mudanças socioeconômicas e nas suas relações mais horizontais para com a natureza amazônica.

Outro ponto abordado pelo PU está no item 22, que destaca a exploração dos açaizais com vistas à produção de palmito feita de forma sustentável. Para garantir que os açaizais não se degradem, os moradores que exploram estas atividades devem elaborar apresentar plano de manejo sustentado. No assentamento Ilha do Mutum, o plano de manejo é apresentado junto a

Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) do Município de Curralinho, e ela delega a inspeção no local onde será realizada o plantio para saber se os procedimentos utilizados para a plantação do açaí estão obedecendo as normas legais (ASSENTADO C, 2016).

O Plano de Manejo é o conjunto de planejamento e técnicas de colheita florestal, adaptadas às condições da floresta e aos objetivos sociais e econômicos do seu aproveitamento (CARVALHO & SILVA, 2015). O manejo de recursos naturais é uma forma sustentável de manter o equilíbrio do meio ambiente. Além de aumentar a produtividade, seu emprego adequado regula a extração e impede o desmatamento de espécies da flora. No caso das palmeiras de açaí, o manejo torna-se fundamental, já que o palmito é extraído do pecíolo (caule) da palmeira, e, para tal a árvore é derrubada (HOMMA, 2014).

Com a valorização do fruto do açaí, os produtores locais ganharam uma opção frente à extração do palmito. Hoje os assentados não derrubam os açaizeiros para tirar o palmito, exceto quando as árvores já estão muito finas, tortas e muito altas. Há mudanças de atitudes e novos aprendizados, como realizar o manejo do açaizal, para dar espaço as árvores mais novas, e assim, uma nova produção.

Outro item do PU que se articula com as características do lugar é visto no item 26, quando defende que as culturas devem ser adaptadas ao meio físico da ilha, devendo-se evitar culturas exóticas, e sim, preservando o meio biótico amazônico (PLANO DE UTILIZAÇÃO, 2007).

Para a fauna, o Plano de Utilização (2016), no item 28, proíbe terminantemente qualquer intervenção que resulte na captura de animais silvestre no PAE Ilha do Mutum para comercialização, da mesma forma que é proibido aprisionar aves silvestres, filhotes e a catação de ovos. Neste ponto, há uma aproximação entre o estatuto da ASPABIM e o PU, no sentido de conservar a fauna existente na ilha, que está sendo utilizada somente para fins de alimento para as famílias, sem a intenção de comercialização. Dessa forma, busca-se a vivência em um ambiente mais equilibrado.

Diante do exposto, chega-se a assertiva que no PAE Ilha do Mutum os instrumentos de gestão, embora não tenham sido construídos levando em consideração a participação efetiva dos seus atores sociais, estão presentes na forma de documentos exigidos pelos órgãos governamentais; dessa forma, a hipótese é de que se os assentados, na sua maioria, não conhecem o conteúdo do estatuto da associação e nem o plano de utilização que orientam e normatizam as ações no local, é por falta de divulgação e discussão dos mesmos, mas o que chama a atenção é que no cotidiano, agem como se conhecessem tais documentos.

Assim, percebe-se que a gestão ambiental por tratar-se de um processo, há necessidade que em sua metodologia esteja presente princípios que valorize o acompanhamento, a

participação e avaliação das atividades por meio de seus partícipes, e que seus instrumentos sirvam de balizadores para o desenvolvimento social e econômico do PAE.

4 CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

4.1 MODOS DE PRODUÇÃO E RELAÇÕES COMERCIAIS NA ILHA DO MUTUM

Os modos de produção na Ilha do Mutum, não diferente de outras regiões da Amazônia brasileira, estiveram baseados na coleta dos recursos naturais: borracha, madeira, arroz, palmito, açaí e camarão; os quais serão apresentados nas subseções que abordam e discutem esses modos de produção, suas relações comerciais e a conservação de recursos naturais.

4.1.1 Borracha

A comercialização da borracha[22] na Amazônia[23] compõe um período da história econômica e social do Brasil, relacionada com a extração de látex e sua comercialização, proporcionando, a expansão da colonização, a produção de riquezas, as transformações culturais e sociais, como também, deu um grande impulso ao crescimento das capitais, Manaus - Amazonas e Belém - Pará (SANTOS, 1980). Dois são os ciclos da borracha: o primeiro de 1879 e 1912 e o segundo de 1942 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial 1939 -1945).

O primeiro ciclo da borracha começou após a primeira revolução industrial, no fim do século XVIII. Nesse período, a borracha passou a ser empregada em uma série de produtos; entretanto, é na segunda metade do século seguinte, após o desenvolvimento do método de vulcanização, que a borracha torna-se ideal para ser empregada em automóveis, motocicletas e bicicletas, tornando-se um material imprescindível na indústria moderna. Por esse motivo a demanda pelo produto cresceu de modo exponencial, e como consequência, alcançou elevadas cotações no mercado internacional (SILVA, 2010).

---

[22] A borracha natural é o produto primário da coagulação do latéx da seringueira. Hoje, a borracha sintética, cotômero natural em algumas aplicações e complementar em outras, é produzida a partir de derivados de petróleo. Tanto uma como outra tem como polímero fundamental o poli-isopreno. A diferenciação se dá por adição de pigmentos e processos vuldanização com graus distintos. Serve para apagar e corrigir o que escrevemos de lápis. Disponível em: https://www.conhecimentogeral.inf.br/borracha/

[23] A Amazônia é uma floresta latifoliada úmida que cobre a maior parte da Bacia Amazônica da América do Sul. Esta bacia abrange 7 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 5 milhões e meio de quilômetros quadrados são cobertos pela floresta tropical. Esta região inclui territórios pertencentes a nove nações. A maioria das florestas está contida dentro do Brasil, com 60% da floresta, seguida pelo Peru com 13% e com partes menores na Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia Guiana, Suriname e França (Guiana Francesa). Disponível em: http://ideflorbio.pa.gov.br/concessao-florestal/informacoes-florestais/

Isso fez com que a exploração da seringueira, árvore da qual se processa a borracha, atingisse o auge no Brasil. Um dos lugares mais importantes na produção de látex foi a região amazônica, território de enormes áreas de seringais nativos (LIMA, 2013). Entre 1879 e 1912, o Brasil se tornou o responsável pela exportação de mais de 30 mil toneladas de borracha (SILVA, 2010). O preço do produto aumentou velozmente, tanto quanto a demanda dos mercados europeu e norte-americano. As riquezas da borracha trouxeram benefícios também às cidades do Norte brasileiro, proporcionando a construção de estradas, pontes, casas e escolas. Belém e Manaus, cidades que já existiam, passaram então por importantes transformações e urbanização. Manaus foi a primeira cidade brasileira a ser urbanizada e Belém a primeira em possuir energia elétrica (SILVA, 2010).

Nesse período, a Amazônia era responsável por quase 40% de toda a exportação brasileira (LIMA, 2013). A moeda da borracha: era a Libra esterlina. Como forma de pagamento pela exportação da borracha, os seringalistas recebiam em libra esterlina, moeda do Reino Unido, que inclusive era a mesma que circulava em Manaus e Belém durante a *Belle Époque*[24] amazônica (SANTOS, 1980). O segundo ciclo da borracha (1942 - 1945) só foi possível por conta da dominação militar das forças japonesas no Pacífico Sul nos primeiros meses de 1942.

A mão de obra veio do Nordeste, tendo em vista que em meados da década de 40, essa região sofria com uma seca muito forte e recrutando nordestino para ir para a Amazônia, seria uma maneira de conseguir trabalho e ao mesmo tempo, produzir a borracha para ajudar na guerra.

O alistamento compulsório em 1943 era feito pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), com sede no Nordeste, em Fortaleza, criado pelo então Estado Novo. Milhares de trabalhadores de várias regiões do Brasil foram compulsoriamente levados à escravidão por dívida e à morte por doenças para as quais não possuíam imunidade. Só do Nordeste foram para a Amazônia 54 mil trabalhadores, sendo 30 mil deles apenas do Ceará. Esses novos seringueiros receberam a codinome de Soldados da Borracha, numa alusão clara de que o papel do seringueiro em suprir as fábricas nos EUA com borracha era tão importante quanto o de combater o regime nazista com armas (LIMA, 2013).

[24] Financiada pelo Látex, a *Belle Époque* amazônica iniciou-se em 1871. Centrada principalmente em Belém (capital do Estado do Pará) assim como Manaus (capital do Estado do Amazonas), período foi marcado por intensiva modernização de ambas as cidades no século XIX, com avanços arquitetônicos em relação a outras cidades, como o Teatro da Paz, inaugurado em 1878. Disponível em: https://issuu.com/globaleditora/docs/05_historia_educador_miolo_caracter

Desprotegidos, cerca de 30 mil de trabalhadores foram acometidos de doenças como de malária e da febre amarela, doenças que causaram muitas mortes aos seringueiros. Como também, para muitos, um caminho sem volta. Isso porque, o governo brasileiro não cumpriu a promessa de reconduzir os Soldados da Borracha de volta à sua terra no final da guerra, reconhecidos como heróis e com aposentadoria equiparada à dos militares. Calcula-se que apenas cerca de seis mil homens conseguiram voltar ao seu local de origem. Aqueles que conseguiam vencer as doenças, na sua grande maioria, por força das situações, ficaram na Amazônia e continuavam escravos por dívidas para com os coronéis seringueiros (SILVA, 2010). Após a Guerra, a borracha sintética e os plásticos começaram a dominar o mercado, embora a borracha natural ainda tivesse importante mercado.

4.1.1.1 A borracha na Ilha

Para falar da vida dos ribeirinhos em relação à exploração e a comercialização da borracha, dois atores sociais são de fundamental importância para a compreensão deste enredo – patrão e freguês, os quais têm atribuições bem definidas. O patrão como dono dos meios de produção, das terras; e o freguês, o que dispôs da força de trabalho em busca de condições para a sua sobrevivência. Ambos dependiam um do outro, isso porque, o patrão mesmo com muitas terras, mas sem o trabalho dessas pessoas não teria a sua produção e os negócios não prosperariam. No caso específico da Ilha do Mutum, há um fator que também precisa ser considerado - os donos da ilha não tinham pretensões de manter uma relação de patrão e empregados, entretanto, mantinham relações comerciais com as pessoas para quem cedeu parte das suas terras, afim de que as famílias se instalassem e produzissem, com o compromisso de que toda a produção da borracha fosse vendida para ele, dessa forma, a relação não deixa de ser mercantil e de exploração da força de trabalho, ou seja, o poder sob a forma de aviamento.

Diante desta afirmação e ouvindo os moradores da ilha, o Assentado D (2016) conta que para morar na ilha, seu pai pediu permissão ao Sr. Pepê - que se dizia um dos proprietários dessa terra, para que sua família pudesse se instalar nesse espaço. Como seu pai era freguês do comércio deste senhor, a permissão foi concedida. Nesse período - década de 50 - 60, a Ilha do Mutum possuía vários donos, segundo o Assentado G, (2016), a ilha era dividida por três comerciantes. Um deles era o Sr. Santo, e assim ele narra suas lembranças:

> O Sr. Santo morava onde hoje tem um taperão grande, lá ficava um grande comércio e uma vila de casas que ia até um igarapé conhecido como morcego, lá embaixo. Do morcego até a boca era do Sr.Totó, um português que já era velho. E da parte do lado de lá da ilha, cortado pelo Rio Guajará era do seu Pepê. Este último comandava uma área enorme. Esses eram os três cidadãos nessa época que mandavam por aqui.

O mesmo Assentado G, (2016), lembrou também que "do Rio Morcego para cima as pessoas trabalhavam com o Sr. Santo. Do morcego para baixo os trabalhadores eram do Sr. Totó e da parte maior do Guajará trabalhavam para o Sr. Pepê". Dessa forma, se as famílias quisessem morar em uma parte dessas terras, teriam que pedir autorização para um deles, que cediam as terras com a condição de que essas pessoas se tornassem fregueses do seu comércio. Carneiro (2010), reforça essas informações ao dizer que naquele período o patrão, o dono ou suposto dono da área territorial do seringal, era quem locava as pequenas parcelas de sua propriedade aos fregueses, conhecidas como colocações, estabelecendo com o ato uma relação de compromisso e fidelidade mercantil entre si. Ou seja, fidelidade do freguês para com seu patrão, que encontrava-se em produzir, repassar sua produção e se abastecer de gêneros diversos exclusivamente na casa comerciante, dono do seringal. "A pessoa não podia vender uma madeira fora, não podia vender uma borracha fora, as vezes um animal - por exemplo, um porco, você poderia vender, mas a produção da borracha era para eles" (ASSENTADO G, 2016). A fidelidade do patrão para com o freguês estava em assegurar condições necessárias aos trabalhos dos fregueses e comprar toda a sua produção. E ainda, suprir toda e qualquer necessidade daqueles através de seu estabelecimento comercial ou influência. Para Aramburu (1994), a fidelidade comercial do freguês é um termo de uma relação cujo outro termo são as obrigações morais que os patrões têm para com seus clientes em casos de dificuldades. Segundo Santos (1980), essa modalidade de financiamento ficou conhecida com o nome de aviamento, uma espécie de crédito sem dinheiro que seria o embrião de um grande mecanismo que pôs a funcionar toda a economia amazônica da fase da borracha. Aramburu (1994) diz que o aviamento começou a ser usado na região amazônica na época colonial, mas foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização.

Para melhor conhecimento do modo de vida e de trabalho dos moradores da ilha do Mutum, ouvimos as histórias de vida dos assentados e assim eles narraram: "Para tirar a borracha, eu e meu pai saíamos entre seis e sete horas da manhã para o mato e íamos riscar as seringueiras e depois buscar o que foi coletado" (ASSENTADO A - 41 anos, 2016).

O Assentado D (2016), ratifica essa prática de sair cedo para coletar o látex, afirmando que, ele e seu pai saiam entre cinco e seis horas da manhã, levando facão para fazer o corte -

riscos nas árvores de seringa, colocavam as tigelas de alumínio onde ficava armazenado o leite que caia da árvore a partir do corte. Segundo ele, esse trabalho era realizado árvore por árvore, até às 12 horas do dia, durante toda a semana - de segunda a sexta. Na semana seguinte, o retorno era para tirar a seringa (látex) das tigelas e colocar no paneiro; ao mesmo tempo, riscavam novamente a seringueira para a nova produção semanal. Por semana, a produção ficava entre 15 e 20 quilos.

Para o processo de venda do produto, tinha-se a possibilidade de vender por quinzena ou por mês; enquanto isso o armazenamento da borracha era em paneiros que e ficavam dentro d'água, para a borracha não ressecar e não perder o valor da venda.

As seringueiras da Ilha do Mutum eram nativas, o Assentado F (2016), diz “as sementes iam caindo/espocando e onde caiam ficavam as sementes que nasciam e cresciam”, por isso não havia planejamento para o plantio. O assentado E (2016), lembrou que eles não contavam com recursos financeiros para a compra do material que já se utilizava na época para colher o látex – tigela de alumínio em formato de folha, eles reaproveitavam as latas de conserva bovina e faziam delas suas tigelas para coletar o látex; entretanto, nem sempre as condições financeiras são iguais, mesmo numa ilha, pois lá também havia aqueles que diferente dos demais tinham os seus materiais de trabalho, já de acordo com o que o mercado apresentava, conforme foi verificado por meio das narrativas do assentado F (2016), ao afirmar que trabalhava usando as tigelas com formato de folhas e que tinha em torno de 250 delas.

A narrativa do assentado G (2016), ao dizer que acordava cedo para ir ao seringal e que precisava manter a produção para garantir o seu sustento, mostra a semelhança entre as histórias de vida dessas pessoas, na profissão, na maneira de relacionar-se com o patrão e da relação que estabeleceram com a natureza que para eles era fonte de recursos para a sobrevivência das famílias.

Diante desses dados, infere-se que a forma de viver e a organização do trabalho desses ribeirinhos, embora morando longe dos centros comerciais, numa ilha, com tempos marcados de forma diferenciada, apontam uma forma de viver e que não está distante dos ditames do capitalismo, mas que tem a marca de um contexto que guarda especificidades e tradição cultural, próprio de suas formas de vida, que é tradicional, nem por isso desconectada do que acontece no mundo. Diegues (2000, p. 93), corrobora nesta discussão ao enfatizar que “as culturas tradicionais não são estáticas, estão em constante mudança, seja por fatores endógenos ou exógenos, sem que por isso deixem de estar inseridas dentro de um modo de produção que denominamos de *pequena produção mercantil”*.

Aos poucos a extração da borracha foi diminuindo e a madeira foi o produto que a substituiu. Na seção seguinte veremos como se deu o processo de exploração deste produto.

4.1.2 Madeira

A produção da madeira no Pará, sobretudo no arquipélago do Marajó, segundo Conceição (2013), tem suas bases históricas construídas e assemelham-se ao desenvolvimento do capital em outros ciclos exploratórios – borracha, castanha -, em diversos espaços da região amazônica, desencadeando a desestruturação de culturas tradicionais, danos ambientais e aliciamento da população local aos novos padrões impostos pelo modo de produção capitalista voltado para exportação. De acordo com Ramos (1996), o extrativismo vegetal, de maneira mais específica no Arquipélago do Marajó, na microrregiação dos Furos de Breves, ocupa um posicionamento de destaque na economia local desde o período de exploração da borracha na segunda metade do século XIX, início do século XX. Todavia, a queda da produção borracha na Amazônia na década de 1920 do século passado, dava início ao novo padrão de exploração econômico baseado na extração da madeira, o que atraiu inúmeros investimentos externos para esse território. Ainda de acordo com Ramos (1996), a flora marajoara dos furos, caracterizava-se por espécies de grande aceitação no mercado internacional como macacaúba (Platymiscium ulei Harms Fabaceae, Platymiscium trinitatis Benth Fabaceae), sucupira (Pterodon emarginatus - Leguminosae / Papilionoideae), virola (Virola surinamensis (rol)Warb, Myristicaceae.), maçaranduba (Manilkara amazonica), samauma (Ceiba pentandra (L.) Gaertn), cedro (Juniperus cedrus), entre as mais procuradas, o que proporcionou condições materiais para a exploração madeireira, que dispunha na época de infraestrutura (condições de abastecimento, disponibilidade de mão de obra, rios navegáveis, e posição geográfica privilegiada) viável para o estabelecimento de grandes empresas madeireiras (RAMOS, 1996).

A Microrregião dos Furos, mais precisamente no município de Breves, foi onde concentrou-se o maior número de empreendimentos para o beneficiamento da madeira iniciados a partir da década de 1940. Entre eles tem-se a Empresa Moinhos de Breves LTDA que posteriormente veio a ser chamada de Breves Industrial Sociedade Anônima (BISA), as Madeiras Gerais Sociedade Anônima (MAGESA), a Madeiras da Amazônia S.A. (MADASA), Madeireira Santa Mônica (Vila Corcovado) (RAMOS, 1996).

Até o final da década de 1960, a extração da floresta baseava-se na exploração dos seringais nativos, da madeira em toras, na colheita de sementes oleaginosas e exportação de

peles de animais silvestres. Com a proibição da exportação das peles de animais silvestres, no início da década de 1970, e com o baixo valor comercial do látex e da borracha, e, também, das sementes oleaginosas, a economia da região se concentrou, unicamente, na exploração da madeira, vinda de Anajás, Breves, Curralinho – e vendidas para as empresas localizadas em Breves. Mercado que se ampliou e trouxe para a Microrregião mais investimentos, como a MADENORTE S.A Laminados e Compensados, considerada uma das empresas de grande porte, apresentando um dos maiores números de produção, exportação e geração de empregos em Breves, iniciados nesse período (RAMOS, 1996 et al SILVA, 2010).

Nesse contexto de exploração e extração, também estavam os moradores da Ilha do Mutum, embora não tenham produzido em grande escala, mas, em conjunto com a produção das outras ilhas das proximidades, contribuíram para alimentar o mercado da madeira beneficiada, operada pelas serrarias localizadas as margens dos rios do município de Breves até a década de 2000.

Os moradores e trabalhadores da ilha do Mutum, assim como fizeram com a extração da borracha, também tiveram como trabalho a extração da madeira. O Assentado D (2016), narrou como realizavam este trabalho.

> A madeira era tirada por meio da derruba da árvore utilizando o machado. Depois da árvore derrubada a gente tirava a tora e depois esperava a maré crescer e com a água grande, as toras eram levadas pelos igarapés até a beira do rio e a partir daí as toras eram amarradas uma perto da outra, formando uma jangada.

Nesse relato é possível perceber o quanto a água é capaz de reger a vida e o trabalho dos moradores do Marajó; nesse caso em questão, o movimento da natureza influi direta e decisivamente em todas as operações relativas ao transporte da madeira. A organização do trabalho tem que guiar-se pelo ciclo das marés e das chuvas que condicionam a intensidade das atividades produtivas.

De modo geral, o processo de trabalho da extração da madeira, tem grande parte do seu tempo dedicado não apenas ao corte ou abate das árvores, mas também no transporte das toras feito da mata até o igarapé, rio por onde será escoada. Narrando como era a rotina do trabalho, o Assentado D (2016) da ilha do Mutum afirma:

> Às vezes, a gente tinha que entregar a madeira em um local onde passava as balsas das empresas, para isso, era necessário fazer uma jangada com as toras e leva-las a remo, sempre a favor da maré. Esse tempo durava mais ou menos seis horas, mas nem sempre uma maré era suficiente para chegar até o ponto de passagem das

> balsas, e então, era necessário amarrar a jangada na beira do rio e esperar a próxima maré a favor para dar continuidade a viagem, isso durava um dia inteiro.

Diante dessas considerações, afirma-se os rios como vias de transporte que passaram a funcionar ainda mais como catalisadores para o escoamento da produção da madeira, mas, ao mesmo tempo que se tinha as árvores nativas como economia, com a exploração, elas foram desaparecendo e com mais vigor trouxeram a pobreza material, com isso tem-se a necessidade de analisar as relações do humano com o natural, que neste caso, precisam tomar outros rumos em prol de um equilíbrio entre as necessidade econômicas e a consevção dos recursos naturais.

Esses ensinamentos tornaram-se fecundos entre os moradores da ilha do Mutum e foi pode ser expresso pelo Assentado E (2016), quando disse: “agora a madeira a gente não tira, até mesmo porque já tiraram tanto antes do assentamento, a gente não pode mexer porque elas estão finas... para que tirar?”. Nessa mesma linha de pensamento o Assentado G (2016) reforça esse pensamento dizendo: “até tentaram colocar novas serraria, mas não deixamos, porque a serraria corta árvore grossa, fina, daqui mais um pouco, tudo vai estar devastado”. Tais entendimentos apresentam duas grandes questões. A primeira reforça como a Ilha do Mutum se desfez de parte de sua floresta – árvores, que por muito tempo alimentou as serrarias nos municípios de Breves e Portel, e a segunda trata-se da implantação do assentamento, pois com ela marca-se mudanças de atitudes nas pessoas a respeito da conservação dos recursos naturais, partindo das orientações que fundamentam a gestão do ambiente, onde exista um manejo da floresta e a garantia de suprir as necessidades humanas, sem acabar com o que sustenta essas necessidades. Além da borracha e da madeira, o arroz também foi um produto econômico para moradores da ilha do Mutum.

4.1.3 Arroz

Os Municípios localizados no Arquipélago do Marajó, nas microrregiões do Arari e Furos de Breves, desde o século XX mostraram-se grandes produtores de arroz de várzea e apresentam características naturais banhadas pela foz do rio Amazonas. Na área de influência dos sistemas predominam os solos de várzeas, sujeitos a inundações periódicas diárias, durante todo o ano, por influência do fluxo das marés.

A produção do arroz na Ilha do Mutum, de acordo com o que disse o Assentado E (2016), funcionava assim:

> Primeiro era preciso andar no mato e escolher uma ponta que não tivesse muito açaí e madeira para não derrubar. Depois a gente fazia um convidado para a roçagem, para a derruba e com um mês ou até secar tudo o que foi cortado e derrubado, depois tacava fogo. Nesse mesmo tempo o arroz já estava de molho na água, porque quando essas sementes caíssem lá na terra não custasse para grelar, depois ia semear todo o arroz. O prazo do arroz nascer era de 8 a 10 dias.

Para a fase de colheita, secagem, armazenamento e comercialização, o trabalho precisava de mais pessoas e o Assentado G (2016), diz que para essa fase, era preciso pagar pessoas para trabalhar.

> Porque colher o arroz é uma coisa meio enjoada, tem que colher cacho por cacho, quando está amarelo precisa usar a faca. Tira o cacho e a árvore fica lá. Vai colhendo e pesando com cacho e tudo e amontoando numa casa. Cada cortador recebia pelo número de quilos colhido e depois que vendia para o patrão tinha que pagar esses que fizeram a colheita. Pegava o cacho barbado da safra anterior, levava no tupé - um negócio feito de miriti - pegava o cacho de arroz e batia até cair todo do cacho, deixava secar e entregava para o cidadão. Depois da colheita é que ia pilar para vender só o grão, fora daquele bagaço, vai com a casca, só que separado do cacho. Para tirar do cacho, se pisava o arroz em cima de uma lona bem vedada para soltar o grão. O arroz era ensacado e a palha era dada para os porcos, aí que se ia pesar de novo para ver quantos quilos se produziu. A produção ficava em torno de 5 toneladas. A gente só levava para o patrão no final do ano quando a gente ia ajustar a conta. Era quando você ia pagar sua conta, tirar seu saldo, aí se dizia, agora paguei o empréstimo, eu paguei minha conta e o resto é meu. Eu tinha meu caderno e ele tinha o dele e tudo que eu pegava era anotado nos dois cadernos. Isso também acontecia com a produção do milho, do jerimum. Existia caso de muitas famílias no final do ano ainda ficar devendo para o patrão. Tinha roçado que levava dois sacos de arroz, 120 quilos para semear. De uma safra para outra se guardava o arroz para servir de semente para a próxima plantação e aqueles que não guardavam, o patrão comprava ou emprestava esse arroz para que a família trabalhasse no roçado do arroz, mas se emprestasse com duas sacas a família tinha que pagar com quatro sacas. Querendo ou não, a pessoa tinha que aceitar, por que não tinha outra saída.

Diante desses dados, infere-se que as práticas de plantio de arroz dos ribeirinhos localizados na ilha do mutum no período da produção, não só era uma atividade familiar, mas uma cultura que juntava pessoas num processo econômico. Na atualidade, a produção de arroz no assentamento é realizada por apenas uma família do assentamento, apenas para o consumo familiar e buscando outros meios econômicos, aos poucos passou a produzir e extrair o palmito.

Fotografia 2: Produtor de Arroz
Fonte: Sônia Amaral/2016

4.1.4 Palmito

O Arquipélago do Marajó apresenta uma variedade enorme em termos de ambientes naturais e de diversidade socioeconômica. Na Amazônia, áreas inundadas totalmente ou parcialmente são conhecidas, respectivamente, como “igapós” e “várzeas”, cortada por centenas de canais, furos e paranás, num emaranhado de ilhotas, no interior da floresta amazônica (SALERA JÚNIOR, 2014). É nessa região de florestas, que o açaí (Euterpe oleracea) é considerado a árvore símbolo por sua importância na economia e na dieta alimentar típica das populações locais, que sobrevivem principalmente da coleta do fruto e da extração do palmito (SALERA JÚNIOR, 2014).

Segundo Azevedo (2010), é a partir da década de 1970 que aparecem as primeiras empresas palmiteiras a atuarem no do Marajó, nos municípios de Portel, Breves e Anajás. Na capital paraense, Belém, e em cidades do Estado do Amapá, como Santana e Macapá. Os açaizais passaram a indicar mudanças no uso das espécies da floresta de várzea devido ao manejo agroflorestal (BRONDIZIO, 2002).

Isso porque, nesse período, a extração do palmito do açaí tinha maior valor econômico do que a coleta dos frutos, de modo que, o palmito representava um tipo de poupança disponível a qualquer época do ano, no caso de uma necessidade urgente, recorria a ele. Já, o fruto do açaí, mesmo proporcionando rendas maiores, era considerado secundário. Isso se justiçava pela produção sazonal dos frutos do açaí, que tem safra bem definida na maioria das localidades do Marajó entre os meses de abril e outubro.

Um outro ponto importante destacado pelos assentados foi o fato de antes de 2006, a relação de financiamento econômico entre as famílias ribeirinhas e as firmas aviadoras era de subordinação, ditadas por um sistema de aviamento. Neste sentido, as famílias donas dos açaizais vendiam sua produção do palmito em pé por preços irrizórios, e quem de fato lucrava com o produto eram os atravessadores – empresa/comércio/patrão, confirmando o que Vasconcellos Sobrinho e Vasconcelos (2016, 30), afirmam ao dizer que “ no elo da cadeia de produção, o pequeno produtor rural, aquele que historicamente tem sido marginalizado dos processos de desenvolvimento, é o que menos se apropria dos resultados econômicos e benefícios sobre a inovação”.

A maneira como se tirava o palmito não mudou muito. Na Ilha do Mutum para extrair o palmito era feito a derrubada das árvores com o machado e para a coleta do palmito usava-se o terçado, os quais eram transportados em canoas até o trapiche das casas e vendidos para os atravessadores (ASSENTADO D, 2016). Para Farias (2012), a tiragem era de todos os estipes

independentes de estarem altos, em troncos tortos, finos, como também das palmeiras fortes e jovens, o que importava era a produção de acordo com as necessidades do mercado consumidor.

O palmito tirado nas ilhas do arquipélago era classificado pelas indústrias locais em três categorias: comercialização, distribuição e economia (FARIAS, 2012). A comercialização do palmito era feita por atravessadores que compravam as cabeças na propriedade e beneficiavam ali mesmo, nas fabriquetas que surgiam na própria comunidade ribeirinha, e quando já o produto embalado em latas ou vidros vendiam para as empresas, as quais iriam colocar seus rótulos e encaminhar para as distribuidoras na capital – Belém. Ou levado as cabeças para serem vendidas na cidade (AZEVEDO, 2010), no caso da Ilha do Mutum vendidos nas cidades de São Sebastião da Boa Vista e Oeiras do Pará (ASSENTADO D, 2016).

A extração intensa do palmito estava dizimando os açaizais e causando dificuldades para a sua regeneração e consequente redução da oferta do palmito e do fruto, principalmente nos meses de julho a novembro quando há pouca produção do açaí (FARIAS, 2012). Nesse período, com a tiragem do palmito não existia o controle da palmeira, o que se tinha como prioridade era a derrubada de todas as árvores (ASSENTADO D, 2016). Só a partir do momento em que a Ilha do Mutum se transformou em Assentamento a produção do palmito cessou, ainda é tirado, a não ser nos casos já abordados anteriormente (ASSENTADO B - 48 anos, 2016). Como também, passaram a utilizar-se das técnicas do manejo, além disso é preciso ter a licença ambiental junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de Curralinho para a realização desse procedimento conforme explicou o Assentado A (2016).

De acordo com Mourão (1999), as populações ribeirinhas atualmente sentem segurança em manter o açaizeiro em torno dos seus quintais, pois ele assegura alimentação e um produto em alta no mercado consumidor. O manejo de açaizais se consolida como atividade rentável representativa das áreas de várzeas do estuário marajoara.

4.2 A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NO PAE ILHA DO MUTUM.

4.2.1 Açaí

O açaizeiro (Euterpe olerácea) é um recurso típico da região amazônica brasileira, com predominância no Estado do Pará. Este recurso é aproveitado como produtor de frutos para a fabricação de vinho de açaí e fornecedor de matéria-prima para as indústrias de palmito. Com o aumento considerável da população nas cidades, houve, também, o crescimento do

consumo do vinho de açaí, permitindo aos ribeirinhos, que até então somente consumiam o recurso, passaram a produzir para a comercialização do produo.

Apesar de ter uso integral, seus frutos do açai destacam-se como a parte mais importante economicamente, sendo utilizados pela população amazônica, desde a época pré-colombiana, para a obtenção da bebida denominada de açaí (OLIVEIRA, 2002). No PAE Ilha do Mutum esse fruto torna-se comercializável a partir do momento em que os assentados são orientados por meio de formação produtiva, a manejar o açaizeiro. Isso porque, antes o que se extraia era somente o que brotava de forma natural, quase sem nenhuma interferência intencional humana.

O Assentado B (2016), afirma que hoje tem sua própria plantação de açaí e que no momento (ano 2016), está na fase de manejo, diferente de muitas famílias que iniciaram a cultura do açaí bem anterior a ele e que já estão vendendo suas produções. Como estão em um assentamento, os produtores estão com seus açaizais produzindo, e os que sabem fazer o manejo, ajudam o que não sabem. No assentamento, a produção fica em torno de 12 a 20 rasas por semana, no período de safra que vai de agosto a dezembro, período conhecido como verão, ou seja, é o período que mais dá o açaí (ASSENTADO D, 2016).

As tipologias cultivadas de açaizeiros são conhecidas popularmente como: açaí-branco, açaí-roxo ou comum, açaí-açu, açaí chumbinho, açaí-espada, açaí-tinga e açaí-sangue-de-boi. Essas variedades, na maioria das vezes, se diferenciam pela coloração dos frutos, quando maduros, pelo número de perfilhos na touceira, pelo tamanho e peso dos cachos e de frutos, pela ramificação do cacho ou pela coloração e consistência da bebida, mas ainda necessitam ser caracterizadas e avaliadas morfológica e agronomicamente (OLIVEIRA, 2002).

Imagem 1: Cachos de açaizeiro dos tipos: a) branco, b) espada e c) roxo.
Fonte: Oliveira (2002).

Na ilha até tem açaí branco, mas é pouco. O que se produz mesmo é o roxo. (ASSENTADO C, 2016). A produção do açaí do PAE Ilha do Mutum é vendido em grãos e comercializado diretamente para os batedores que fazem o vinho e para as geleiras - os atravessadores - de Abaetetuba, Macapá, que vem comprar na casa na ilha, conforme afirma o Assentado A (2016). Esse processo de compra do produto nas casas pelos atravessadores,

acontece no período da safra do açaí, que é quando o preço do fruto é sempre mais baixo, devido a lógica da oferta e da procura. Para Corrêa (2016), os preços pagos aos produtores são tabelados pelo exportador com quem o atravessador negocia. Como a oferta de açaí é abundante durante a safra, o preço cai muito, o que tem apresentado um mercado oligopsônico, onde poucas empresas centralizam a compra para a exportação, além do mais a intermediação entre os produtores e as agroindústrias é feita através de muitos atravessadores. No entanto, poucos são aqueles que possuem o contato direto com a agroindústria processadora do fruto.

Segundo o Assentado D (2016), existem dois pontos estratégicos para a comercialização do açaí. Um deles fica próximo à saída da ilha do Mutum e outro está localizado no rio Furo do Abacate próximo a saída da ilha. Nesses locais ficam grandes embarcações que fazem a compra da produção e levam para as fábricas de beneficiamento. Mas se o produtor não quiser se deslocar até esses pontos de compra e venda, ele entrega o produto ao atravessador que passa de casa em casa e leva até as embarcações, ganhando um real por cada rasa comercializada.

Essa relação comercial entre famílias e atravessadores, por um lado faz com que os produtores não se desloquem até cidade para vender seus produtos, mas, ao mesmo tempo, acabam se tornando reféns dos atravessadores que não produzem e geram lucros, quase sempre, até mais do que aqueles que trabalham por anos para produzir determinados produtos. Para o Assentado B (2016), “isso acontece, porque aqui cada assentado vende sua produção. Não existe uma cooperativa e nenhum movimento de moradores até agora para que vendam em conjunto o que se produz”. Vasconcellos Sobrinho e Rodrigues (2016), discutem numa outra realidade sobre governança social do espaço, mas cabe neste contexto quando mostram a necessidade de construção de uma governança social do espaço de onde vem o empreendimento, do contrário o agente que está mais próximo do mercado na cadeia de produção, sempre terá mais lucros, ou seja, os contextos são distintos, mas há convergência pois o que se tem na ilha em discussão, são pessoas tentando manter-se no mercado, mas sem nenhum processo de organização formal.

No PAE Ilha do Mutum o estudo não registrou informações da existência de cooperativa, mas na narrativa do Assentado D, verificou-se a vontade de que os produtores se reunissem para vender a produção do açaí em Breves, pois assim, segundo ele, evitariam que os atravessadores ficassem com parte do lucro da venda que deveria vir a quem produz.

Para esse mesmo assentado, “se o grupo de produtores tivesse embarcação e combustível e juntassem a produção, que fica em torno de duzentas rasas de açaí a gente

poderia vender em Breves. Ao mesmo tempo, geraria mais lucros, a união entre produtores fortalecia-se e poderia ser o início de uma possível cooperativa" (ASSENTADO B, 2016).

Muito embora com as novas técnicas para a produção e expansão do açaí no PAE Ilha do Mutum, ainda não há dados que mostrem relativamente a expansão, ao contrário, os assentados afirma que a produção tem gerado poucos benefícios econômicos, isto pode estar ligado a lógica de uma tradição constituída na Amazônia, que o favorecido sempre foi o patrão ou os atravessadores.

4.2.2 Camarão

Antes da Ilha do Mutum se transformar em assentamento a pesca do Camarão era realizada por meio de tapagem de igarapés - chamados de rêgos, ou pequenas aberturas nas terras – conforme descreve o assentado D (2016).

> Para as tapagens dos igarapés, usava-se um parí - feito com talas e cipós, sendo uma tala perto uma das outras unidas pelo cipó – dessa forma fazia-se a tapagem na frente do rego e lá ficava preso o camarão. Essa tapagem se dava na preamar - maré alta -, e quando era na reponta - baixa mar/maré seca - ia apanhar os camarões com as mãos.

Com a institucionalização do PAE Ilha do Mutum, o Assentado E (2016), diz que passaram a usar o matapi como principal instrumento desse trabalho. Os acessórios necessários a essa armadilha e outros insumos como o babaçu, derivam da renda familiar. Para o processo produtivo, a confecção dos matapis, preparação das iscas, métodos de captura e estocagem da produção, é praticado de forma artesanal com base em métodos tradicionais, modificados, no decorrer dos anos.

O matapi é colocado no rio no final da tarde e pela manhã bem cedo é feita a despesca do camarão. Se for colocado no igarapé ele é colocado na maré alta e despesca é realizada na maré baixa (ASSENTADO D, 2016).

Os procedimentos de pesca do camarão são diversificados, no entanto, a captura do recurso pesqueiro está atrelada ao amplo conhecimento que os pescadores possuem sobre o ambiente em que vivem. Dentre os fatores ambientais que conduzem o ofício, estão as marés que influenciam diretamente na escolha do local de pesca, o qual varia entre os igarapés, as margens dos rios e as praias (ARAÚJO, 2014).

A quantidade do camarão arrecado em cada pesca depende do número de matapis que cada família deposita na água. Como exemplo destacamos três casos distintos coletados pela pesquisa, sendo: O Assentado E (2016), tem usado nas suas pescas 48 matapis durante oito dias e com esse recurso, pesca 30 quilos de camarão com casca, que descascado para comercialização equivale a 10 quilos de camarão. O Assentado F (2016), deposita 60 matapis e em uma semana ele arrecada 12 quilos de camarão com casca, que corresponde a 4 quilos sem casca. O Assentado G (2016), distribui no rio, entre 40 a 53 matapis e tem entre 6 a 9 quilos de camarão com casa, descascado tem em torno de 2 a 3 quilos de camarão por semana.

Dessa forma, observa-se, que a quantidade de camarão pescado varia muito, por diferentes fatores, dentre eles o número de matapis colocados na água, como também, pelo número de dias que se pesca, o que já é uma análise feita pelos informantes.

O Assentado E, diz que os 30 quilos de camarão que consegue, vem do trabalho de oito dias. O Assentado F, embora tenha um número maior de matapis que o Assentado E, arrecadou 12 quilos. Processo parecido que acontece também com o Assentado G, 40 e 53 matapis, mas o número de quilos de camarão oscilou entre 6 a 9 quilos. Um outro ponto que pode vir a ajudar a entender esse fato, é que o tempo de trabalho, o primeiro assentado trabalhou oito dias, enquanto os outros dois falam em semana, mas não fica claro se nesse tempo foram todos os dias ou se foram apenas alguns dias dedicados a esse trabalho.

Para a comercialização, após a fase de despesca, o camarão é escaldado, descascado, o corpo salgado e armazenado até chegar a pelo menos 10 quilos para vender (ASSENTADO E, 2016). Esse processo de escaldamento do camarão descascado, traz uma nova nomenclatura ao pescado, chamado agora de camarão vermelhinho (ASSENTADO D, 2016). A casca e a cabeça do camarão servem de alimento para os porcos e as galinhas (ASSENTADO G, 2016).

Uma parte do camarão é vendida no assentamento e outra na cidade de Breves. Cada morador vende separadamente sua produção (ASSENTADO D, 2016). A venda no assentamento é feita para os atravessadores que compram o camarão e vendem para Belém, Manaus (ASSENTADO C, 2016). Ou para um regatão de passa de 8 em 8 dias para comprar nos portos o camarão descascado (ASSENTADO F, 2016). Hoje o camarão é uma fonte de renda. Se quiser vender todo dia, todo dia vende (ASSENTADO G, 2016).

Os dados da pesquisa indicam que são duas as atividades econômicas que predominam na PAE Ilha do Mutum: o açaí e o camarão. São duas práticas laborais e sazonais. A primeira tem sua produção nos meses de agosto a dezembro e o camarão, a produção é de abril a dezembro. Essas duas bases produtivas ainda vêm sendo trabalhadas tendo como base a lógica do agrário exportador, onde os que produzem a matéria prima, além de esgotar muitas vezes

os recursos naturais, são também aqueles que menos tem lucros com a comercialização dos seus produtos. Isto porque, a presença de atravessadores e regatões na região, com o propósito de “facilitar” a vida dos assentados, não deixa de ser uma relação econômica de exploração ainda muito presente na Amazônia.

4.3 AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Os recursos naturais extraídos pelos assentados do PAE Ilha do Mutum, ao longo de muitas décadas tiveram duas finalidades: o sustento das famílias e a comercialização para subsistência. Tal modelo, ainda continua em vigor, entretanto, na atualidade tem o foco na conservação dos recursos naturais, uma preocupação com a não agressão ao meio ambiente.

O que se tem como informação dos assentados, era que na ilha, os recursos naturais como a borracha, a madeira o arroz e o palmito, eram explorados, extraídos como se fossem infinitos por serem naturais, fato que se estendia a pesca dos peixes, camarão e com a caça aos animais silvestres, todos esses utilizados para a alimentação e também para a comercialização.

> Antes não existia a preocupação com os recursos naturais. Cada um fazia o que queria... acabava o que tinha e ia mexer no do outro. Existiam famílias que caçavam bastante. Isto, porque, além de servir para matar a fome, a maior parte dessa caça era vendida na cidade para comprar as despesas que o comércio do patrão não disponibilizava, como roupas, calçados ... (ASSENTADO B, 2016).

A narrativa apresentada acima mostra que a conservação dos recursos naturais não se apresenta apenas na forma de seu uso, mas no volume de recursos necessários para o sustento das famílias.

Nessa mesma linha de pensamento o Assentado C (2016), avalia que de fato antes não se preocupavam com essas questões de que um dia poderia lhes faltar os recursos naturais e os seus próprios alimentos que também vinham da natureza, da floresta.

Dessa forma, observa-se que o meio natural foi e por muitas vezes ainda permanece sendo tratado como fonte de recursos inesgotáveis e, as florestas e os rios, como fonte primária a ser desbravados a todo momento, visando para as famílias ribeirinhas a sobrevivência e para os donos do capital, os lucros com a exploração da força da mão de obra local e os bens naturais.

Um fator de grande importância neste contexto relaciona-se as relações de produção existente entre as famílias com o meio e dos patrões com as famílias e o meio. Um dos resultados

desses arranjos dava-se em uma outra forma de exploração comercial que era o aluguel das margens dos rios pelos ribeirinhos para os pescadores profissionais que faziam a pesca dos peixes na localidade e toda produção era vendida na cidade de Breves, outras vezes em Belém, portanto, um dos problemas/limites está relacionado com o sistema de produção, conforme afirmou o assentado A.

> Os moradores da ilha não sabiam como pescavam o camarão ou peixe, usando a rede e o matapí. O que acontecia: antes as pessoas que já sabiam aquelas que eram os pescadores profissionais, vinham, alugavam as beiradas dos rios e pegavam toda aquela produção e levavam. A produção quase acabou e quem lucrava eram os pescadores profissionais. Hoje não, as pessoas já sabem trabalhar com a pesca, com a rede de malha, com o matapí. Hoje as pessoas conservam o lugar (ASSENTADO A, 2016).

É perceptível que a exploração dos recursos naturais encontra-se em função do sistema. Em toda construção territorial, societária, as resistências e discordâncias emergem como necessidade, seja por parte das lutas vindas das bases ou por parte das políticas públicas, como foi a implementação do II PNRA, que possibilitou, uma reconfiguração de prioridades no Brasil, e especificamente na ilha do Mutum, que por conta da nova reconfiguração agrária, passou em 2006 a ser um assentamento, assim como, o estatuto da ASPABIM, o Plano de Utilização do PAE exigiam reflexões e novas ações e posturas frente à condução dos recursos naturais com foco na conservação, por um ambiente sustentável e essa nova postura advinda dos próprios ribeirinhos pode ser verificada por meio da narrativa do Assentado B.

> Depois que apareceu o assentamento melhorou muito, porque cada um foi tomar conta de sua área e preservar. Antes não se tinha uma delimitação das terras, assim, cada um entrava no espaço do outro, era sem organização. Dessa forma, pode-se afirmar, que se tem menos exploração dos recursos naturais. Isto porque, com a regra de paralisação de retirada dos recursos naturais, você entra em rios e matas, você encontra o peixe, você encontra a caça, porque praticamente paralisou a invasão. Hoje em qualquer lugar da ilha você encontra esses alimentos. Isso porque, todo mundo percebeu que era preciso não só explorar. As famílias consomem a caça para se alimentar, exceto um rapaz que ainda insiste em vender. Antes de antes era como se fazia com o corte do palmito. Quando se entrava no mato, na derruba das arvores do açaí ia se levando tudo. Levava preguiça de filho, levava tatu de filho, acabava tudo, porque o palmito acaba tudo. Ai depois que parou de tirar o palmito... florestou. Agora você encontra a preguiça, o peixe... Agora não tem desmatamento. Hoje também não é permitido a pesca no igarapé no período em que o camarão e os peixes estão desovando, por causa do seguro defeso (ASSENTADO B, 2016).

Diante da possibilidade do afastamento de escassez de recursos naturais e potencialização da qualidade de vida, a perspectiva da sustentabilidade tem se fortalecido e novos modelos de desenvolvimento, como a produção sustentável, têm sido propostos, com o objetivo de garantir a manutenção da qualidade ambiental para que as futuras gerações possam continuar a usufruir dos recursos naturais disponíveis hoje (LIRA & CÂNDIDO, 2013). É importante ouvir o que os assentados dizem, pois são relatos de ações que trazem intenções de ajudar na conservação dos recursos naturais, sabendo-se que essas pessoas, sejam elas ou seus descendentes, continuarão a vida neste território.

Aproximando-se dos relatos do assentado B, o Assentado F também destaca:

> Os camarões pequenos são devolvidos para crescerem, porque aqui os matapís são bitolados, com pelo menos um centímetro afastado de uma tala da outra. Hoje a gente só come se a gente criar ou comprar. O povo não vai mais fazer esse desmatamento. Tem muita caça aqui, veado tem muito. Hoje tem mais caça do que antes. Sabe por que tem mais? Porque tem lugares que fizeram roçado, que hoje a tiririca tomou conta que nem cachorro vai lá. A caça está se criando lá a vontade. Quem se atreve, sai todo cortado desse local. O cachorro que se atreve vem cego de lá. Tem tatu, mucura, quandú.. Não tem necessidade de desmatamento, isso porque, as árvores não estão boas de corte, por isso, não tem necessidade de cortar. Para pescar de rede é só malha grandona, se pegar dois ou três, mais é grandão. Os tipos de peixes que dá por aqui é o mapará, o tucunaré, aracú, acará, pirarucú, mãe de jacundá. Esses peixes ficam para o consumo, guardado no freezer.

Diante dessas considerações, infere-se que a organização da Ilha em assentamento ajudou bastante para que se chegasse a essas reflexões, isto porque, as famílias passaram a pensar e a planejar juntas, a conversar sobre seu território, por meio, também, das reuniões da ASPABIM. Assim, foram materializando as delimitações de terra para cada família, os incentivos financeiros e sociais como o bolsa família, o bolsa verde chegaram, assim como, as responsabilidades aumentaram com o todo, nos diversos aspectos, dentre eles, a forma como estavam sendo desenvolvidas suas relações com a conservação dos recursos naturais, o que demonstra que a exploração destes recursos está vinculada ao acesso aos bens e serviços necessários a produção das famílias.

> Sob essa perspectiva, hoje existe uma preocupação com o meio ambiente. Através da ASPABIM os assentados têm tido orientação de como devem fazer para conservar o meio ambiente. Essa preocupação também vem com o bolsa verde. O governo já mandou uma pessoa do meio ambiente conversar com as famílias sobre a preservação dos recursos naturais, para o que o programa continue no assentamento e depois ‘deu uma volta na ilha’ para ver de perto se estava existindo desmatamento ou queimadas (ASSENTADO D, 2016).

Outra constatação que demonstra mudanças nas relações de produção é o desmatamento na ilha do Mutum, ainda presente, mas de maneira bem menor. Não mais para acabar com a flora e fauna, como acontecia nos trabalhos da tiragem da madeira, do palmito, sem planejamento, mas sim, no manejo do açaí, sempre com a autorização do órgão do meio ambiente (ASSENTADO D, 2016).

À luz de Lira & Cândido (2013), a ideia da sustentabilidade almeja algo capaz de ser duradouro, suportável e conservável com um intuito de continuidade. Isso demonstra que a sustentabilidade prevê a continuidade dos recursos e seu uso de modo suportável, respeitando assim, a capacidade e o limite de carga do ambiente. Isso demonstra a necessidade que o modelo de desenvolvimento da lógica capitalista precisa rever, mudar e orientar seus métodos de produção que antes eram predatórios, na concepção de que os recursos naturais seriam infinitos, passando para um modelo que possa ser cauteloso no uso e manuseio com o ambiente. De fato,

> Antes não se tinha esse compromisso que hoje nós temos de preservar mais. Antes muitos só queriam desfrutar e acabavam o que tinha, sem respeitar o que tinha e nem o que era o do outro. Hoje não, existe mais um respeito, tem cuidado pelo o que é meu e pelo o que é do meu vizinho. Passou existir mais explicação de um certo tempo para cá, porque houve mais preocupação com os recursos naturais. Antes do assentamento para se pegar o peixe, usava a linha, o caniço e malhadeira de trinta para frente. Se usar a 20 pega os peixes grandes e os peixes pequenos e se for assim, daqui um tempo não se vai mais pegar peixe. Antes usava o timbó - um veneno - onde se tapava o igarapé e batia o timbó e boiava uma grande quantidade de peixes. Quando eu era novo, eu cheguei a usar e depois foi extinto. Esse timbó fazia mal para as pessoas porque envenenava a água e matava os peixes grandes e os pequenos. A gente tapava igarapé com parí - é uma tala que a gente tira e prepara e tece no cipó - ela fica tipo uma esteira, com olhos para a água passar aí tapa o igarapé, na preamar - na enchente quando ela está bem parada - a água vasava e os peixes ficavam todos presos lá, ia lá batia aquele timbó e pegava aquela quantidade de peixe. Hoje a gente aqui da vila não trabalha com esse tipo de coisa: nem pari e nem timbó. Do camarão usa-se o matapí e nele entra grande e pequenos e na classificação os pequenos joga novamente para a água. Nós temos que ter preocupação porque temos que deixar para os filhos. Eu sempre bato nessas teclas com meus filhos: digo... olha esse pedacinho de 50 hectares que é nosso, eu não vou mais e nem a mãe de vocês trabalhar nele, mas vocês precisam para essas crianças que estão crescendo. Meu filho que é empregado, outro que é pescador, esses uns para pisar no mato é difícil. Hoje se mata menos animais do que antes. E os animais que são caçados servem para o alimento da família. Não tem desmatamento. Aqui a nossa conversa com o povo é de preservar. Se a pessoa fizer esse tipo de coisa hoje, ele vai sofrer amanhã, porque não tem jeito, tem lugares do rio de Breves que eles não têm esse cuidado, eles vão levando, como eu estou lhe dizendo, tirando palmito de detrás da casa, para dentro e aí não fica nada, acaba o palmito, a caça se foi junto. A madeira não tem mais que já acabou, tira da grossa a fina, a tendência é amanhã sofrer, ou melhor desde hoje já está sofrendo. Nós aqui na ilha temos que ter esse cuidado, além de ser uma recomendação da associação e todos somos fiscais e prestar a atenção, um pela propriedade do outro, porque todos nós precisamos viver. Nós moramos dentro desta ilha aqui, se nós não preservarmos, se deixarmos outro vim de fora invadir, quem vai ser prejudicado somos nós que moramos na ilha (ASSENTADO G, 2016).

Para esse assentado as relações de produção mudaram pelo fato de depender menos dos recursos da floresta, no que diz respeito à caça de animais, a extração da madeira, da borracha, do palmito. A ordem é produzir com responsabilidade ambiental, nesse sentido, não precisa parar de pescar o peixe e camarão, de tirar o palmito e açaí, mas apropriar-se de práticas e ações que venham promover novas formas de produção no assentamento, evitando queimadas, os venenos na água, descartando os camarões e peixes menores para que possam crescer, só assim há um empoderamento, a identidade com o local e a participação mais efetiva com possibilidades de tornar-se socioambiental.

Sabe-se que essa é uma perspectiva, entretanto, ainda há muitos fatores a serem considerados para que essa "menor dependência" da floresta aconteça, haja vista as inúmeras necessidades pelas quais a população ribeirinha vive e na maioria das vezes as políticas de distribuição de renda do governo federal, não são suficientes para o sustento de quem sempre dependeu da floresta, o que faz com que a utopia exista, mas a necessidade é que vai sobressair sobre a vontade.

Trata-se de valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania destas populações, valorizando seu padrão de uso dos recursos naturais. Isso não significa ressuscitar o mito do "bom selvagem" ou do ecologismo nato das populações selvagens. Tanto quanto nós, as comunidades tradicionais estão sujeitas às dinâmicas sociais e a mudança cultural. Nem todos são "conservacionistas natos", porém há entre eles um grande conhecimento empírico do mundo em que vivem e das particularidades do ecossistema regional (ARRUDA, 1999).

5. PRESERVAÇÃO DA CULTURA LOCAL

5.1 OS INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO NO PAE ILHA DO MUTUM

Os instrumentos utilizados no trabalho na Ilha do Mutum sempre estiveram atrelados as práticas da extração da borracha, palmito, madeira, pesca – camarão e peixe - criação de animais e plantação de arroz, mandioca, jerimum. Com a institucionalização do PAE Ilha do Mutum, duas atividades se tornam efetivas: a cultura do açaí e pesca do camarão, também, para fins comerciais.

Embora no assentamento exista um seringal nativo, muito explorado até a década de 1960, a extração do látex não é mais uma prática profissional, mas quando usada, os instrumentos para a colheita da seiva das seringueiras eram poucos e de fontes e formatos diferentes. Segundo narrativas já apresentadas na seção anterior, algumas famílias faziam a reutilização de latas de conservas de carne, as quais eram usadas como recipiente para receber o leite da seringueira. O Assentado F (2016) informou que para riscar a seringueira usava a faca ou machadinha, tigelinhas para a coleta do leite, adquirida no comercio do patrão e o paneiro confeccionado pela própria família onde era depositada a produção da semana.

Segundo Sousa (2013), os instrumentos necessários para a produção de borracha são: faca jebong, o riscador, a bandeira ou régua, barbante graduado ou fita métrica, traçador e a lima triangular. Pela descrição é possível perceber a diferenciação de instrumentos citados pelos assentados (2016) e os apresentados por Sousa (2013); por meio desta, identificamos duas situações distintas; a primeira sem o uso de técnicas aperfeiçoadas, voltada aos conhecimentos tradicionais, transmitidos de geração a geração, onde o que visava era a sobrevivência dos seringueiros e o lucro do patrão, em uma Amazônia desbravada a força, de acordo com a ferramentas disponíveis e/ou criadas no local. A segunda situação mostra instrumentos relacionados ao modelo baseado nas orientações tecnológica de ponta, usados nos grandes centros produtores de borracha no Brasil.

Para a produção do palmito, usa-se praticamente os mesmos instrumentos: terçado, machado e facão. Para além desses, o Assentado B (2016), enfatiza que com a necessidade de aumentar a produção para a venda do açaí, cada morador adquiriu um moto serra para fazer o manejo do açaizal, nas palavras deste senhor,

> O que antes se fazia com o machado e terçado que se batia, batia, criava calo na mão... a moto serra facilitou a derrubada das árvores de açaí tortas, finas, antigas para tirar o palmito. Hoje tem caboco que não sabe nem pegar no machado. Depois

> de cortado, faz-se feixes, coloca no paneiro e joga na costa e anda em torno de uma hora para chegar até o trapiche para venda (ASSENTADO B, 2016).

Neste assentamento, dois tipos de pesca são realizados: a do peixe e a do camarão. Em relação a pesca dos peixes, a maioria das famílias pesca para o sustento da família, apenas em alguns casos vendem o excedente para os atravessadores; já o camarão, como resultado das orientações do PU, a comercialização no assentamento começou no ano de 2007, tornando-se parte da renda familiar dos moradores.

Para a pesca do peixe, as famílias herdaram os instrumentos e técnicas dos povos da Amazônia, conforme narra o Assentado A (2016), dizendo que antes faziam o uso do timbó – um veneno natural que era batido na maré baixa e paralisava os peixes de todos os tamanhos, prejudicando a renovação das espécies de peixes desse local. Hoje, segundo ele, não se usa mais o timbó, isso porque, observaram que matavam todos os peixes, tantos os grandes como os pequenos. Essa ação estava causando prejuízo para o meio ambiente, além do que o Estatuto da Associação proíbe esse tipo de prática.

No assentamento, de acordo com o Assentado C (2016), "ainda se pesca o peixe usando a taboca, que consiste em arriar açaizeiros no rego do igarapé na maré grande - como se fosse um curral - e quanto a maré seca, a gente tira os peixes grandes e soltamos os pequenos". Um outro assentado rememora como era a prática da pesca e diz que hoje é proibido fazer por conta da conservação dos peixes:

> Antigamente usava-se o caniço e linha e hoje é mais a malhadeira. A malhadeira usada é de 30 a 40 de espessura. A de 25 é proibida porque ele pega o peixe miúdo e isso não pode. Teve um tempo que apareceu uma pessoa com malhadeira 20 para fazer pesca de arrastão, o pessoal se reuniu e foram para cima dele, cortaram toda a malhadeira e falaram que lá não pescava com essa malhadeira (ASSENTADO F, 2016).

O sentido de manter a pesca como atividade que gera renda as famílias é fortalecido quando juntos os moradores impedem processos que vão de encontro com o que está no estatuto da associação e do que aprenderam por meio dos cursos que participaram quando da implementação do assentamento.

Para a prática da pesca do camarão, as narrativas mostraram que antes as técnicas foram aprendidas de pai para filhos, eram difíceis, mas funcionavam, conforme descreveu um assentado

> Utilizava-se a chamadas técnicas da mococa, do gapuiar poço - fazia uma mococa e tapava a parte mais rasa do igarapé e depois secava a parte que tinha água e pegava com pau, jogava lama e os camarões que estavam lá pulavam para o paneiro. Também tinha a técnica do bater barranco - ir na beira do igarapé e batia o barranco – mururé - e o camarão pulava para dentro do casco - canoa (ASSENTADO C, 2016).

Atualmente, para pegar o camarão usa-se o matapi (Imagem 2) - **a**rmadilha cilíndrica, confeccionada com tala de miriti, confeccionada pelas próprias famílias e que se tornou uma ferramenta mais eficiente para esse tipo de pesca, tanto que outros instrumentos e técnicas caíram em desuso com o tempo.

Fotografia 3 - Artesão e a confecção do matapi
Acervo da Pesquisa (2016).

Fotografia 4 - Pesca do camarão com o uso do matapi
Acervo da pesquisa (2016).

Conforme ficou explícito neste estudo, o trabalho para a coleta do açaí, da borracha, a pesca dos peixes e dos camarões, sempre fizeram parte vida dos moradores da Ilha do Mutum. A prática da coleta do açaí, embora com todos os avanços tecnológicos, ainda permanece muito próximo do modo como era feito nas décadas passadas, com o acréscimo de alguns utensílios, a exemplo do plástico, conforme narra o Assentado E, (2016), ao afirmar que para esse ato a pessoa utiliza-se apenas de uma peconha e uma faca como instrumentos para a coleta e para a debulha, utilizam-se de sacolas de fibra ou de plástico e após a limpeza, os frutos vão para os paneiros, também chamados por eles de rasas, as quais serão vendidas para os atravessadores, seja nas próprias residências dos coletores, nas geleiras ou na cidade de Breves ou Bagre.

Os resultados da pesquisa também indicam que no assentamento outras atividades laborais ainda permanecem, tais como a feitura da roça para o plantio da mandioca que serve como matéria prima para a farinha muito consumida entre os paraenses. Para o trabalho dessa cultura os instrumentos para o trabalho são: o terçado, o machado – hoje a moto serra para derrubar as árvores, conforme declarou o Assentado D, (2016). Para o Assentado F, (2016), esse era e ainda é um trabalho muito pesado, pois para chegar a farinha na mesa das pessoas, há muito trabalho "duro" conforme ele descreve:

> Para fazer a roça, primeiro a gente queimava a madeira seca e depois encoivarava - encostava todo aquele pau que não queimava bem para beira da roça. Vinha a enxada para fazer o manicujá - buraco - para plantar a maniva. Metia duas enxadas e três cortadores para cortar os pauzinhos para jogar nas covas e as plantadeiras – as mulheres - para plantar. Aí vem a colheita. Vem a "fazeção". O caboco já tinha que ter a casa de farinha - forno, a prensa ou o tipiti para secar a massa e o rodo para mexer no forno (ASSENTADO F, 2016).

De acordo com os assentados, essa ainda é uma necessidade que persiste, pois nem todos têm condições de comprar os instrumentos necessários para a construção de uma casa de farinha e com isso os instrumentos para fazer a farinha até podem ser mais sofisticados, ligados aos geradores de energia particulares, mas os que vão para a roça, ainda permanecem semelhante à forma como faziam quando crianças.

Para o trabalho na cultura do arroz de várzea, na época da colheita, o Assentado G, (2016), diz que "era preciso da faca para cortar os cachos. Depois de colhido era espalhado num tupé grande, esperava o cacho secar e depois de seco era batido com um pedaço de miriti até que todos os grãos caíssem".

Outras atividades como a criação de porcos, de patos e galinhas servem somente para o sustento das famílias assentadas, não há comercialização e a criação é livre, ou seja, não há nenhuma técnica.

5.2 O ARTESANATO COMO PRODUÇÃO CULTURAL

O artesanato acompanha a história do ser humano, pois suas necessidades fizeram com que passassem a construir instrumentos, e assim, facilitar suas vidas no dia a dia. Os primeiros artesãos surgiram no período neolítico (6.000 a.C) quando o homem aprendeu a polir a pedra, a fabricar a cerâmica e a tecer fibras animais e vegetais (SANTOS, 2004).

No Brasil, os registros apontam os índios como sendo os primeiros artesãos a desenvolverem a arte da pintura, da cestaria e da cerâmica, sem esquecer a arte plumária como os cocares, tangas e outras peças de vestuário feitos com penas e plumas de aves. Para isso usavam recursos materiais de origem vegetal – madeiras, cipós, enviras, palhas, fibras, resinas, óleos, sementes, caniços – para edificarem suas moradias e na produção de artefatos de uso cotidiano e ritual (RIBEIRO, 1983). Os que habitam a região norte-amazônica empregam diferentes matérias-primas na confecção de trançados: folhas abertas, folíolos e pecíolos das folhas novas de diferentes espécies de palmeira como açaí, bacaba, miriti, inajá, tiras de diversos tipos de cipós, os talos de arumã, uma planta silvestre encontrada em terrenos úmidos da terra firme e que, ao ser colhida, volta a brotar, exaurindo-se dificilmente (RIBEIRO, 1992).

No Pará, Arquipélago do Marajó, além das cerâmicas marajoaras, as comunidades do meio rural, utilizam a arte dos trançados, para a produção de paneiros, peneiras, matapis, paris, esteiras, usados por diversas gerações, em diversos labores diários, como na extração da borracha, na tapagem de igarapés, para a pesca do camarão e na colheita e preparo do açaí.

No PAE Ilha do Mutum, a prática do artesanato[25] trançado, segundo o Assentado G, (2016), é tradicionalmente uma atividade familiar, em que o artesão e/ou artesã trabalha com os meios de produção extraídos da natureza. A fabricação é feita de maneira coletiva, a família participa de todas as etapas da construção, desde o preparo da matéria-prima, até o acabamento final, não há divisão do trabalho, ou seja, a pessoa que começa a produzir um objeto, ela mesma termina. Para o assentado D (2016),

[25] O artesanato é um resultado do trabalho manual - feito à mão - e que pode ter diversas finalidades: utilitários, estéticas, decorativas, funcionais, tradicionais, religiosas e sagradas. Ver SILVA, 2015.

> A natureza ensina a trançar, a tecer, modelar e a utilizar diversos materiais que ela nos oferece. É com essa natureza, que aprendemos a respeitar tudo antes de usufruir: o tempo, o espaço e a forma mais adequada de manusear para que ela não termine. Aprendemos nos adaptar e transformar o que a natureza nos oferece às necessidades do ser humano.

O artesanato para as famílias assentadas representa as relações culturais de um povo, isto porque, utilizam-se da cultura material para transmitir significados, mensagens e informações de gerações anteriores, presentes tanto nos objetos representativos, quanto nos objetos de uso domésticos, como o paneiro que serve como recipiente para armazenar o açaí, o camarão, o milho, a mandioca; tanto antes do assentamento como também nos dias atuais.

Fotografia 5 - Produção artesanal do paneiro no PAE Ilha do Mutum
Fonte: Acervo da pesquisa (2016)

A produção do artesanato no PAE Ilha do Mutum e feita como descrito anteriormente por ambos os gêneros que utilizam-se das habilidades da tessitura para a sua confecção; entretanto, em algumas famílias este trabalho é realizado apenas por pessoas do gênero feminino, como mostra a imagem 4, onde a assentada está em frente a sua residência no rio Guajará tecendo paneiros para serem usados na colheita do açaí. Na imagem 6, está a rasa do açaí na mão da assentada e a peneira na mão do assentado. Embaixo está o parí e na parte inferior esquerda da imagem um matapí. As imagens mostram também, que o espaço onde são confeccionados os objetos artesanais são as próprias casas, onde também fica acondicionada a matéria-prima.

Fotografia 6 - Casal de artesãos com peneiras, peneiros, matapí e parí.
Fonte: acervo da pesquisa

Lima (2005), abre discussões sobre a produção artesanal. O primeiro é que o artesanato não é mera mercadoria. Trata-se de um produto diferenciado tanto pela dimensão econômica, quanto pela dimensão cultural. É um produto que integra um sistema de valores culturais da comunidade ou região. Como também, o artesanato tradicional e cultural traz a marca forte da cultura, constitui um produto que traduz uma identidade (do artesão e da coletividade) e expressa uma identidade cultural (LIMA, 2005).

Para o Assentado E (2016) esse saber-fazer advém de um aprendizado evolutivo, portanto, conservacionista e representa o resultado de uma transmissão social, em que os avós, os pais e tios iniciam os jovens para que eles não deixem de cultivar essas características identitárias, com o intuito de não se perder, e com isso, transmiti-las as outras gerações. Ao mesmo tempo, outras tecnologias chegaram a esses espaços e conviver buscando um equilíbrio entre preservar as características locais e ao mesmo tempo, conhecer as vantagens que as novas tecnologias trazem para facilitar a vida; por um lado, causa preocupação em

haver um distanciamento cada vez maior da cultura local, por outro, entende-se que esse é um processo de transformação social e cultural.

Para Lima (2005), dois fatores podem ser predominantes nessa relação. O primeiro está relacionado ao conteúdo histórico que esse artesanato tem como parte da construção do local e o outro é empoderamento que o mercado está impondo frente a uma nova vida na localidade. Equilibrá-los pode ser uma saída para que a vida em sociedade não seja marcada de rejeição e descontentamentos entre as pessoas, que por um lado precisam preservar sua cultura, da mesma forma precisam estar conectadas ao mundo, conservando seu espaço e preservando suas identidades culturais.

5.3 EDUCAÇÃO NO PAE ILHA DO MUTUM

A educação institucionalizada ofertada aos assentados do PAE Ilha do Mutum é de responsabilidade da Secretaria Municipal de educação de Curralinho, que oferta a educação infantil e o ensino fundamental por meio das Escolas: Escolas Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Vista Alegre; Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz, Ilha Jupatituba e Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Portugal, todas localizadas no Rio Guajará, Município de Curralinho. O Censo Escolar de 2015, apresenta dados das escolas citadas, possibilitando uma visão geral de como elas se encontram em diferentes aspectos. Para melhor compreensão do que cada escola apresenta, as mesmas serão identificadas por número. Escola Vista Alegre (1), Escola São Luiz (2) e Escola Portugal (3).

Todas as escolas são consideradas de pequeno porte, tendo entre 6 a 22 funcionários; entretanto, as informações apresentadas na página do INEP\MEC (2015), não informam qual a condição de trabalho dos servidores se são concursados ou contratados. A organização das escolas se dá por ciclos, uma das formas proposta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDB) - 9394/1996, Art. 23 que diz:

> Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

No que tange a alimentação escolar, de acordo com os dados coletados ainda na página do INEP\MEC (2015), todas as escolas são beneficiadas pelo Programa Nacional de

Alimentação Escolar – PNAC, sendo distribuídos alimentos enlatados e embutidos, como nas demais escolas da região, não há alimentos regionalizados, voltados ao cardápio cultural. Entretanto, um fator chama atenção neste aspecto, à água servida tanto para a feitura da alimentação, quanto para os estudantes não recebe nenhum tratamento, vem diretamente do rio e são armazenados em recipientes na escola. Esta situação vem de encontro com uma das fases da estruturação do PAE, que diz que nesse processo deve haver a implantação de abastecimento de água; assim como, já discutido neste estudo, 30 famílias foram beneficiadas com o sistema de água e por que a escola ficou de fora?

O número de alunos por escola pode ser acompanhado no quadro abaixo (Quadro 4). De acordo com este demonstrativo, nenhuma das escolas oferta a creche que faz parte da educação infantil, ou seja, o que acontece no assentamento não está muito distante do que acontece nas cidades do Marajó e provavelmente em muitas outras no país, onde a creche ainda não é direito de todos os que dela precisam. Quanto à pré-escola o número de vagas ofertadas nas três escolas soma-se 50 (cinquenta), o que é insuficiente em relação ao número de famílias – 129 (cento e cinquenta) que fazem parte do assentamento.

Quadro 4 – Matrículas no ano de 2015 nas Escolas: Bela Vista, São Luiz e Portugal.

Nº	***MATRÍCULAS***	*1*	*2*	*3*
1.	Creche	0	0	0
2.	Pré escola	13	14	23
3.	Anos iniciais (1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano)	45	90	165
4.	Anos finais (5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano)	0	146	124
5.	Ensino Médio	0	0	0
6.	Educação de Jovens e Adultos	0	0	9
7.	Educação Especial	0	0	0

Fonte: MEC/2015.

Todas as escolas ofertam o ensino fundamental do 1º ao 5º ano, entretanto, a Escola (1) não oferta do 6º ao 9º ano, o que faz com que muitas crianças e jovens fiquem sem estudar. No ano de 2015 não foi ofertado o nível médio e nem as modalidades - Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA), exceto a Escola (3) apresentou uma turma de Educação de Jovens e Adultos com nove alunos. Do 1º ao 9º ano os dados indicam que as três escolas somam um total de 570 (alunos) matriculados, sendo: 57 no 1º ano, 49 no 2º, 87 no 3º, 50 no 4º e 57 no 5º ano, o que indica que dos 570, mais da metade destes alunos ainda estão nos anos iniciais do ensino fundamental, com destaque para o 6º ano, onde estão 123 alunos,

um percentual quase três vezes maior que os demais anos, o que não foi analisado em virtude deste não ser o foco do presente estudo; apresentamos os dados em virtude da educação escolarizada estar presente no assentamento e fazer parte do direito constitucional dessas pessoas.

Também foi inferido que nas matrículas por ano, o número de alunos não é suficiente para formar uma turma; entretanto, a exemplo da Escola 1, no 1º ano do Ensino Fundamental, apenas quatro alunos estão matriculados, mas nem por isso ficam fora da escola, isto porque, a forma de organização adotada é a de turmas de multiano, antes multisseriada[26], que se caracteriza pela junção de vários anos em uma só turma, com um só professor, muito comum nas escolas municipais que ficam no meio rural. Esse tipo de organização muitas vezes ocasiona sobrecargas para os professores que assumem a responsabilidade de ensinar alunos de diferentes anos em um só tempo, sem condições favoráveis a esse trabalho, além de quase sempre ser ainda o merendeiro, o faxineiro e zelador da escola. Neste exemplo o professor ministrará aulas ao mesmo tempo para quatro alunos do 1º ano, nove do 2º ano, dezessete do 3º ano, 5 do quarto e dez do 5º ano, numa turma com 45 alunos e como afirma Hage:

> O acúmulo de funções e de tarefas que assumem nas escolas multisseriadas, dificulta aos professores realizar o atendimento necessário aos estudantes que não dominam a leitura e a escrita, implicando na elevação das taxas de reprovação e defasagem idade série nas turmas. Por outro lado, essa situação se torna problemática, porque os professores têm sido pressionados pelas secretarias de educação a aprovar o maior número de estudantes possível no final do ano letivo, como forma de relativizar os índices elevados de fracasso escolar (HAGE, 2005, p.53).

Dessa forma, o ensino fica comprometido e isso pode ser analisado por meio da conversa sobre educação com o Assentado A (2016), que afirmou que outro dia ele foi reclamar com o diretor da escola, sobre seu filho que está passando de ano, mas que ele observa que ele não está aprendendo. Segundo ele a resposta do diretor foi que é assim mesmo, porque se eles não passarem prejudicam a escola que ficará sem os benefícios. O próprio assentado concluiu sua análise dizendo que ele observa que o maior prejudicado nesse tipo de organização do ensino é o aluno, no caso, o filho dele, porque ele não está lendo e nem escrevendo como deveria e para o ano em que ele está, esse aprendizado já deveria ter iniciado. Para ele o que o seu filho sabe, não corresponde ao ano em que está matriculado.

[26] Classe Multiano é uma organização de ensino nas escolas rurais para agregar educando de duas ou mais séries/anos em uma mesma sala, com apenas um (a) professor (a), historicamente as classes multisseriadas tornaram-se uma estratégia para solucionar o acesso à escolarização de um número reduzido de crianças e jovens presentes no campo (ANTUNES - ROCHA & MARTINS, 2009).

Nenhuma das escolas ofertam Ensino Médio, isto porque esse nível de ensino é de responsabilidade da rede estadual que nessa região está sob a jurisdição da 13ª Unidade Regional de Educação (URE/Breves), da Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC). Neste sentido, se um assentado terminar o Ensino Fundamental e quiser prosseguir nos estudos, terá que se deslocar para a cidade mais próxima: Curralinho, Bagre ou Breves. Os cursos que seriam ações educacionais do INCRA para o assentamento, dentre eles os do PRONATEC, ofertados pelo Instituto Federal do Pará (IFPA) ainda não chegaram a ilha.

Quanto à infraestrutura, nenhuma das escolas possui laboratório de informática, laboratório de ciências, quadra de esportes, sala de leitura, sala para professores, sanitários internos. Apenas duas, as Escolas 2 e 3 possuem sala para a direção escolar. Uma escola (2) possui um espaço para a biblioteca e uma – escola (3), com espaço para a Educação especial e todas possuem espaço para a cozinha. As escolas também não dispõem de energia elétrica, embora o linhão do Marajó - que leva energia gerenciada pela empresa Centrais Elétrica do Pará (CELPA), passe pelo Rio Guajará e Caruáca. Entretanto, nem as escolas, nem o assentamento são beneficiados pelo programa da Luz para Todos, com isso mais um item da fase de estruturação do PAE não foi cumprido.

O que se analisa é que em relação a infraestrutura entre as escolas há mais pontos convergentes que divergentes e essa convergência está em aspectos de extrema importância para o bom funcionamento da educação e para o bem-estar do aluno na escola. Uma das situações encontradas e que merece ser analisada é a falta de banheiros internos nas escolas. Sobre esse assunto, o Assentado A (2016), descreveu que os sanitários na Escola 3, são casinhas feitas em madeira, em cima de palafitas e os dejeto caem direto no chão e a água faz a limpeza ao subir. A água é corrente, mas como observado acima, é essa água que vai para o consumo da escola e que não tem nenhum tipo de tratamento. Para Hage:

> Não há justificativa para tamanha desconsideração do poder público e da sociedade civil para com os graves problemas de infra-estrutura e de condições de trabalho e aprendizagem que enfrentam os professores e estudantes das escolas multisseriadas, que em geral encontram-se abandonadas às situações contingentes próprias das comunidades em que se localizam, afinal, delas depende atualmente a iniciação escolar da maioria das crianças, adolescentes e jovens do campo (HAGE, 2005, p.54).

Assim como há precariedade na infraestrutura, também as escolas não dispõem de recursos didáticos para ajudar na prática pedagógica do professor, Alguns equipamentos relacionados pelo MEC no censo de 2015, mesmo sendo aparelhos que em alguns lugares são

tecnologias em desuso, como é o caso do do aparelho de DVD e retroprojetor, mesmo assim não estão presentes na escola. Outro situação avaliada é a falta de equipamentos básicos na escola para o expediente da secretaria; as escolas, se quer, tem computador e impressora para dar conta das demandas diárias, tais como: ofícios, memorando, diários de classe, dentre outros documentos requeridos seja pela comunidade ou pelo órgão gestor da escola.

O Ministério da Educação trabalha com diferentes recursos para auxiliar as escolas em suas demandas, são recursos que chegam por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e devem ser gerenciados pelo Conselho Escolar. Em 2016 a Escola 1 recebeu R$ 2.860,00, a Escola 2 R$ 7.120,00 e a Escola 3 R$ 8.540,00 (MEC/FNDE, 2017). São valores a serem distribuídos em despesas de custeios e capital e podem vim a ser disponibilizado para a compra de equipamentos. Pelos dados apresentados percebe-se o baixo investimento por parte dos governos nas diferentes esferas para com a educação escolar, e isso acaba acarretando retornos negativos, na maioria das vezes, o que é fato no Pará, a exemplo do município de curralinho, lócus deste estudo, quando verifica-se o Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB[27]).

Em 2015 tem-se o resultado mais recente do IDEB e o Pará traçou como meta para esse ano chegar em uma nota 4.0 e superou essa meta atingindo 4.3. O Município de Curralinho estimou sua média em 3.9, no entanto, atingiu 3.3. Duas das três escolas foram avaliadas, sendo a Escola São Luiz que tinha como meta 3.7, ficando abaixo, com 3.4 e a Escola Portugal que atingiu 3.3 quando sua meta era 3.1 – acima da meta (MEC, 2017). A Escola Bela Vista não foi avaliada.

Fazendo um comparativo tomando como base as notas do IDEB, observa-se que o Brasil dispõe de uma nota 5.3 e o Pará 4.3, com esses dados tem-se a diferença de 1.0 ponto abaixo dessa média. O Município de Curralinho apresenta a nota 3.3, em relação ao Pará, é menos 1.0 e em relação ao Brasil 2.0. Esses dados mostram que os alunos não estão conseguindo ter um rendimento satisfatório, isto porque, as escolas não dispõem das mínimas condições de trabalho e para os estudos, com isso o processo ensino-aprendizagem fica comprometido. Quando questionamos os assentados sobre a educação no assentamento, a resposta foi que melhorou e destaca o transporte escolar como um desses pontos.

O Assentado A (2016), afirma que tem 41 anos e cursa o oitavo ano do Ensino Fundamental, com isso afirma que vivenciou e vivencia dois momentos da história da

[27] O IDEB é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática - Prova Brasil - e no fluxo escolar -taxa de aprovação (MEC, 2017). Disponível em: http://ideb.inep.gov.br/resultado/

educação do território do qual faz parte, um quando ele tinha que ir de casco remando e passava duas horas para chegar a escola e para voltar para casa e o outro com o transporte escolar. O Assentado D (2016), corrobora com esta questão a partir das suas memórias e afirma que também ia para escola de casco a remo. Saia de casa às 6 horas da manhã e chegava às 7:30 horas na escola.

> Era muito difícil que nem terminei nem a primeira série, estudava na escola Boa Esperança, localizada no Rio Caruáca, do lado de Breves e morava dentro do furo da velha, bem nas cabeceirinhas desse rio, saia de lá quatro horas na companhia dos meus irmãos, de casco, remando, passando por debaixo de galhos, por debaixo das ramas e quando chegávamos na escola estávamos todos sujo de lama. Agora melhorou, uma vez que, os barcos já vêm buscar os alunos no porto (ASSENTADO E, 2016).

O transporte escolar pensado pelo Ministério da Educação e executado pelos Estados e Municípios, se divide em duas frentes voltadas aos estudantes: o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), que visam atender alunos moradores da zona rural (BRASIL, 2017), o ultimo em atividade no PAE Ilha do Mutum.

Por meio dos dados colhidos entre pesquisa na página do INEP/MEC e junto aos assentados, pode-se inferir que a educação escolarizada no assentamento ainda é para poucos e o processo ofertado, tem muitas fragilidades, haja vista que a educação ofertada ainda não tem as condições mínimas de atender a todos segundo o que prescreve a LDB 9394/96, uma vez que para que o direito a educação seja assegurado, não basta apenas ter escola, mas ter escola que tenha condições de garantir o bom desempenho do trabalho do professor e como consequência a qualidade de ensino que vai beneficiar os alunos no seu desenvolvimento integral como cidadão, esteja ele no campo ou na cidade.

Conforme analisou-se neste estudo, os instrumentos usados na produção passaram por mudanças, até porque com o mundo globalizado, as pessoas têm acesso a muitas informações, embora vivendo em espaços fora dos meios urbanos, assistem a telejornais, ouvem rádios, tem contato com mídias sociais, ou seja, novas formas de viver vão se construindo. Assim como, as produções de determinados produtos primários deixam de existir, como foi o caso da extração da borracha na ilha. Outros instrumentos para a produção passaram a fazer parte do cotidiano das famílias, como o moto serra, substituindo o machado e o terçado no manejo do açaí. A inserção desses de novos instrumentos, demonstram a dinâmica que vem acontecendo nesses locais, onde elementos tecnológicos recentes somam-se a aqueles que já faziam parte do cotidiano, facilitando a vida e o trabalho das famílias

produtoras e pescadoras, mas não no sentido de aculturá-las, mas como argumento de que os territórios não precisam está fechados para o mundo, pois o local pode ser global e o global faz parte do local.

O artesanato (tessituras em palhas e cipós) acompanha as gerações, pois os materiais produzidos fazem parte das diversas fases de produção na Ilha do Mutum, uns com menos uso, como é o caso das peneiras, dos parís, outros com mais uso. Entretanto, a matéria prima utilizada para esse trabalho, começa a sofrer mudanças. Na atualidade trabalha-se tanto com talas, cipós, mas também com tiras de plásticos, essas últimas passaram a amarrar as talas que formam o pari e o matapí. Mescla-se produtos naturais com os produtos industrializados que precisam ser comprados na cidade; entretanto, a tessitura é a mesma. Desse forma, afirma-se que no PAE Ilha do Mutum preserva-se a cultura local chamada como tradicional, com as ressignificações que são inerentes as transformações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ilha do Mutum ao se transformar em Projeto de Assentamento Agroextrativista possibilitou as famílias a participação em uma gestão do local, utilizando-se de instrumentos que permitiu o envolvimento dos atores sociais nas questões referentes a conservação dos recursos naturais e preservação da cultura local. Após as análises realizadas, os estudos inferem que com a efetivação da gestão ambiental no PAE Ilha do Mutum, houve mudanças nos modos de produção, do que se tinha antes do assentamento para o que se tem após a ilha tornar-se um PAE. Não se produz mais o látex da seringueira; a produção do arroz é feita por apenas uma família, assim como, a extração da madeira para fins comerciais deixou de ser uma prática de exploração pelos assentados.

A produção atual é a do camarão e do açaí. São essas duas atividades produtivas que estão potencializando a economia no assentamento, como também, verificou-se que da forma como são trabalhadas, elas têm contribuído para conservação dos recursos naturais, haja vista, os assentados trabalharem na cultura do açaí tendo como base as orientações do manejo. Na pesca do camarão, há cuidados para que os filhotes sejam devolvidos para os rios e igarapés, possibilitando assim, a permanência desses alimentos de forma sustentável.

Entretanto, é notório que o conhecimento tradicional ainda prevalece, haja vista não haver nesse território, além das orientações e cursos iniciais para os assentados no momento da implantação do PAE, acompanhamento nas produções.

A preservação da cultura local encontra-se presente por meio do artesanato que utiliza-se de talas e cipós tecidos, muito cultivado pelas famílias e passadas de geração a geração, seja para decoração/ornamentos ou recipientes para receber o açaí, o camarão, o peixe. Os resultados também apontam que as famílias a partir do assentamento, deixaram de derrubar as árvores de açaí para fazer o manejo que era feito com o machado e o terçado, agora o instrumento é o motosserra.

Outro achado de mudanças ocorridas na cultura local é percebida nos meios de transportes utilizados pelas famílias que passaram a usar os barcos/motores conhecidos na região como rabudos, que se tornou o principal meio de transporte, substituindo as antigas canoas a remo, chamadas de casco, como consequência hoje não há necessidade de passar horas remando no rio, o rabudo oportunizou a chegada até as cidades mais próximas, ou seja, o deslocamento na ilha se tornou mais rápido.

As famílias entendem o significado e suas atribuições no PAE Ilha do Mutum. Reconhecem que estão distantes da ASPABIM e ao falar das ações que deveriam ter chegado

ao assentamento, quase que na sua maioria, destacam somente pontos positivos da política agrária, embora o estudo tenha mostrado que muitas ações que deveriam ter sido implementadas ficaram somente no projeto, como os créditos para potencializar a agricultura familiar, a educação formal que deveria ter chegado por meio do IFPA, da energia elétrica que até o final de 2016 não chegou e não há documento que aponte ao menos uma previsão para que a associação possa acompanhar o processo, dentre outros, sem esse serviço, corre-se o risco de voltar à degradação ambiental.

Os assentados demonstram-se cientes e esclarecidos de que os rios e a floresta são as fontes de onde se tem tirado o sustento das famílias, do mesmo modo, são enfáticos ao afirmar, que esse consumo precisa pautar-se em atitudes que não venham esgotar esses recursos que podem comprometer mais adiante as suas rendas, o alimento e o trabalho das novas gerações que permanecerão na ilha, pois de acordo com as entrevistas e os diálogos com os assentados, não há interesse em sair, mas da permanência das famílias naquele território, a exemplo do que já aconteceu nas gerações passadas, alguns filhos procuram outros modos de vida, mas a maioria fica e dá continuidade as atividades, algumas vezes de maneiras ressignificadas.

Os resultados deste estudo indicam que a Gestão Ambiental utiliza-se dos seus instrumentos de gestão: estatuto, plano de utilização, assembleias gerais, entretanto, esses instrumentos no ano de 2016 não foram usados, isto porque, a ASPABIM, ao longo dos anos, tem pautado quase na sua totalidade, questões referentes às demandas externas advindas pelo INCRA, SPU ou UFRA, as quais no ano desta pesquisa não estiveram presentes, deixando as pautas internas do PAE Ilha do Mutum sem debates formais. Dessa forma, considera-se que com a efetivação da gestão ambiental no PAE Ilha do Mutum muitos benefícios chegaram enquanto a ASPABIM estava em funcionamento regular, com suas reuniões ordinárias e a presença dos associados; entretanto houve um distanciamento após as fases de implantação do assentamento, por isso, recomenda-se o fortalecimento dos instrumentos de gestão e o envolvimento maior dos seus assentados para o fortalecimento e empoderamento na luta por um território que vislumbre possibilidades de melhorias para uma vida sustentável, neste caso, no Marajó.

No sentido das potencialidades, percebemos no decorrer deste trabalho que muitas são as apresentadas pela gestão, mas os limites também estão presentes, dentre eles o não conhecimento do Estatuto da Associação e do Plano de Utilização, provavelmente pela formalidade do texto escrito. Nesse sentido e como contribuição desta pesquisa, nos propomos a produzir para os associados a partir do PU, uma cartilha a ser distribuída entre os

assentados e nas escolas onde estão matriculados os alunos que fazem parte deste PAE, tornando esse instrumento de gestão mais compreensível aos assentados, para que assim possam fazer uso no cotidiano e nos momentos de deliberação das ações da ASPABIM.

Num segundo momento, pretendemos por meio de um projeto de Extensão da Universidade Federal do Pará/Campus Universitário do Marajó-Breves, Faculdade de Educação e Ciências Humanas, reconstruir o PU por meio de debates e oficinas, tendo em vista que o que está em exercício não foi uma construção coletiva, mesmo assim é o que está em uso; mas após o conhecimento por meio da cartilha, há possibilidades de se fazer essa reconstrução, tornando-se assim um instrumento mais próximo da realidade local e construído coletivamente. Desta maneira, entende-se este trabalho como uma forma de potencializar a gestão ambiental.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sônia Maria Pereira do. **Associação dos Produtores e Pescadores do Assentamento Agroextrativista Boa Esperança da Ilha do Mutum** – ASPABIM e a luta para a construção de uma territorialidade específica no Arquipélago do Marajó. In: Reunião Equatorial de Antropólogos (5:2015:Maceió-AL), EDUFAL, 2015.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel & MARTINS, Aracy Alves. (Orgs.). **Educação do Campo**: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autentica, 2009.

ARAMBURU, Mikel. **Aviamento, Modernidade e Pós-Modernidade no Interior Amazônico**. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_09.htm. Acessado em: nov 2016.

ARAÚJO, Maria Vera Lúcia Ferreira de. **Pesca e procedimentos de captura do Camarão-da-Amazônia a jusante de uma Usina Hidrelétrica na Amazônia Brasileira**. v. 4, n. 2, p. 102-112, Macapá, 2014.

ARRUDA, Rinaldo. **Populações Tradicionais e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação**. Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999.

AZEVEDO, James Ribeiro de. **Sistema de manejo de açaizais nativos praticados por ribeirinhos**. São Luis/MA: EDUFMA, 2010.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRAIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Programa Nacional de Transporte Escolar. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-apresentacao. Acessado em: 15 mar 2017.

BRASIL, Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acessado em: 20 abr 2016.

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em 14 mar 2017.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em 14 mar 2017.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria (INCRA). A Colonização no Brasil: Situação Atual, Projeções e Tendências em Rondônia. INCRA, Brasília, 1972.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação, 2014. http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao agraria/refor ma-agraria/relacao_de_projetos_de_reforma _agraria.pdf. Acesso em 14 abr 2016.

BRASIL. Programas Assentamentos Verdes. Disponível em: http://www.incra.gov.br/noticias/parcerias-alavancam-programa-assentamentos-verdes. Acessado em 20 abr 2016.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acessado em: 25 mai 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-editais/item/6228-edital-pnld-2017. Acessado em: 22 nov 2016.

BRASIL. II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. (2004). Disponível em https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.3_ Reforma_Agraria.pdf: Acesso em: 18 abr 2016.

BRASIL. **INCRA 45 anos**: Na Luta pela Reforma Agrária. (2015). Disponível em: http://www.incra.gov.br /sites/default /files/incra_45_anos_leve.pdf. Acesso em: 18 abr 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150280. Acesso em: 17 abr 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Estimativa de população. 2015/IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf. Acessado em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Reforma Agrária. Projetos de Assentamentos Agroextrativistas. 2006. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/141556314/Conceito-e-Metodologia-para-implantacao-de-Projetos-de-Assentamentos-Agroextrativistas. Acessado em: 22 set 2016.

BRASIL. Instituto Nacional Estudos e Pesquisas. Educacenso. Disponível em: http://www.qedu.org.br/escola/17504-emeief-portugal/censo-escolar?y.... Acessado em 10 jan 2017.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313. Acesso em: 08 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente**.** ***Sistema Nacional de Unidades de Conservação*** da Natureza. 2016. Disponível em: http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc. Acessado em: 22 set 2016.

BRASIL. Portaria/INCRA/P/N° 269 de 23 de outubro de 1996. Aprova a Metodologia para Implantação de Projetos de Assentamento de Base Agro-Extrativista, apresentada pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria/INCRA/P/N° 41/96. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucionall/legislacao--/portarias/portarias-de-1996/portaria_incra_p269_231096.pdf: Acessado em: 22 out 2016.

BRASIL. Sistema de Projetos Reforma Agrária: Assentamentos - Informações Gerais. Instituto Nacional de Reforma Agrária/2014. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb-da-reforma-agr-ria/sr-01_pa_0.pdf. Acessado em: 09 nov 2016.

BRONDÍZIO, Eduardo. SAFAR, Carolina. SIQUEIRA, Andréa. **O mercado urbano do fruto do açái (Euterpe oleracea Mart.) E a mudança do uso do solo rural**: a influência etnográfica no papel do preço e da posse da terra, restringindo as escolhas agrícolas no estuário amazônico. Urbano. Ecossistems, v. 6, p. 67-97, 2002.

CALIARI, Thiago. BUENO Newton Paulo. **O Ciclo do Café durante a República Velha**: uma análise com a abordagem de dinâmica de sistemas. Nova Economia Belo Horizonte_2010 (3)_491-506_setembro-dezembro de 2010. Disponível em: https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=PER%C3%8DODO+caf%C3%A9+(1800+e+1930)+pdf. Acessado em: 20 jun 2016.

CARNEIRO, André Luiz Torquato. **Um Passado Persistente**: o sistema de aviamento na extração madeireira da Ilha do Mututi, Município de Breves/PA (1978 – 1988). Dissertação de Mestrado. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/Dissertacao_PassadoPersistente Sistema.pdf. Acessado em: 20 set 2016.

CARRARA, Ângelo Alves. **A População do Brasil, 1570–1700**: uma revisão historiográfica. Revista Tempo | 2014 v20 | Artigo. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1980-542X-tem-2014203619.pdf. Acessado em: 14 jun 2016.

CARVALHO, João Paulo Leão de. **Adaptações de Agroecossistemas Familiares às Mudanças no Contexto Socioeconômico e Ambiental no Município de Curralinho, Marajó, Pará**. 2013. Disponível em: http://mafds.websimples.info/files/arquivo/148/joao-paulo-leao-de-carvalho-mafds-2013-digital.pdf. Acessado em: 10 set 2016.

_____ & SILVA, Luís Mauro Santos. **Famílias Agroextrativistas Amazônicas e Ações de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Revista Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.22, n.4, out./dez 2015.

CESAR, Ana Maria Roux Valentini Coelho. **Método do Estudo de Caso (Case Studies) ou Método do Caso (Teaching Cases)?** Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/ remac/jul_dez_05 /06.pdf. Acessado em 28 abr 2016.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob et. al. **Gestão da Educação**: uma revisão conceitual na perspectiva de análise do Plano de Ações Articuladas – PAR. Disponível em: www.anpae.org.br/IBERO.../VeraLuciaJacobChaves_GT1_integral.pdf. Acessado em: 10 set 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Territorialidades Camponesas nos Tipos de Assentamentos Rurais do Território Cantuquiriguaçu, Estado do Paraná, Brasil**. Revista Digital GeoGraphos. 16 mar 2013, vol. 4, nº 48, p. 383-410.

CONCEIÇÃO, Anderson dos Reis. **As Estratégias do Desenvolvimento Econômico para a Amazônia: - trabalho informal como expressão da "qualidade social" no município de Breves - PA**. (Monografia), FSC/UFPA, Breves, 2013.

CONDURÚ, Marise Teles. **Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**: normas, critérios e procedimentos. 5ª ed., Belém: 2013.

CORRÊA, Rosivanderson Baia. **A Produção do Açaí na Amazônia Tocantina**: perspectiva para o desenvolvimento regional. XVII Encontro Nacional de Geógrafos. A Construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. São Luiz, 2016.

CURY, C. R. J. **A Gestão Democrática na Escola e o Direito à Educação**. Revista Brasileira de Apolítica e Admnistração da Educação (RBPAE). V. 23, n.3, set./dez.. 2007. p. 483-495. Porto Alegre: ANPAE, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3ª ed., São Paulo: HUCITEC, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade.** São Paulo: Atlas, 2006.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito civil Brasileiro**. 9ª ed., São Paulo: Saraiva, 1993.

ESTATUTO da Associação dos Produtores e Pescadores do Assentamento Agroextrativista Boa Esperança da Ilha do Mutum – Curralinho/Pará, 2006.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: saraiva. 2001.

FARIAS, Juliana Eveline dos Santos. **Manejo de Açaizais, Riqueza Florística e Uso Tradicional de Espécies de Várzeas do Estuário Amazônico**. 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST**: Formação e Territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

GROPPO, L. A. **Autogestão, Universidade e Movimento Estudantil**. Campinas (SP): Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

GUERRA, Raissa M. N. **É possível atingir a sustentabilidade nos assentamentos de reforma agrária na Amazônia Legal?** O caso do PDS São Salvador no estado do Acre. Dissertação (mestrado) — Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

HAGE, Salomão. (Org.) **Educação do Campo na Amazônia**: Retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. 1ª ed. Gráfica e Editora Gutemberg Ltda. Belém – Pará. 2005.

HOMMA**.** Alfredo Kingo Oyama. **Pequena Produção na Amazônia**: conflitos e oportunidades, quais os caminhos? Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 9, n. 18, jan./jun. 2014.

JONES, Alberto da Silva. **O Mito da Legalidade do Latifúndio Legalidade e Grilagem no Processo de Ocupação das Terras Brasileiras**. São Paulo: 2003. Disponível em: http://www .fundaj.gov.br/geral/observanordeste/politicafundiaria/PoliticaFundiaria.pdf. Acessado em: 10 dez 2016.

LE TORNEAU, François Michelle; KOHLER, Florent. **Meu coração não mudou. Desenvolvimento sustentável, pragmatismo e estratégia em contexto amazônico tradicional**. Ambiente e Sociedade. Vol XIV, n.2, jul/dez 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v14n2/12.pdf. Acessado em: 17 abr 2016.

LE TOURNEAU, François-Michel; BURSZTYN, Marcel. **Assentamentos rurais na Amazônia**: contradições entre a política agrária e a política ambiental. Ambiente e Sociedade. Vol XIII, vol.XIII, n.1, jan/jun 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ asoc/v13n1 /v13n1a08.pdf. Acessado em: 17 abr 2016.

LIMA, Ricardo. **Artesanato**: cinco pontos para discussão. Brasília, DF: Ministério da Cultura; Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, 2005.

LIRA, Talita de Melo. CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Comunidades Ribeirinhas na Amazônia**: organização sociocultural e política. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/inter/v17n1/1518-7012-inter-17-01-0066.pdf. Acessado em: 10 set 2016.

LIRA, Walesca Silveira & CÂNDIDO, Gesivaldo Ataíde. (Org.). **Gestão Sustentável dos Recursos Naturais**: uma abordagem participativa. Campina Grande, PB: Eduepb, 2013.

LIRA, Waleska Silveira & CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Gestão Sustentável dos Recursos Naturais**: uma abordagem participativa. Campina Grande, PB: Eduepb, 2013.

LOMBARDI, J. C. A importância da abordagem histórica da gestão educacional. In: ANDREOTTI, A; LOMBARDI, J C, MINTO, L W (Org.)**. História da Administração Escolar no Brasil:** Do diretor ao gestor. Campinas (SP): Alínea, 2010, p.15-28.

LOUZADA, Rovena Vasconcellos. **Modalidades de Projeto de Assentamento Rural**: evolução e legislação federal. Seropédica, RJ: URRJ, 2011. Monografia de Graduação.

MARTINELLO, Pedro**. A "Batalha da Borracha" na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico**. São Paulo, Cadernos UFAC, série „C", nº 1. 1988.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.

_____. **Dimensões políticas da Violência no Campo**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 126-141. Disponível em: www.historia.uff.br/ tempo/artigos_livres/artg1-7.pdf. Acessado em: 30 julho 2016.

MIGUEL, P. A. C. **Estudo de Caso na Administração**: estruturação e recomendações para sua condução. **Produção**, v. 17, n. 1, p.216-229, jan./abr. 2007.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária Brasileira**: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. Campus de Presidente Prudente. UNESP, 2006.

MIRANDA, Newton Rodrigues. **Breve histórico da questão das terras devolutas no Brasil e dos instrumentos legais de posse sobre esses Bens**. Revista do CAAP | Belo Horizonte n. 2 | V. XVII | p. 153 a p. 176 | 2011. Disponível em: www2.direito.ufmg.br/revistadocaap/ index.php/revista/article/viewFile/295/284. Acessado em: 21 jun 2016.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **As Ligas Camponesas às Vésperas do Golpe de 1964**. Proj. História, São Paulo, (29) tomo 2, p. 391-416, dez. 2004. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article /view/9974/7407). Acessado em: 28 abr 2016.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método Fenomenológico na Pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MOREIRA, Herivelto & CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Os Desafios do Ensino da Disciplina de Metodologia da Pesquisa na Pós-Graduação**. Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 244-257, set./dez. 2011.

MORIM, Júlia. Ilha de Marajó. **Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco**. Recife: 2009. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 6 ago. 2016.

MOURÃO, L. **Açaizeiro**: Açaí é palmito no Estuário Amazônico. Museu Paraense Emílio Goeldi, 1999.

NASCIMENTO, F. J. **Os plantadores de Sonho**. In: Memória INCRA 35 anos. NEAD MDA, Especial. Brasília: 2006. Cap 10, p. 132-153.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições. 2007.

OLIVEIRA, Maria do Socorro Padilha de. Et.al. **Cultivo do Açaizeiro para Produção de Frutos**. 2002. Disponível em: file:///C:/Users/user/Desktop/AÇAÍ/Cultivo %20do%20Açaizeiro %20para%20 Produção%20de%20Frutos.pdf . Acessado em 03 jan 2017.

PARÁ. **Constituição do Estado do Pará**. Belém, PA: Assembleia Legislativa: 1989.

PARÁ. Diário Oficial do Estado. Plano de Utilização do PAE Ilha do Mutum. Disponível em: http://www.ioepa.com.br/portal/. Acessado em 12 dez 2016.

PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade. Disponível em: http://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/regiao-administrativa-nordeste/area-de-protecao-ambiental-de-algodoal-maiandeua/. Acessado em: 18 out 2016.

PHILIPPI JR, A.; MAGLIO I. C. Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos. In: PHILIPPI JR, A.; PELICIONE, M. C. F. (Ed.) **Educação ambiental e sustentabilidade.** Barueri-SP: Manole, 2005. p.217-256.

PHILIPPI JR., Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2005. (Coleção Ambiental;1).

PLANO de Utilização Associação dos Produtores e Pescadores do Assentamento Agroextrativista Boa Esperança da Ilha do Mutum – Curralinho/Pará, 2007.

Preservação e conservação. Disponível em: http://www.agenda21 comperj.com.br/noticias /preservar-e-diferente-de-conservar-voce-sabia. Acessado em 19 abr 2016.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira. 1997.

QUEZADA, Raymundo & PIERRE, Carla. **Gestão Ambiental Empresarial**. 1º, 2º, 3º e 4º módulos. SEBRAE/RJ, Cidade Universitária, UFRJ, Rio de Janeiro: 1998.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). Presidente Prudente: UNESP. 2008. Tese de Doutorado.

RAMOS, Ruth Martins. **O poder da Guilhotina**: relações de trabalho e quotidiano das operárias da MADENORTE. CFCH/UFPA (Monografia), Breves, 1996.

REIS, Elizabeth et al. **Estatística Aplicada** (Vol. 1). 6ªed., Lisboa: Edições Sílabo. Disponível em: http://www.silabo.pt/Conteudos/8193_PDF.pdf. Acessado em: 190abr 2016.

RIBEIRO, Berta. **O Artesanato Cesteiro como Objeto de Comércio entre os Índios do alto Rio Negro, Amazonas**. América Indígena, v.61, n.2, p. 289-310, 1981.

RODRIGUES, M.M. **Política Nacional do Meio Ambiente e a efcácia de seus instrumentos**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 74, (2010). Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/ pdfsGerados/artigos/7500.pdf. Acesso: 04/07/2011.

SACRAMENTO, José Maria Cardoso. **Planos de Uso como Ferramenta de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação no Brasil.** Rev. Bras. de Agroecologia. 8(2): 75-86 (2013).

SALERA JÚNIOR, Giovanni. **A Produção de Açaí na Ilha de Marajó**. Disponível em: http://www.recantodasletras.com.br/artigos/2798169. Acessado em: 10 dez 2016.

SANTOS, Claudia Fátima Morais dos. **Gestão Ambiental nas Empresas**: o caso da indústria de embalagem tetra-pak. Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1999_A0067.PDF. Acesso 13 fev 2011.

SANTOS, Nubia Suely Silva et al. **Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Ribeirinhas Utilizando Espécies Vegetais na Produção de Artesanato**. Disponível em: https://www.ipen.br/biblioteca/cd/ictr/2004/ARQUIVOS%20PDF/11/11-037.pdf. Acessado em: 12 dez 2015.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho. **Análise das políticas de obtenção dos Assentamentos Rurais no Brasil de 1985 a 2009**: estudo dos assentamentos reconhecidos pelo INCRA no Estado de São Paulo. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Relatório Final FAPESP. 2009.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. T. A. Queiroz (Biblioteca Básica de Ciências Sociais; série 1: Estudos Brasileiros; v. 3). São Paulo, 1980.

SCHNEIDER, S., ET AL. **Agricultura Familiar e Teoria Social**: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados, 989-1014. (2008).

SEIFFERT, Maria Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2011. 310p.

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. São Paulo: EDUSP, 1974.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; CAMPOS, Lucila Maria de Souza; SHIGUNOV, Tatiana. **Fundamentos da Gestão Ambiental.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2009.

SILVA, Alexandrina da. **O Grafismo e Significados do Artesanato da Comunidade Guarani da Linha Gengibre**. 2015. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Indígena Intercultural) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina: 2015.

SILVA, José Rubisten da. **Redes de Aviamento da Borracha e a Organização Espacial de Fortaleza do Abunã/Amazônia**. Dissertação de Mestrado. 2010. Disponível em: http://www.mestradogeografia.unir.br/downloads/3373_jose_rubistem_2008.pdf. Acessado em: 28 out 2016.

SILVA, Reginaldo Conceição da. Conflitos por terra e água no Alto Solimões envolvendo povos e comunidades. Cienc. Cult. vol.65 no.1 São Paulo Jan. 2013

SOUSA, Claudiane de Fátima Melo de & COSTA, Francy Mary Fernandes da Silva. **Planos de Utilização em Projetos de Assentamento Agroextrativistas**: autoritarismo e participação. Disponível em: www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q...Acessado em 29 set 2016.

SOUSA, Walter Paixão de. **A Dinâmica dos Sistemas de Produção Praticados em uma Unidade de Conservação de Uso Direto na Amazônia** – A Reserva Extrativista do Rio Cajari no Estado do Amapá. 2013.

TAVARES, V.P. , C.M,C. CONSIDERA, & MOT. 1.1 de C. e SILVA. - **Colonização Dirigida no Brasil suas Possibilidades na Região Amazônica**. Instituto e' Planejamento Econômico e Social IPEA / Instituto de Pesquisas (INPES) Relatório de Pesquisa No. 8, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1972.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio, KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão ambiental.** São Paulo: Atlas. 2004.

TOZI, Shirley Capela. **Municipalização da gestão ambiental**: situação atual dos municípios do estado do Pará. 2007. 94 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Disponível em: http://www3.ufpa.br/ppgeo/arquivos/dissertacoes/2006/Shirley%20Tozi.pdf. Acesso em: 10 jun. 2015.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia de Pesquisa Científica**. 2ª ed., Curitiba: IESD, 2009.

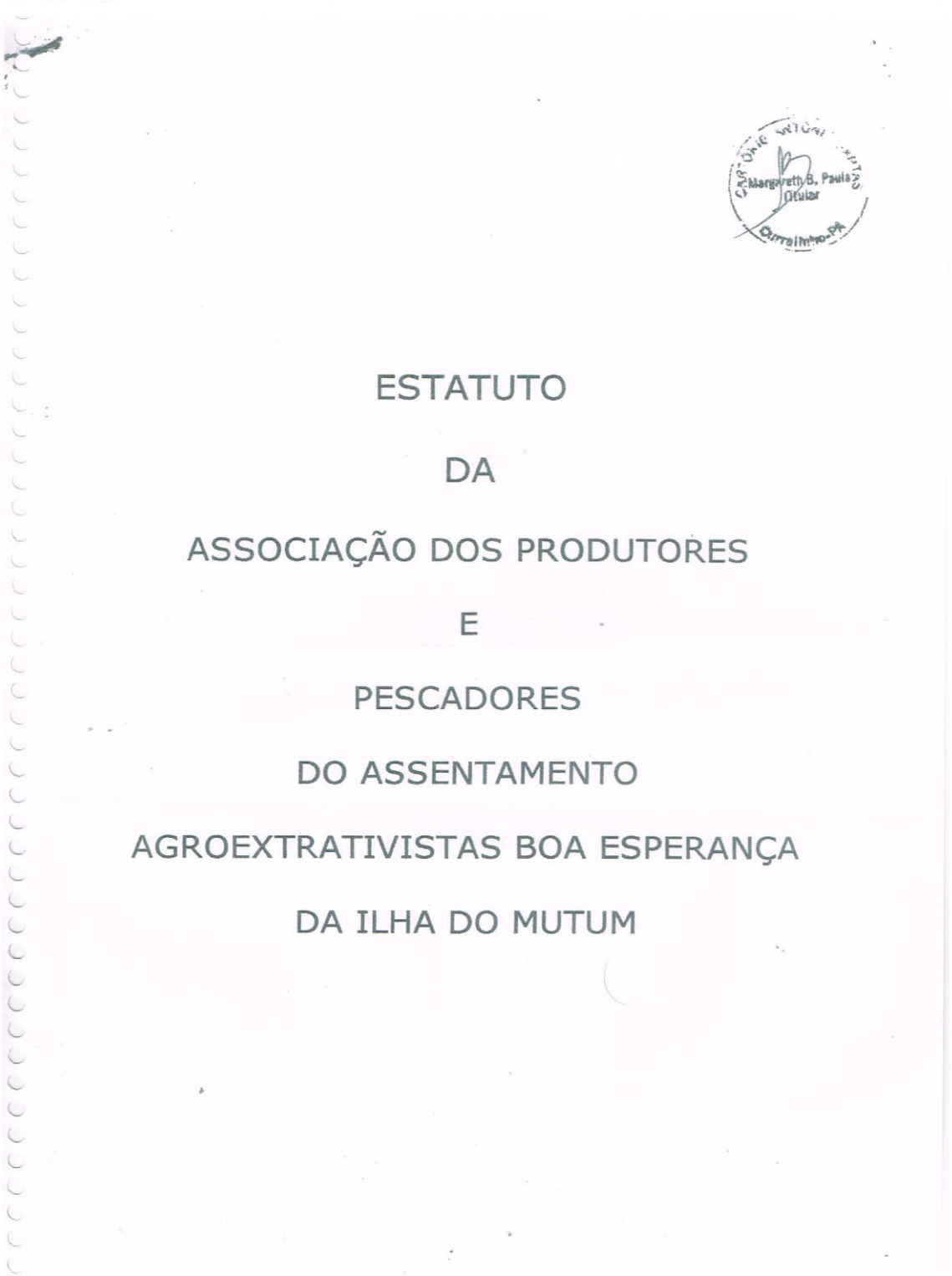
VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário & VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. (Org.). **Ações Públicas, Redes de Cooperação e Desenvolvimento Local**: experiências e aprendizados da gestão social na Amazônia. Belém: UNAMA, 2016.

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. **Notas Introdutórias sobre Desenvolvimento e Desenvolvimento Territorial**. In: MITSCHEIN, Thomas; ROCHA, Gilberto. Desenvolvimento Local e o Direito a Cidadania na Floresta Amazônica. Belém: NUMA/UFPA, 2013.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. Rio de Janeiro: Anna Blume, FAPESP, 2008.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO A - Estatuto da Associação dos Produtores e Pescadores do Assentamento Boa Esperança Ilha do Mutum (ASPABIM)
Portaria INCRA/SR-01/Nº 116 de 27/12/2006



ESTATUTO

DA

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES

E

PESCADORES

DO ASSENTAMENTO

AGROEXTRATIVISTAS BOA ESPERANÇA

DA ILHA DO MUTUM

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E PESCADORES DO ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTAS BOA ESPERANÇA DA ILHA DO MUTUM
ESTATUTO

CAPITULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1º A Associação dos produtores e pescadores do assentamento **AGROEXTRATIVISTAS BOA ESPERANÇA DA ILHA DO MUTUM**, com nome de fantasia **ASPABIM**, é uma instituição de natureza civil, com fins não econômicos, fundada em 17 de Dezembro do ano 2006, baseado no que determina o novo código Civil Brasileiro Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002,.que diz as Associações, Sociedades e Fundações, terão que corresponder com ás disposições deste Código, com sede na Congregação Evangélica **FONTE DE ESPERANÇA**, Ilha do Mutum área rural. Município de Curralinho, Estado do Pará, com prazo de duração indeterminado com número de sócios ilimitado, e será regida pelo presente Estatuto e Leis que lhes forem aplicáveis.

Art. 2º A ASPABIM, tem por objetivos e finalidades. Planejar, Instrumentar, Executar, Controlar, Avaliar e solicitar programas que venham trazer benefícios a seus associados sendo produtores e produtoras rurais, pescadores e pescadoras e mais, administrar as terras relacionado a sua área de abrangência, prestar total apoio as famílias existentes no assentamento, preservar o meio ambiente, promover a educação, saúde, cultura, esporte lazer, ocupação e geração de renda, solicitar assistência técnica para orientar nas plantações e criações, dos associados e outros podendo, por tanto estabelecer convênios com entidades públicas privadas. Municipal, Estadual, Nacionais e Estrangeiras, e mais, estabelecer abertura para concessão de aval, e de bens em garantia de financiamentos contraído por seus sócios, á Associação exercerá funções que por lei e por este estatuto lhe sejam específicas, ou genericamente atribuídas.

CAPITULO II
DOS ASSOCIADOS

Art. 3º São considerados associados:
a) Associados fundadores, aqueles que participaram da assembléia de Constituição da associação, assinando a respectiva ata, comprometendo-se com suas finalidades;
b) Associados efetivos: aqueles que forem admitidos pela Diretoria, a partir da indicação de um sócio fundador e quite com suas obrigações associativas.
c) Associados colaboradores: aqueles que forem convidados a colaborar em atividades técnicas e/ou culturais específicas, desenvolvidas pela associação.

Parágrafo Primeiro – A emissão de associados, cujos nomes serão registrados em livro próprio, e sua exclusão, ficará a cargo da Diretoria, sujeitas à homologação da Assembléia Geral, caso necessário.
Parágrafo Segundo - os associados não respondem individualmente, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Associação.

Art.. 4º São direitos dos associados:
a) Participar das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias.
b) Votar e ser votado para os cargos eletivos, quando quites com suas obrigações associativas.
c) Apresentar, por escrito à Presidência qualquer reivindicação ou assunto do seu interesse ou da Associação a ser tratado em assembléia.
d) Participar das atividades promovidas pela associação.
e) Igualdade de direitos sobre as terras de propriedade da Associação e outros.

f) Praticar as atividades de agricultura, caça, pesca, madeira, coleta de fruto, óleos, cipós, extração de látex, talas, desde que de forma não predatória.
g) Sempre não deixar de utilizando a pratica de manejo.
h) Respeitar as áreas de moradia e de trabalho de cada associado, mesmo em caso de ausência temporária do mesmo.
i) Direito em receber carteira de sócio da Associação legalmente assinado pelo presidente, observando os sócios acidou na associação e correspondente.
j) Em data de troca de diretoria os interessado devera apresentar sua chapa a diretoria da associação contendo nome completo dos interessados e número de RG e CPF, isto 20 dias antes da assembléia geral, sendo a mesma autenticada em Cartório, para assim surtir os efeitos legais.
L] Os sócios não quites com suas mensalidades não terão direito a voto sim a voz.

Parágrafo Primeiro: Para gozo dos direitos assegurados neste estatuto, é necessário que os associados estejam quites com suas contribuições até no mínimo 02 [dois] meses antecedentes a assembléia geral.

Art.. 5° São deveres dos associados
a) Respeitar e fazer respeitarem este estatuto, regimento interno e regulamentos;
b) Contribuir no prazo determinado as contribuições decididas em assembléias geral.
c) Comparecer assiduamente às reuniões, Assembléias e demais atividades da Associação.
d) Promover e praticar a solidariedade entre os associados;
e) Aceitar os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados, salvo por motivo de força maior.
f) Os associados não farão distinção de crédulo religioso, cor ou partidária.
g) Os membros da diretoria não serão remunerados por suas funções
h) Qualquer dos sócios terão direito a remuneração, caso seja necessário sendo contratado para a execução de qualquer serviço com o conhecimento do conselho fiscal.
i) A Associação poderá promover bingos, rifas, e demais promoção com intuito de angariar recursos para ser aplicado em benefícios da mesma.

Art.. 6° Os associados que infringirem as disposições estatutárias, regimento interno ou regulamentos, ou praticarem atos que venham a prejudicar a Associação, ou perturbarem sua ordem, receberão as penalidades:
a) Advertência
b) Suspensão
c) Expulsão

CAPITULO III
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.

Art.. 7° São Órgãos de Administração da Associação.
a) Assembléia Geral
b) Diretoria
c) Conselho Fiscal.

Art.. 8° A Assembléia Geral, com atribuições consultivas, normativas e deliberativas, é o órgão soberano da ASPABIM, responsável pelo equilíbrio e harmonia dos demais, constituído por todos os associados em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art.. 09 Compete privativamente à Assembléia Geral:
a) Eleger e destituir a Diretoria e o Conselho Fiscal;
b) Decidir sobre reformas do Estatuto, através de Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, caso necessário.

Art. 21 Compete ao Diretor de Patrimônio.
a] Manter sobre sua responsabilidade todos os bens da associação, observando o que será gasto com a depreciação do tempo, isto aprovado em Assembléia quais os bens e materiais que ficará pela sua responsabilidade

Art. 22 Compete aos suplentes
a] Substituir o titular em sua ausência, podendo por tanto utilizar-se de todos os meios legais relacionado a função do titular.
b] Assumir o cargo mediante escrita, lhe delegando autorização para o mesmo

Art.. 23 O Conselho fiscal comporta-se de 05 [cinco] membros entre titulares, e suplentes, associados eleitos em assembléia geral por um período de 02 [dois] anos, podendo ser reeleitos por mais um período consecutivo.

Art.. 24 Compete ao Conselho Fiscal.
a) Analisar semestralmente as contas da Diretoria, ou quando se fizer necessário.
b) Manifestar-se sobre a prestação de contas a qualquer tempo, se for o caso.
c) Fiscalizar a aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis;
d) Atividades outras delegadas pela Assembléia Geral
e) Convocar reunião extraordinária com a diretoria assembléia geral, com o intuito de solicitar qualquer esclarecimento.

Art.. 25 Área de abrangência:
a} Compreende-se que a área de abrangência da ASPABIM, se limitará somente na área relacionado ao assentamento AGROEXTRATIVITAS BOA ESPERANÇA DA ILHA DO MUTUM..

CAPITULO IV
DO PATRIMÔNIO

Art.26-O patrimônio da Associação é distinto de seus associados e será constituído de:

I. - Bens móveis e imóveis e valores mobiliários de qualquer natureza, adquiridos a qualquer título;
II. - Rendas de bens e serviços e receitas operacionais de qualquer natureza;
III. - Contribuições espontâneas de qualquer natureza, doações, subvenções, auxílios ou legados feitos por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 1º - No caso de recebimento de doação de pessoa física ou jurídica em favor da associação, será necessária à prévia aprovação da Diretoria, e será lavrado em ata, a mesma registrado em Cartório, para assim surtir os efeitos legais da Lei.

Art. 27 A Diretoria administrará o patrimônio da associação em sua jurisdição.

Art. 28- Os recursos financeiros da Associação serão geridos pela Diretoria, que destinará conforme o orçamento anual de despesas e investimentos previamente aprovado.

Art. 29 - Os recursos financeiros que lhe forem destinados, serão aplicados segundo as normas emanadas da Diretoria, e a esta encaminhará semestralmente a competente prestação de contas. Os gastos extraordinários, não previstos no orçamento aprovado pelo conselho fiscal deverão ser levado ao conhecimento do mesmo.

CAPITULO V

Art. 15 Compete a Diretoria
a) Elaborar o regimento interno da associação ou solicitar para terceiros, e apresentar em assembléia geral para aprovação.
b) O exercício das funções inerentes à administração;
c) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto, regimento interno, bem como as deliberações da assembléia;
d) Zelar pelas terras e patrimônio pertencentes à Associação
e) Nomear e destituir auxiliares;
f) Apreciar e aprovar ou não todos os planos que impliquem na aquisição de bens ou na aplicação do patrimônio da associação.
g) Efetuar abertura de conta nas Agencias financeiras, que se fizer necessário, podendo por tanto utilizar mais de uma agencia e conta.
h) Adquirir todos os demais documentos exigidos por lei como certidões negativas para celebração de convênios e outros serviços.
i) Efetuar o cadastro da Associação junto às Extituições. Municipais, Estaduais, Nacionais Federais e Estrangeiras, caso necessário
j) A Associação poderá constituir um procurador para representá-la em qualquer tempo, onde se fizer necessário desde que aprovado em assembléia geral.

Art.. 17 Compete ao Presidente:
a) Coordenar as sessões da Diretoria, e assembléia geral
b) Representar a associação ativa e passiva judicial ou extra judicialmente, junto e fora de seu Município, Estado e Nação.
c) Autorizar o pagamento das despesas da entidade,
d] Assinar, em conjunto com o Tesoureiro, cheques e demais ordens de pagamento e outros documentos necessários à movimentação financeira da associação.
e] A Associação poderá constituir um procurador, para representá-lo em qualquer tempo, caso seja necessário, com aprovação da Assembléia Geral.
f] Providenciar a publicação da Associação no diário oficial do Estado

Art.. 18 Compete ao Secretário.
a) Exercer todos os serviços de competência da secretaria como, lavratura de atas, das seções da diretoria e assembléias geral recibos, oficios, editais, relatórios e demais documentos relacionado a sua competência.
b) Orientar os serviços de competência da secretaria.
c) Efetuar a leitura do edital pauta por pauta, que convoca para a reunião e ata da reunião anterior antes de iniciar a assembléia.

Art..19 Compete ao tesoureiro:
a) Manter sob sua responsabilidade os documentos, valores e bens da entidade;
b) Apresentar trimestralmente ou quando solicitado pela Diretoria ou Conselho Fiscal, o balancete mensal de receita e despesas da entidade;
c) assinar, em conjunto com o Presidente, cheques e demais ordens de pagamento e outros documentos necessários à movimentação financeira da associação;

Art 20- Compete ao Diretor Ambiental.
a) Articular reuniões, palestras, com os produtores e moradores relacionado a áreas de abrangência da associação e outros interessados, na finalidade de transmitir para que todos possam manter-se dos recursos naturais de suas propriedades de forma racional para que não haja agressão a natureza. Preservando o meio ambiente.
b) Orientar os sócios da Associação e outros para que não usem a prática de uso de produtos como timbó, cunambi, produtos químicos, gapuia e outros.
c) Orientar os sócios e outros para que não arremessem restos de sujeiras, e anjmais sobre o rio. Pois os mesmos trarão alto teor de contaminação ao meio ambiente.

c) Decidir sobre a extinção da Entidade, através de Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim;
d) Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais da associação.
e) Aprovar ou não as contas e o Regimento Interno da Instituição;
f) Apreciar recursos;
g) Definir qualquer tipo de negociação relacionado aos bens da associação referente a sócio que por motivo de força maior seja necessário ausentar-se da associação por tempo definitivo, o mesmo não terá direito a indenização podendo utilizar meios gratificantes, [negociação com o mesmo].
h) Qualquer membro que não corresponder com suas obrigações, ficara sujeito a responder no que menciona as letra, a,b,e c do artigo **6º** deste estatuto.

Art. 10 A Assembléia Geral se realizará, ordinariamente, 02 [duas] vez por ano para:
a) Apreciar o relatório semestral da diretoria; e prestação de conta.
b) Aprovar ou não a proposta de programação anual da associação, submetida pela diretoria.
c) Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado ou não pelo conselho Fiscal.

Art. 11. A Assembléia Geral se realizará, extraordinariamente quantas vezes se fizer necessário, sendo convocada.

a) Pela Diretoria;
b) pelo Conselho Fiscal.
c) por requerimento da metade e mais um dos associados quites com as suas obrigações sociais.

Art. 12 A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Associação, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de dez dias, e 20 dias em caso de troca de diretoria.

Art.. 13 A Associação será administrada por uma Diretoria que será composta dos seguintes cargos:
a) Presidente
b) Vice Presidente
c) 1º e 2º Secretários (a)
d) 1º e 2º Tesoureiros (a)
e) Diretor ambiental com um suplente
f) Diretor de Patrimônio com um suplente
g) Conselho Fiscal.

Art.. 14 A Diretoria será eleita por um mandato de 02 (dois) anos em Assembléia Geral, podendo ser reconduzido por mais um período consecutivo e é obrigada a prestar contas semestralmente de sua administração.

Parágrafo Único: Caso a Diretoria e/ou Conselho Fiscal seja (m) destituído (s), os membros existentes convocarão uma Assembléia Geral, nesta se elegerá uma junta governativa composta com o mesmo número de integrante destituído, quais administraram a entidade até o final do mandato.

Art.. 15 Nos casos de vagas temporárias, impedimento ou ausência do Presidente, este será substituído pelo Vice Presidente nos mesmos casos dos demais.

Parágrafo Único: Nos casos de vaga definitiva de qualquer membro da diretoria será a mesma preenchida mediante eleição da Assembléia geral, para escolha do novo membro para assumir a vaga, esta especialmente convocada para este fim.

DAS ELEIÇÕES

Art.. 30 -A Diretoria deverá convocar Assembléia ordinária para troca de diretoria 20 (vinte) dias antes do término de seu mandato;

ART 31 Caberá a Diretoria em exercício encaminhar e garantir o processo eleitoral.

Art. 32 A eleição será regida pelo regimento eleitoral aprovado em Assembléia Geral convocada especialmente para esse fim.

Art.. 33 Esgotado o mandato e não convocada regularmente a eleição, a Assembléia Geral elegerá uma comissão que administrará a entidade e regulamentará o processo eleitoral no período máximo de 20 (vinte) dias.

CAPITULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 34 A associação poderá ser extinta por decisão da Assembléia Geral extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível à continuação de suas atividades.

Art. 34 No caso de extinção, será de competência da Assembléia Geral extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante e a comissão fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação, onde terá a participação ativa do conselho fiscal de preferência com a participação de uma autoridade, e seus bens moveis e imóveis serão repassados a outra entidade que desenvolva as mesmas atividades da ASPABIM.. E que tenha sua sede no referido Município e esteja funcionando legalmente.

Art. 35. O presente estatuto entrará em vigor na data de seu registro em cartório.
Parágrafo 1º: O Estatuto a que se refere este artigo e poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, quites com suas obrigações sociaIs, em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim..

Art. 36 Os casos omissos do presente estatuto serão resolvidos em Assembléias Geral especialmente convocada para este fim.

Ilha do Mutum, Município de Curalinho, 17 de Dezembro de 2006..

Bonifácio Pereira Carvalho — Josinaldo Xavier dos Santos

BONIFACIO PEREIRA CARVALHO
PRESIDENTE

JOSINALDO XAVIER DOS SANTOS
1º SECRETÁRIA

Francisco e Silva Ferreira — José do. Pereira de Carvalho

FRANCISCO E SILVA FERREIRA
V. PRESIDENTE

JOSÉ DO S. PEREIRA DE CARVALHO.
2º SECRETARIO

José Augusto Gonçalves Pantoja — Juracy Barbosa Nogueira

JOSÉ AUGUSTO G. PANTOJA
1º TESOUREIRO

JURACY BARBOSA NOGUEIRA
2º TESOUREIRO

CARTÓRIO ANTONIO DANTAS
OFÍCIO ÚNICO
CNPJ: 05.142.566/0001-71
Av. Jarbas ... Centro
REGISTRO DE DOCUMENTOS
PESSOAS JURÍDICAS

Tribunal de Justiça Estado do Pará Selo de Fiscalização Geral Série: C Nº 000073177

Certifico que às ... 2006/205 livro nº A-3 do registro de Pessoas Juridicas foi registrado o presente sob nº 105
O referido é verdade do que dou fé.
Currralinho(PA), 26 de Março de 2007

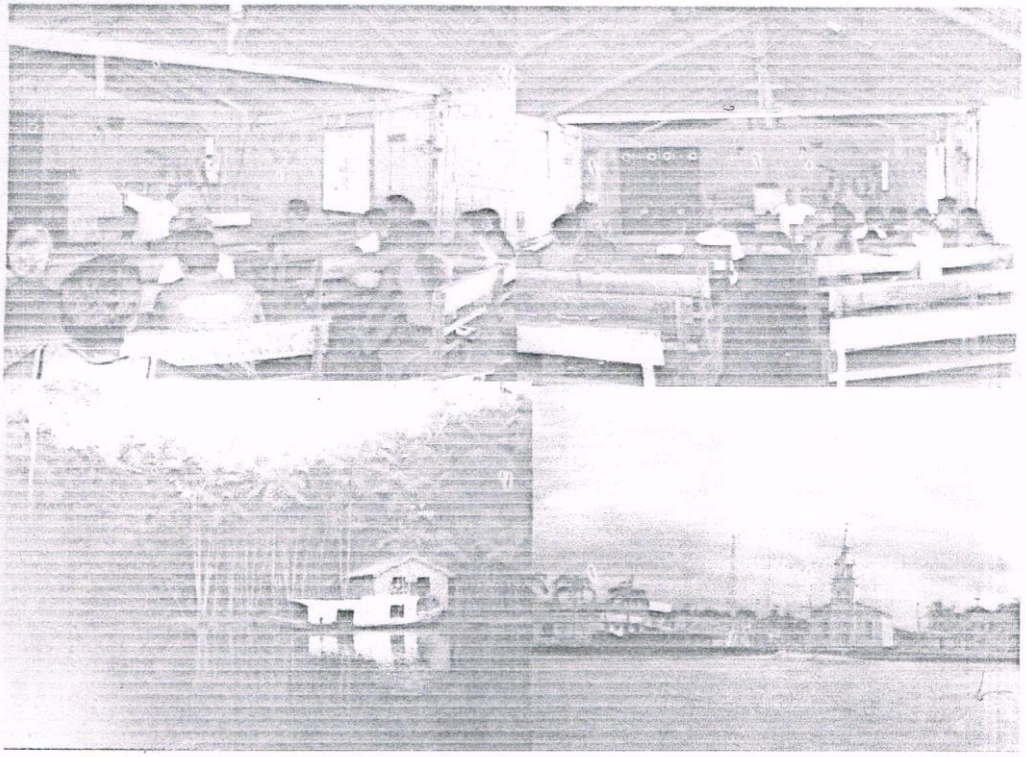
Margareth Brito de Lucia
Oficial Titular
CIC: 410.4...197-00

ANEXO B - Plano de Utilização do PAE Ilha do Mutum

OGU organizada Orgão gerenciamento da União

Orgão

PROJETO AGRO-EXTRATIVISTA ILHA MUTUM
PLANO DE UTILIZAÇÃO



Elaboração: Beneficiários do Programa de Reforma Agrária, Associação de Moradores do PAE, INCRA, EMBRAPA, Sindicato de Trabalhadores Rurais e Colônia de Pescadores.
Curralinho (Pará)
Julho/2007

PROJETO AGRO-EXTRATIVISTA ILHA MUTUM
PLANO DE UTILIZAÇÃO

FINALIDADES DO PLANO

1. Este plano de uso objetiva assegurar a sustentabilidade do projeto de assentamento agro-extrativista **PAE ILHA MUTUM,** mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores. Está aqui contida a relação das condutas não predatórias incorporadas à cultura dos moradores, bem como os demais procedimentos que devem ser seguidas para cumprir a legislação brasileira referente ao meio ambiente. Assim, este PAE deve ter tratamento semelhante às Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

2. Foram definidos 54 itens de intenções com o propósito de manifestar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, à Gerência Regional do Patrimônio da União - GRPU, ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recurso Naturais Renováveis - IBAMA, à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará - SECTAM e instituições afins, o compromisso dos moradores, em respeito à legislação ambiental e ao Plano de Uso e ao mesmo tempo oferecer a estes órgãos um instrumento de verificação do cumprimento das normas aceitas por todos e servir como documento formal para o Contrato de Concessão de Uso.

3. O presente plano tem o objetivo de servir de guia para que os moradores realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social. O conceito de "sustentabilidade" é definido aqui como a implantação e a consolidação de atividades produtivas que permitam a reprodução das espécies animais, regeneração completa das espécies vegetais e o reflorestamento das áreas desmatadas e que possibilitem que a população local viva em condições de crescente qualidade e dignidade.

FILOSOFIA E ESTRATÉGIA PRODUTIVA GLOBAL

4. A sobrevivência dos moradores do **PAE ILHA MUTUM** será baseada na tradicional combinação de fontes produtivas que não destruam as bases ecológicas da produção e assim permitam sua manutenção ao longo dos anos. Entre as distintas atividades produtivas dos moradores encontram-se práticas agrícolas, florestais, extrativistas, artesanais e de pesca. A particular combinação dessas atividades depende, tanto das possibilidades ecológicas oferecidas pelo meio natural, quanto da criatividade e interesse individual do produtor local.

5. Este PAE deve conter planos, projetos e programas econômicos que contemplem a geração de renda mediante fontes não agro-extrativistas, como parte de uma estratégia de diversificação dessas fontes. Isto pode incluir programas de turismo administrados pela associação, buscando

Elaboração: Beneficiários do Programa de Reforma Agrária, Associação de Moradores do PAE, INCRA, EMBRAPA, Sindicato de Trabalhadores Rurais e Colônia de Pescadores.
Curralinho (Pará)
Julho/2007

não ser acatada em primeira instância, o morador poderá recorrer ao INCRA.

48. Além das punições constantes deste Plano de Uso os moradores e a associação do **PAE ILHA MUTUM**, estão sujeitos às penalidades contidas na Lei Ambiental, impostas pelos órgãos ambientais (IBAMA e SECTAM).

DISPOSIÇÕES GERAIS

49. Fica terminantemente proibida qualquer forma de exploração do homem pelo homem, principalmente através da prática do arrendamento, marretagem, trabalho de meia ou qualquer outro mecanismo que venha submeter qualquer pessoa à condição de trabalho degradante dentro do **PAE ILHA MUTUM**, da mesma forma que é expressamente proibido o trabalho infantil.

50. O fórum de decisão para entrada de novas famílias no **PAE ILHA MUTUM** é a Assembléia Geral da associação e o INCRA, ficando, para o momento, vetado o ingresso de novas famílias para compor o projeto, com exceção dos residentes que ainda não tiveram oportunidade de serem incluídos no programa de reforma agrária, ou filhos de beneficiários, residentes na ilha, que atingirem a maior idade, constituírem família e atenderem às demais exigências para inclusão em Relação de Beneficiários, respeitando-se, sempre, a capacidade de suporte da Ilha.

51. Fica liberado o acesso ao **PAE ILHA MUTUM** de familiares de beneficiários, sendo que estarão impedidos de integrar a relação de beneficiário do PAE e convivam com os seus familiares sob a responsabilidade destes, e ainda, comprometam-se em respeitar as determinações contidas no presente Plano de Uso.

52. O presente plano de uso fica sujeito a alterações de quaisquer de suas normas, sempre que o aparecimento de novos conhecimentos e novas tecnologias, possam contribuir no sentido da melhoria do processo de consolidação do **PAE ILHA MUTUM**, ou a qualquer tempo, seja por problemas causados por ocasião da execução ou referente ao seu conteúdo.

53. As propostas para alterações no plano de uso poderão ser feitas formalmente pelas representações dos núcleos comunitários à presidência da associação, caso seja acatada pelo conselho deliberativo será colocada para votação em assembléia geral e, se aprovada, encaminhada ao INCRA para análise e aprovação.

54. As propostas de alterações não podem entrar em conflito com as finalidades e filosofia deste o Plano.

39. Quanto à extração de barro e areia para a construção civil esta é exclusividade dos habitantes do PAE para uso na "propriedade", sendo proibida sua comercialização.

40. O lixo doméstico deverá ser selecionado e acondicionado em ambientes específicos para vidro, plástico, papel e metal, sendo de responsabilidade da associação quantificar e estabelecer contato de encaminhamento do material para reciclagem.

FISCALIZAÇÃO DO PAE

41. Cada morador é um fiscal de sua "propriedade" e do projeto de assentamento agro extrativista como um todo, cabendo a qualquer um, denunciar à diretoria da associação ou ao INCRA, as irregularidades que estejam sendo praticadas dentro ou no entorno do assentamento.

42. A associação, através dos seus núcleos comunitários via formação de fiscais colaboradores, juntamente com técnicos do INCRA, e fiscais dos órgãos ambientais competentes, realizarão a fiscalização do **PAE ILHA MUTUM**.

43. A cada 180 (cento e oitenta) dias, deverá ser realizada uma operação conjunta de fiscalização, visando manutenção da integridade deste Plano de Uso.

PENALIDADES

44. A invasão e/ou uso indevido dos recursos naturais da área por pessoas estranhas ao **PAE ILHA MUTUM** será punida mediante sua expulsão da área, cabendo ao infrator indenizar todos os danos causados e pagar todas as multas estabelecidas na legislação ambiental vigente.

45. Ao não cumprimento de qualquer das normas constante do presente plano de uso pelos moradores, fica o infrator sujeito às seguintes penalidades:

a) Advertência verbal;
b) Advertência por escrito;
c) Embargo de atividades;
d) Perda definitiva da Concessão de Uso, no caso de reincidência.

46. Tais penalidades serão impostas pelo conselho deliberativo da associação e, dependendo da gravidade da infração cometida, esta ordem não será necessariamente seguida.

47. O morador que considerar injusta a penalidade imposta poderá recorrer junto à diretoria executiva da associação num prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da notificação da punição. No caso de sua defesa

29. A pesca para a alimentação familiar, bem como para comercialização entre os moradores do assentamento é permitida, conforme os critérios adotados nos acordos, devendo-se atender à legislação ambiental quanto ao período, forma e equipamento.

30. Será permitida criação de peixes em tanques escavados limitado a um por família com o tamanho de 200 m^2 (duzentos metros quadrados).

31. A associação promoverá no **PAE ILHA MUTUM** eventos periódicos com a participação da Colônia de Pescadores-Z37, para esclarecimento sobre a legislação pesqueira.

32. Fica proibida a pesca, caça e extrativismo por pessoas estranhas ao projeto.

33. E proibida a pesca com explosivos e malhadeiras acima de 20 (vinte) metros de comprimento, e o uso de malha inferior a 0,30 cm, ou através de tapagem de igarapés, limpeza de poços, batição, arrastão ou com o uso do timbó, cunambi, assacu ou qualquer outra substancia tóxica natural ou química. E permitida a captura de iscas, a exemplo da maiuíra ou amuré e arapaia, desde que seja utilizada redes com malhas de 50mm, sendo proibido o uso de veneno na captura e comercialização.

INTERVENÇÕES NA PECUÁRIA

34. A criação de animais domésticos será incentivada mediante a aplicação de técnicas apropriadas, respeitando as normas de sustentabilidade e de boa vizinhança.

35. Fica proibida a criação de animais de grande porte (bovinos e bubalinos), sem exceção. A suinocultura pode ser praticada desde que os animais sejam confinados, ou em ambiente cercado dentro dos limites da "propriedade".

36. Os danos causados a outrem (vizinhos) conseqüência da invasão de animais domésticos (galinhas, patos, porcos e outros), nas áreas de cultivos ou instalações deverão ser imediatamente indenizados, conforme o estabelecido pelo conselho deliberativo da associação.

INTERVENÇÃO NO SUBSOLO

37. Fica proibida qualquer atividade de extração de minérios na área do **PAE ILHA MUTUM**, excetuando-se aquelas de interesses do Governo Federal.

38. Fica proibida a instalação de empreendimentos industriais, a exemplo de olarias e serrarias, cuja matéria-prima seja os recursos naturais da ilha. Com relação às olarias já instaladas na Ilha será exigida a regularização perante os órgãos governamentais competentes para permanência da atividade.

Elaboração: Beneficiários do Programa de Reforma Agrária, Associação de Moradores do PAE, INCRA, EMBRAPA, Sindicato de Trabalhadores Rurais e Colônia de Pescadores.
Curralinho (Pará)
Julho/2007

pesca do camarão e outras espécies de acordo com a legislação vigente.

21. Fica permitido ao morador do PAE a extração de madeira de Lei existente em sua "propriedade", desde que seja avaliado por técnicos a condição de corte, e que o destino seja para atividades pouco exigentes em madeira a exemplo de cercas, trapiches, pontes, canoas, dentre outras.

22. A exploração dos açaizais com vistas à produção de palmito será feita de forma sustentável. Para garantir que os açaizais não se degradem, os moradores que exploram estas atividades devem elaborar e apresentar um plano de manejo sustentado.

23. A exploração dos açaizais de igapós para a produção de vinho e palmito, e de outras espécies de valor econômico em áreas comuns (fora das "propriedades") dar-se-á mediante acordo entre os moradores que venham trabalhando na limpeza dos canais, ficando os mesmos obrigados a cumprir o projeto de manejo.

24. A exploração extrativa de produtos florestais será de responsabilidade das famílias envolvidas, sendo a exploração de acordo com a legislação ambiental. O extrativismo do miriti, palmeira de grande incidência na ilha, deve ocorrer de forma sustentável, sem comprometer a produção futura, assim como o Jupati.

25. A exploração de resinas, óleos, essências, ou qualquer outra substância com valor comercial, tradicionalmente utilizados, fica condicionada a realização de estudos técnicos de forma a garantir a exploração sustentável destes produtos.

26. Os moradores do **PAE ILHA MUTUM** poderão utilizar áreas para produzir alimentos, respeitando sempre os limites da área da 'propriedade' com o propósito de garantir segurança alimentar. As culturas devem ser adaptadas ao meio físico da ilha, devendo-se evitar culturas exóticas.

27. Intervenções agrícolas devem manter distâncias dos corpos d'água de acordo com a legislação ambiental, evitando-se locais onde existam espécies nativas de reconhecido valor econômico.

INTERVENÇÕES NA FAUNA

28. Fica terminantemente proibida qualquer intervenção que resulte na captura de animais silvestre no **PAE ILHA MUTUM** para comercialização, da mesma forma que é proibido aprisionar aves silvestres, filhotes e a acata de ovos.

12. A delimitação das áreas (extremas) serão definidas obedecendo os limites de respeito estabelecidos pelos moradores da ilha, espaço este de usufruto do beneficiário no projeto, denominados pela comunidade local "propriedades".

13. A concessão de uso feita aos moradores pelo INCRA e GRPU é exclusiva. Qualquer intervenção dentro do PAE de pessoas estranhas à área deve contar com a autorização explícita da associação e do INCRA e em conformidade com este plano de uso.

14. A associação, junto com o INCRA e outras instâncias governamentais e não governamentais, terá a responsabilidade de elaborar projetos e programas de desenvolvimento produtivos que visem o fomento de novas fontes produtivas e que promovam o constante aperfeiçoamento da estratégia produtiva global para o PAE.

15. As áreas de uso comum como rios, lagos, praias e barrancos, serão utilizados pelos beneficiários do projeto, respeitando a legislação ambiental, ficando a associação com a responsabilidade de resolver os problemas que venham a existir entre os moradores.

16. As nascentes, bem como as margens dos rios, lagos, igarapés e córregos, serão protegidos de derrubadas, obedecendo a distância de acordo com a legislação ambiental em vigor.

17. Os caminhos e varadouros serão conservados por todos que os utilizam, sendo permitida a abertura de novas vias de acesso, somente para atender ao escoamento da produção e facilitar o deslocamento dos habitantes da ilha com a expressa autorização do conselho deliberativo da associação, e dos órgãos ambientais competentes.

18. Fica proibida a aquisição de implementos agrícolas, extrativos, de pesca e assemelhados, oriundos da concessão de empréstimo do programa de reforma agrária, relacionados com a degradação do meio ambiente.

INTERVENÇÕES AGRO-EXTRATIVISTAS

19. Cada família praticará as atividades Agro-extrativistas na sua "propriedade", mesmo que estas sejam descontínuas, respeitando os costumes e tradição, e envolva a força de trabalho familiar.

20. As famílias, ao receberem sua concessão de uso, ficam responsáveis pela conservação e manutenção de suas "propriedades", devendo desenvolver atividades que visem aumentar, quantitativa e qualitativamente, o potencial produtivo da área, através de: **a**) limpeza e conservação varadouros, rios, lagos e furos; **b**) construção de paióis, armazéns, trapiches, dentre outros; **c**) plantios de espécies adaptadas a exemplo dos sistemas agroflorestais (SAF).**d)** Aperfeiçoamento da

parcerias quando for necessário, e acompanhando as atividades de pesquisas científicas e biotecnológicas realizadas na área.

6. Os direitos adquiridos sobre as descobertas dentro da área do **PAE ILHA MUTUM** devem ser formalizados mediante convênios entre a associação e os pesquisadores e/ou empresas responsáveis pela pesquisa, fixando uma taxa de *Royalties* que os beneficiários deveriam perceber com a comercialização dos resultados gerados da descoberta.

7. Pesquisa, filmagem e coleta de material genético poderão ser realizados somente com a autorização da associação. Devem ser considerados, além dos aspectos legais, os seguintes fatores. (**a**) esclarecimento e consulta aos moradores sobre o trabalho a ser desenvolvido e a forma de democratização dos resultados (**b**) para as pesquisas realizadas por pesquisadores ou instituições estrangeiras deve ser apresentado um plano de trabalho à associação, onde sejam considerados os benefícios comunitários (**c**) todo trabalho deve ter retorno econômico para a comunidade.

DIREITOS E RESPONSABILIDADES NA EXECUÇÃO DO PLANO

8. Todos os moradores do Projeto de Assentamento Agro-extrativista **PAE ILHA MUTUM**, na qualidade de co-autores e co-gestores na administração do PAE, de forma coletiva ou individual são responsáveis pela execução do plano (cumprir e fazer cumprir).

9. Respondem, hierarquicamente, pelo encaminhamento para a solução dos problemas que surgirem durante a execução do Plano; a) Representantes de Núcleos Comunitários; b) Conselho Deliberativo da Associação; c) Assembléia Geral; 4) INCRA e GRPU

10. A associação, semestralmente, instituirá uma comissão, de que participem representantes dos núcleos comunitários, que terá a função de levantar os problemas que ocorrerem durante a execução do plano para subsidiar o conselho deliberativo nas tomadas de decisões.

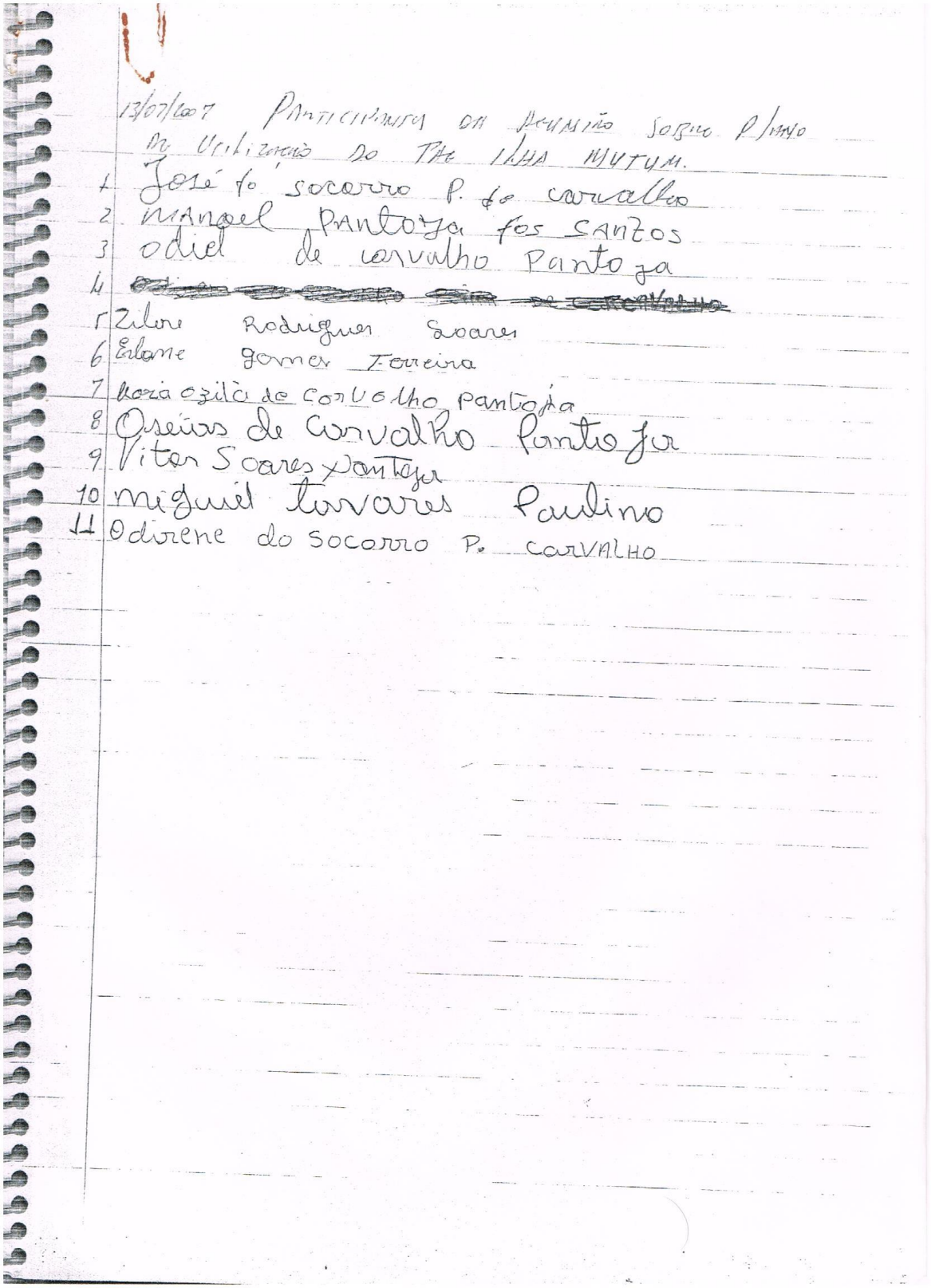
11. No **PAE ILHA MUTUM** não há títulos individuais de terra, mas concessões de uso que legalizam a ocupação tradicional dos moradores em "propriedades[1]". Conseqüentemente, comercialização de terras com pessoas estranhas ao projeto é proibida, sendo que a cessão de benfeitorias entre os beneficiários poderá ocorrer, desde que com a intermediação da associação.

[1] Propriedade - termo usado pelos habitantes das ilhas para definir sua área de trabalho, o mesmo que colocação, nas regiões de seringais no Estado do Acre.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PROJETO AGRO-EXTRATIVISTA ILHA MUTUM.

ATA DE REUNIÃO

Aos treze dias do mês de julho de dois mil sete estiveram reunidos os moradores do Projeto Agro-Extrativista Ilha Mutum, situada no Município de Curralinho, Estado do Pará, sob convocação do Senhor Bonifácio, presidente da associação, visando à discussão do plano de utilização do projeto, tendo como expositores os técnicos do INCRA e EMBRAPA. O Orientador de Projetos de Assentamento do INCRA, Economista Aurimar Francisco Viana da Silva e o Pesquisador da EMBRAPA, Engenheiro Agrônomo Raimundo Nonato Guimarães Teixeira, fizeram a explanação do objetivo da formatação documento, tendo em vista tratar-se de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável por equiparação. Os pontos tratados versaram sobre pesquisa, direitos e obrigações dos moradores da ilha na sua relação com o meio ambiente, intervenções extrativistas, fauna, pecuária, subsolo, penalidades e generalidades. Após esclarecimentos às indagações surgidas o plano foi levado à votação e aprovado pelos moradores de forma unânime. Nada mais tendo a acrescentar o encontro foi encerrado, conforme este instrumento de registro redigido por mim, Aurimar Francisco Viana da Silva, e assinado pelos demais presentes, consoante relação anexa.



13/07/2007 PARTICIPANTES DA REUNIÃO SOBRE O PLANO DE UTILIZAÇÃO DO TTE ILHAS MUTUM.

1. José do socorro P. de carvalho
2. Manoel Pantoja dos SANTOS
3. odiel de carvalho Pantoja
4. ~~Odiel de Carvalho~~
5. Zilene Rodrigues Soares
6. Erlane gomes Ferreira
7. Maria ozilia de Carvalho pantoja
8. Oseias de Carvalho Pantoja Jr
9. Vitor Soares Pantoja
10. Miguel Tavares Paulino
11. Odirene do Socorro P. CARVALHO

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL – PPGEDAM CURSO: MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA	PPGEDAM

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:(opcional) _____

Idade: _____ Sexo: M ( ) F ( )

Tempo no PAE Ilha do Mutum:_____ Atividade extrativista: Produtor ( ) Pescador ( )

1. Antes da Ilha do Mutum se transformar em assentamento você já morava neste território? Sim ( ) Não ( ). Há quanto tempo? _____

2. Como e por quais motivos você/família veio/vieram para a Ilha do Mutum?

3. As terras sempre foram suas ou havia outro/outros proprietários?

4. O que era produzido antes da Ilha do Mutum se transformar em assentamento?

6. O que a partir do assentamento se manteve e o que se ampliou nesta produção?

7. Antes do assentamento como se produzia...?

8. Que mudanças ocorreram no modo de produção a partir do assentamento? Atualmente, como se produz?

9. Como, onde e para quem eram vendidas as produções da ilha?

10. De que maneira a produção era comercializada?

11. Quais produtos eram consumidos pela família? Quais eram vendidos?

12. Após a institucionalização do assentamento, como, onde e para quem são vendidas as produções do assentamento?

13. De que maneira a produção do assentamento é comercializada?

14. Atualmente, quais produtos do assentamento são consumidos pela família? Quais são vendidos?

15. Os instrumentos de produção antes e durante o assentamento;

16. Que instrumentos eram utilizados para a produção?

17. Atualmente, as ferramentas ainda são as mesmas?

- Educação

18. Como era ofertada a educação para os moradores da ilha?

19. Com a chegada do assentamento essa oferta de educação pública, manteve-se, melhorou, ampliou?

- Renda

22. Com a chegada do assentamento, houve modificações nas fontes de renda? Quais? Qual a procedência?

23. Antes do assentamento que relações existiam entre os moradores da ilha e os recursos naturais? (Preservação, conservação)

24. Atualmente, com o assentamento existe uma preocupação maior com a conservação dos recursos naturais? De que maneira essa preocupação se efetiva?

25. Com o assentamento houve mais necessidade de exploração dos recursos naturais – os rios, combustível, fauna e flora-?

26. Há desmatamento nas propriedades do assentamento? Há áreas destinadas para o manejo do açaí? Para a pesca do camarão?

27. Quais são os documentos legais que orientam o PAE Ilha do Mutum?

28. Como acontece a sua participação nas ações da ASPABIM?